

UNESPA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE PARANAVÁÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO  
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR - PPIFOR

TATIANE GRACIELE CAETANO CAMPOS

*PERCEVAL OU O CONTO DO GRAAL: UM ESTUDO SOBRE A  
FORMAÇÃO DO CAVALEIRO GAULÊS DO SÉCULO XII*

TATIANE GRACIELE CAETANO CAMPOS

---

2021

PARANAVÁÍ  
2021

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE PARANAVAÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO  
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR – PPIFOR**

***PERCEVAL OU O CONTO DO GRAAL: UM ESTUDO SOBRE A  
FORMAÇÃO DO CAVALEIRO GAULÊS DO SÉCULO XII***

**TATIANE GRACIELE CAETANO CAMPOS**

**PARANAVAÍ  
2021**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE PARANAÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO  
FORMAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR – PPIFOR**

**PERCEVAL OU O CONTO DO GRAAL: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DO  
CAVALEIRO GAULÊS DO SÉCULO XII**

Dissertação parcial apresentada por TATIANE GRACIELE CAETANO CAMPOS, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranaíba, como um dos requisitos para a Qualificação. Área de Concentração: Formação Docente Interdisciplinar.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> CONCEIÇÃO SOLANGE BUTION PERIN.

PARANAÍ  
2021

Ficha elaborada pela Biblioteca da UNESPAR, Campus de Paranavaí  
Bibliotecária Responsável: Vânia Jacó da Silva, CRB 1544-9

C198p Campos, Tatiane Graciele Caetano  
*Perceval ou O Conto do Graal: um estudo sobre a formação do cavaleiro  
Gaulês do século XII / Tatiane Graciele Caetano Campos.*– Paranavaí:  
Unespar, 2021.  
xvii, 130 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Paraná, Campus de  
Paranavaí, Programa de Pós-Graduação em Ensino Formação Docente  
Interdisciplinar - PPIFOR; área de concentração: Formação Docente  
Interdisciplinar.

Orientadora: Profa. Dra. Conceição Solange Bution Perin;  
Banca examinadora: Profa. Dra. Terezinha Oliveira, Prof. Dr. Ricardo  
Tadeu Caires Silva.

#### Bibliografia

1. Educação. 2. Idade Média. 3. Literatura Cavaleiresca. 4. Virtudes. 5.  
Formação Humana. 6. Literatura Francesa - História. 7. Crítica Literária. I.  
Título. II. Programa de Pós-Graduação em Ensino Formação Docente  
Interdisciplinar.

CDD 20. ed. 840.9

TATIANE GRACIELE CAETANO CAMPOS

**PERCEVAL OU O CONTO DO GRAAL: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DO  
CAVALEIRO GAULÊS DO SÉCULO XII**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Conceição Solange Bution Perin (Orientadora) –  
UNESPAR.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Terezinha Oliveira – UEM – Maringá.

Prof. Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva – UNESPAR.

Data de Aprovação:

10/05/2021

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao meu marido, Warlen, e a minha filha Máisa, por estarem sempre ao meu lado com carinho e paciência, me incentivando e apoiando no decorrer deste estudo; sem eles essa conquista não seria possível.

À minha querida orientadora, Conceição Solange Bution Perin (Sol), por ser Luz na minha vida e me conduzir com carinho e afeição no longo caminho do conhecimento.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, por se fazer sempre presente em minha vida e me permitir trilhar essa jornada do conhecimento, dando-me força e sabedoria para nunca desistir, mesmo tendo muitos obstáculos.

À minha orientadora, professora Dr.<sup>a</sup> Conceição Solange Bution Perin, a quem tenho imenso carinho: minha gratidão por ter acreditado e contribuído de forma afetuosa e sábia para a realização deste estudo, favorecendo meu aperfeiçoamento acadêmico, profissional e acima de tudo humano. Um exemplo a ser seguido por toda a vida.

Aos professores Dr.<sup>a</sup> Terezinha Oliveira e Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva, aos quais sinto grande estima e admiração: minha gratidão pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos, trazendo sugestões e orientações durante o processo de qualificação que contribuíram significativamente para o resultado desta pesquisa.

À minha amada família, meus pais Antonio e Nilza, por terem acreditado em minha formação acadêmica ao longo de toda a minha vida. Aos meus irmãos Leriene, Viviane e Cristiano, pelas experiências vividas e conhecimentos compartilhados. A meu marido, Warlen, e a minha filha Maísa, pelo amor e confiança em mim depositados, me enchendo de coragem para continuar minha jornada. À minha tia Méris e a minha amiga Loide, por compartilharem comigo momentos de grande aprendizagem, me ouvindo e aconselhando, sempre com um cafezinho gostoso. A todos os meus familiares e amigos que de um jeito ou de outro me ajudaram a concluir mais uma etapa da minha formação.

Aos meus amigos de mestrado, em especial ao Paulo Bulgareli, Elaine Polido e Luiz Felipe Marques, pela amizade e parceria ao longo desses anos, compartilhando anseios e conquistas que ficarão gravados na memória.

Quando nós, mortais, entre a efemeridade das coisas, possuímos a paz que pode existir no mundo, se vivemos retamente, a virtude usa com retidão dos seus bens; mas, quando não a possuímos, a virtude faz bom uso até mesmo dos males de nossa condição humana. A verdadeira virtude consiste, portanto, em fazer bom uso dos bens e malese em referir tudo ao fim último, que nos porá na posse da perfeita e incomparável paz.

(Santo Agostinho. Cidade de Deus, X).

CAMPOS, Tatiane Graciele Caetano. **Perceval ou o Conto do Graal**: um estudo sobre a formação do cavaleiro gaulês do século XII. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí. Orientador: Conceição Solange Bution Perin. Paranavaí, 2021.

## RESUMO

Este estudo analisa a obra literária *Perceval ou O Conto do Graal*, de Chrétien de Troyes (1135-1183), com o objetivo de investigar a formação do cavaleiro medieval na França do século XII, desde criança até se tornar uma figura heroica, consagrada como modelo ideal de comportamento a ser seguido. Em meio às transformações econômicas e sociais do período, Troyes versou sobre a importância das virtudes para a formação humana, ética e moral, considerando que a verdadeira missão do cavaleiro era servir a Cristo e a Igreja, tornando-se digno de encontrar o Santo Graal e ser consagrado como exemplo ideal de comportamento. Os pressupostos teórico-metodológicos para o desenvolvimento desta pesquisa foram fundamentados na perspectiva da História Social e no conceito de Longa Duração respaldados em autores como Marc Bloch (1886-1944) e Braudel (1902-1985), entre outros estudiosos da Idade Média, pois acreditamos que entender algumas questões educacionais e sociais do passado nos possibilita compreender a relevância do conhecimento na formação do homem em diferentes períodos. Os resultados revelam a necessidade de educar o homem por meio das virtudes e dos valores morais e éticos desde sua infância, evitando seu contato com os vícios e os pecados mundanos; a educação para as virtudes não é um caminho fácil, já que o homem possui uma inclinação natural para os vícios, esta precisa ser ensinada e praticada diariamente. Ao analisar o processo formativo do personagem Perceval, percebemos que sua educação iniciou-se desde criança por meio dos conselhos maternos que visaram imbuir em seu espírito os valores cristãos e das brincadeiras e jogos que permitiram o desenvolvimento de habilidades e aptidões pertinentes ao ofício da cavalaria, para posteriormente ser ensinado mediante os exemplos dos mestres e da prática para se tornar um exímio cavaleiro. Concluímos que os valores e as virtudes presentes na formação do cavaleiro da França do século XII constituem-se como elementos essenciais da formação humana, e almejados pela sociedade em diferentes períodos históricos.

**Palavras-chave:** Idade Média; Literatura Cavaleiresca; Virtudes; Formação humana.

CAMPOS, Tatiane Graciele Caetano. **Perceval or The Story of the Grail: the formation of the medieval knight of 12th century France.** 130 f. Dissertation (Master in Teaching) – State University of Paraná. Advisor: Conceição Solange Bution Perin. Paranavaí. Paranavaí, 2021.

## ABSTRACT

This study analyzes the literary work *Perceval or The Story of the Grail*, by Chrétien de Troyes (1135-1183). It aims to investigate the formation of the medieval knight of 12th century France, since childhood to the point when it becomes a heroic figure, consecrated as a role model to be followed. Amidst the economic and social transformations of that period, Troyes addressed the importance of virtues for human, ethical and moral formation, considering that the true mission of a knight was to serve Jesus Christ and the Church, thus, becoming worthy of finding the Holy Grail and considered an ideal example of behavior. The theoretical and methodological foundations of this research are the perspective of Social History and the Long Term concept, supported by authors such as Marc Bloch (1886-1944) and Braudel (1902-1985), among other researchers on the Middle Ages. As far as we believe, understanding some educational and social issues of the past allows one to understand the relevance of knowledge for the formation of men in different periods. The results show that it is necessary to educate a man based on virtues, as well as moral and ethical values since childhood, thus, preventing them from having contact with worldly sins and vices. An upbringing based on virtues is not an easy path, since mankind is naturally prone to vices. Therefore, virtue needs to be taught and practiced every single day. When analyzing the formation process of the character Perceval, it is possible to realize that his education started when he was a child, the time in which his mother would always give him advice on how to honor Christian principles. Not to mention the games that enabled him to develop skills and aptitudes expected from a member of cavalry, so that he could later be taught, from the examples of his masters and their practice, how to become a genuine knight. We conclude that the values and virtues present in the formation of knights in 12th century France are essential elements of human formation, which is the reason why they are sought by society in different historical periods.

**Keywords:** Middle Ages; Knightly Literature; Virtues; Human Formation.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Mapa da localização das cidades de Troyes, Flandres e Champagne .....	23
FIGURA 02	Mapa das principais rotas comerciais mediterrâneo dos séculos XII e XIII .....	32
FIGURA 03	Mapa da primeira Cruzada (1095-1099) .....	38
FIGURA 04	Jogo Cooperativo: Telefone sem fio .....	116
FIGURA 05	Jogo Cooperativo: Escravos de Jó .....	117
FIGURA 06	Jogo Cooperativo: Quebra-cabeça .....	118
FIGURA 07	Jogo Cooperativo: Pega-pega corrente .....	119
FIGURA 08	Jogo Cooperativo: Mensagem de Cooperação .....	120

## LISTA DE TABELA

TABELA 01	Quadro das virtudes .....	47
-----------	---------------------------	----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO DA FRANÇA MEDIEVAL DO SÉCULO XII</b> .....	21
2.1	A HISTORIOGRAFIA E A CAVALARIA MEDIEVAL .....	33
2.2	A IMPORTÂNCIA DAS VIRTUDES NA FORMAÇÃO DO CAVALEIRO ...	43
2.3	A CORAGEM .....	48
2.4	A GENEROSIDADE .....	50
2.5	A PUREZA .....	52
<b>3.</b>	<b>ANÁLISE DA OBRA PERCEVAL OU O CONTO DO GRAAL, DE CHRÉTIEN DE TROYES E A FORMAÇÃO DO CAVALEIRO IDEAL</b> .....	56
3.1	A CRIANÇA PERCEVAL NO ISOLAMENTO DA FLORESTA .....	57
3.2	O PAPEL DA MÃE NA FORMAÇÃO DO CAVALEIRO .....	64
3.3	O MESTRE COMO MÉTODO DE ENSINO PELO EXEMPLO .....	74
3.4	O ERMITÃO, A MISSÃO DE PERCEVAL E O DUELO ENTRE A VIRTUDE E O VÍCIO .....	86
<b>4</b>	<b>OS MÉTODOS DE ENSINO UTILIZADOS NA FORMAÇÃO DO CAVALEIRO MEDIEVAL DO SÉCULO XII</b> .....	92
4.1	AS BRINCADEIRAS E JOGOS NA FORMAÇÃO DE PERCEVAL .....	92
4.2	A EDUCAÇÃO POR MEIO DOS CONSELHOS MATERNOS E DOS EXEMPLOS DOS METRES .....	101
4.3	OS JOGOS COOPERATIVOS PARA A FORMAÇÃO HUMANA .....	109
4.4	TORNEIO DAS VISTUDES: PROPOSTA DIDÁTICA PARA CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I .....	113
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	121
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	125

## 1. INTRODUÇÃO

Antes de adentrarmos nas especificidades desta pesquisa, faz-se necessário, mesmo que de forma breve, uma apresentação sobre minha caminhada acadêmica e a importância da investigação para minhas formações profissional e pessoal.

No ano de 2004, concluí graduação em Pedagogia, Licenciatura Plena, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Em seguida, cursei pós-graduação em Gestão Educacional pela mesma instituição, em Psicopedagogia Clínica e Institucional, pelo Centro Universitário de Maringá (Unicesumar); e em 2011 Especialização em Saúde para Professores da Educação Básica pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Como professora da Educação Básica da rede pública municipal, do Ensino Fundamental I, me preocupo com a educação e a formação humana, principalmente com a formação moral, visto que as crianças tornar-se-ão adultos inseridos na sociedade futura e influenciarão, por meio de suas atitudes, comportamentos e pensamentos.

Diante disso, tenho me dedicado a estudos relacionados à formação e ao desenvolvimento intelectual. Ao iniciar o Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar (PPIFOR) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), tive a oportunidade de estudar e pesquisar sobre a importância educacional e relevância social da obra clássica literária *Perceval ou O conto do Graal*, do final do século XII, escrita por Chrétien de Troyes (1135-1183).

A escolha dessa obra deve ser esclarecida. Trata-se de um conto que tem mais de oito séculos. Logo, poderíamos questionar: o que esse conto pode nos ensinar? A resposta é que quando nos referimos à formação humana, devemos compreender que está se fazendo presente em todos os momentos, seja no passado, no presente ou no futuro. Por isso, se faz premente investigar a educação, as virtudes e a ética para a convivência social.

Algumas questões perpassam a história e se revelam como prioridades para a compreensão de atitudes e comportamentos individuais que interferem na vida coletiva. Por essa razão, é pontual esclarecermos que versamos sobre a formação educacional do homem na sociedade, os exemplos que cada um pode representar e a necessidade de refletirmos sobre nossa inserção e atuação nas relações sociais.

Portanto, a justificativa pela escolha da obra de Chrétien de Troyes (2014), para analisar o personagem protagonista e sua narração, se faz para entendermos que o processo educacional, iniciado desde cedo, quando não compreendido para o bem coletivo, pode resultar em frustrações no campo particular e no social. Perceval (personagem principal) era um jovem em plena adolescência, forte, hábil e ingênuo, vivendo em uma erma floresta solitária, isolado do resto do mundo. Ao demonstrar as características físicas e psicológicas desse personagem, o autor destaca a importância de educar as crianças e jovens de modo a lhes proporcionar uma educação virtuosa, mediante bons exemplos, que serviriam de modelo para o desenvolvimento e a prática de virtudes na área social.

As virtudes, de acordo com Aristóteles (384-322 a.C.), podem ser de dois tipos: intelectual e moral. “A primeira se desenvolve através do ensino, do conhecimento, por isso requer experiência e tempo. A segunda, as virtudes morais, são adquiridas em consequência do hábito.” (ARISTÓTELES, 1991, p. 27), e constituem as atitudes das pessoas em praticar as ações voltadas para o coletivo. Observamos que nenhuma das virtudes são desenvolvidas naturalmente: precisam ser ensinadas para se tornarem hábitos.

Nas palavras de Aristóteles percebemos a preocupação com a educação do homem, pois é pelos atos que praticamos que nos tornamos moralmente bons; é pelo que fazemos na presença do perigo e pelo hábito do medo ou da ousadia que nos tornamos valentes ou covardes. As virtudes devem ser ensinadas ao homem para que encontre o equilíbrio entre elas, desenvolvendo o hábito virtuoso.

Segundo Tomás de Aquino (1224-1274), autor que viveu no século posterior à publicação de Troyes, o hábito é o que compõe o princípio dos atos humanos, o que define o comportamento e o pensamento dos homens, por isso precisa ser ensinado via bons exemplos. Ao praticar bons atos frequentemente, o homem os incorpora, transformando-os em hábitos.

Nesta pesquisa temos como objetivo principal investigar a formação do cavaleiro Gaulês do século XII, apresentado à nobreza francesa como um modelo ideal de comportamento para conviver em sociedade, consubstanciado na obra *Perceval ou o Conto do Graal*.

Pontuamos que o autor da novela cavaleiresca Chrétien de Troyes exerceu grande influência sobre a literatura francesa do século XII por apresentar em suas obras um romance cortês, conciliando a brutalidade da guerra com a elegância da

nobreza. Desse modo, seus cavaleiros não lutavam apenas por aventuras e glórias, mas também tentavam se tornar ilustres por seus valores e feitos honrosos (BARTHÉLEMY, 2010).

Entre os escritos literários de Troyes, elegemos como fonte deste estudo a obra *Le Conte Du Graal*<sup>1</sup>, originária do francês antigo. Optamos por duas traduções, uma disponível em versão digital, intitulada *Perceval ou O Conto do Graal*, publicada em 2014, e outra traduzida e impressa em 2017, denominada *Perceval ou o Romance do Graal*. Salientamos que se configura como o primeiro texto a tratar do Santo Graal: tudo o que foi escrito depois sobre esse cálice sagrado tem como referência a obra de Chrétien de Troyes (1135-1183).

Elegemos como tema de estudo a formação do homem na figura do cavaleiro da Gália<sup>2</sup> (França) do século XII. Como objeto de estudo, optamos pelo processo de formação do cavaleiro, desde criança até se tornar uma figura heroica, consagrada como modelo ideal de comportamento a ser seguido. O problema que orientou esta pesquisa é de natureza pedagógica, uma vez que versa acerca da formação do homem e questiona: Por que a figura do cavaleiro da França do século XII, em meio às transformações econômicas e sociais, representava um modelo de virtude a ser seguido?

Justificamos o estudo da obra *Perceval ou O conto do Graal* pela relevância atribuída por Troyes à formação humana, destacando a formação moral e espiritual humana para o aperfeiçoamento da sociedade. Troyes não se limitou à narração de uma aventura cavaleiresca apenas com seus feitos heróicos; ao contrário, expressou uma hábil e acertada caracterização psicológica dos personagens principais da ação, evidenciando a necessidade dos valores morais, éticos e virtuosos para a formação do cavaleiro ideal com base nos preceitos cristãos.

Em levantamento no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre os trabalhos publicados a respeito da obra referenciada, verificamos que existem algumas publicações relativas a esse tema em língua portuguesa. Encontramos no Google Acadêmico uma monografia e uma dissertação na área de História e Filosofia, bem como seis artigos, sendo dois referentes à formação do cavaleiro, dois sobre as representações da cavalaria e dois

---

<sup>1</sup> A data de publicação da obra varia entre 1181 a 1191.

<sup>2</sup> Gália localizada na região dos Francos onde posteriormente deu origem a França, a partir de agora usaremos França medieval ou França do século XII para denominar nosso recorte histórico.

acerca dos valores cavaleirescos. Identificamos alguns trabalhos na área da Educação, sendo dissertações e monografias dos cursos de Letras e Literatura.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica pautada em uma novela de cavalaria do século XII e que objetiva entender a educação e formação do homem, perpassando a relação passado e presente, fundamentamos este estudo na História Social e no conceito de longa duração, dialogando com autores como: Marc Bloch (1886-1944); Braudel (1902-1985); Duby (1919-1996); Le Goff (1924-2014) e outros que contextualizam a História como essencial para a compreensão das transformações e dimensões sociais: culturais, educacionais, econômicas e religiosas.

Na acepção de Marc Bloch (2001, p. 75), “[...] a história não é a ciência do passado, mas sim a ciência dos homens no tempo.”. O passado é, por definição, um dado que não mais se modificará, pois está estático no tempo, mas o conhecimento do passado é algo em desenvolvimento, em movimento, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.

Ainda de acordo com o Bloch (2001), a História Social visa compreender os homens em todas as particularidades da organização social, ou seja, em todas as atividades humanas essenciais à convivência em sociedade em qualquer período histórico. Assim, o homem permanece acompanhando as mudanças da sociedade em que está inserido ao longo do tempo. O passado, que não pode mais ser mudado, constitui-se a base para o presente, pois os fatos que ocorrem ao redor do homem não lhe oferecem subsídios para explicar historicamente a sociedade e a sua organização. Segundo Bloch (2001), é preciso buscar fundamentos na história para entender que nada é totalmente novo, que as relações sociais seguem o desenvolvimento e os homens procuram atualizar as prioridades em consonância com a sociedade vigente.

Na visão de Fernand Braudel (1965) a história de longa duração é como uma ‘estrutura’, ou seja, modifica-se lentamente, de forma quase imperceptível. Diante dela, boa ou má, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais que ultrapassam o tempo. Acrescenta que uma estrutura é, sem dúvida, um conjunto, uma arquitetura, uma realidade que o tempo usa mal e veicula demoradamente. Certas estruturas, por viver muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações, comandando seu fluxo, ou seja, seu desenvolvimento histórico.

Dessa forma, entendemos que o estudo sobre a formação do cavaleiro do século XII, aborda de modo geral, a formação do homem e a necessidade de educá-lo para conviver em uma determinada sociedade. A necessidade de educação do homem, se constitui em um 'fundo permanente', ou seja, uma estrutura que pode modificar os seus métodos de ensino, mas se mantém necessária ao longo da história, tornando-se indispensável até a atualidade.

Em consonância com o exposto, Le Goff (1990, p. 05) afirma que “[...] a História Social é a história dos homens em sociedade, [...] a história humana”, visando compreender a vida do homem ao longo do tempo, seu modo de agir, de pensar, de se relacionar com o outro, de se organizar em sociedade.

Destarte, a cavalaria também sofreu transformações ao longo do tempo e seus guerreiros precisaram ser reorganizar e se adaptar as estruturas feudais.

Para Perroy (1965), por volta dos anos mil, os soldados armados e montados, passaram a ser chamados de cavaleiros, desse modo, aqueles que não tivessem condições de se apresentar com o equipamento completo do guerreiro montado, não poderia ingressar no exército.

Com isso, para se tornar um cavaleiro, era necessário ser um grande proprietário fundiário, dono de grande riqueza ou estar a serviço de um, como seu vassalo, nesse caso, o cavaleiro fazia a segunha do seu senhor e troca receberia vantagens como: terras e guarnições para se manter (PERROY, 1965). Com o passar do tempo, a cavalaria antes aberta a todos os ricos fundiários, tendeu a transformar-se em uma casta fechada, hereditária, onde prevalecia os laços sanguíneos, passados de pai para filho. Fato este, favorecido pela inércia econômica do período, visto a dificuldade de aumentar a herança e a posse de terras.

Segundo Perroy (1965, p. 14), “[...] só os filhos de cavaleiros e só eles, com a exclusão dos arrivistas aventureiros ou camponeses enriquecidos, herdaram a qualidade de cavaleiro [...]”. Aos herdeiros da cavalaria, após prova de habilidade militar, seria concedido o armamento das mãos de um ancião de sua liguagem, de modo que estivesse apto a exercer o ofício da cavalaria. Do mesmo modo, Chrétien em sua obra literária, chama a atenção para a importância da linhagem de cavaleiro, que o protagonista herda de seu pai. E destaca a importância da formação e do desenvolvimento das habilidades e práticas militares para o exercício da cavalaria.

Dessa forma, nos são apresentados, por meio da literatura, aspectos históricos de um determinado período, ainda que rebuscado de um imaginário que mistura ficção

com a realidade, que nos permite identificar costumes e valores de uma dada sociedade. Nesse sentido, o estudo da literatura e da arte pode ser esclarecedor, haja vista que, nas produções literárias e artísticas, o autor expressa ideias, comportamentos, valores e hábitos da sociedade em que está inserido, representando por meio do imaginário, projeções e, até mesmo, contribuições para um futuro próximo.

O lugar que Carlos Magno ocupa nas canções de gesta, o nascimento do romance no século XII e o fato de ter assumido a forma de romance histórico (argumento antigo: cf. o nº 238 da "Nouvelle Revue Française", *Le roman historique*, 1972), a importância das obras históricas no teatro de Shakespeare [Driver, 1960] são testemunhas do gosto de algumas sociedades históricas pelo seu passado. (LE GOFF, 1990, p. 39).

Para o autor, a literatura reflete a imagem de uma determinada sociedade, seus aspectos socioculturais, políticos e econômicos, o modo como seus membros agem e pensam. Isso possibilita ao leitor compreender as características de dada sociedade e seu período histórico através das produções literárias e artísticas.

Consustanciamo-nos em Le Goff (2005) quando assinala que:

Os heróis e maravilhas da Idade Média, tais como esta última os constituiu, venerou, amou e depois legou aos séculos futuros, nos quais eles continuaram vivos, transformando-se em uma combinação de alusões ao passado, adaptações ao presente e abertura com relação ao futuro. (LE GOFF, 2005, p. 14).

Nessa direção, o passado é uma construção e uma reinterpretação constante. À medida que a sociedade se transforma, o passado é reavaliado e reinterpretado de acordo com as necessidades de determinado período histórico, se caracterizando também como um fundo permanente no conceito de longa duração, uma vez que o passado tem um futuro que é parte integrante e significativa da história (BRAUDEL, 1965).

As adaptações e releituras evidenciam como o mundo à nossa volta nos influencia naquilo que concebemos, criamos e produzimos artisticamente e na forma como apresentamos o trabalho artístico, seja um exemplo de arte bastante recente, como um jogo eletrônico, ou um trabalho de arte mais tradicional, como um livro. Na Idade Média, o mesmo fenômeno acontecia. Era comum que livros ligados à lenda do Rei Artur e seus cavaleiros da *Távola Redonda* apresentassem em sua narrativa algumas inquietações e anseios dos autores que os escreveram (ALVIM, 2014).

Troyes, vislumbrando as mudanças econômicas e sociais ocasionadas pelo crescimento do comércio e das cidades, o que implicaria também em mudanças nas relações entre os homens, propôs, em sua narrativa, exaltar os valores morais prescritos à nobreza e aos nobres cavaleiros. Apresentou Perceval como um possível modelo ideal de cavaleiro, ou seja, aquele que servisse de exemplo para os demais e fosse digno de adentrar a Ordem de Cavalaria e que viria a ser chamado de cavaleiro cristão.

Para compreender a proposta de formação moral empregada por Chrétien de Troyes e conhecer o modelo ideal de cavaleiro que serviria de exemplo de comportamento, representando a nobreza e tornando-se digno de servir a Deus, nos fundamentamos em Aristóteles e Tomás de Aquino sobre a questão das virtudes e da ética. Justificamos os diferentes períodos vividos por esses autores, alguns que antecedem e outros que sequenciam o momento em que a obra foi escrita, porém nosso objetivo é trabalhar a longa duração, compreendendo que determinados temas são debatidos historicamente.

E para sistematizar o processo de formação de Perceval no caminho das virtudes e da fé cristã, referenciamos a obra do autor catalão Ramon Llull intitulada *O Livro da Ordem de Cavalaria* (*Libre de l'Orde de Cavalleria*), escrita no século XIII. Apesar da diferença cronológica de quase um século, escolhemos essa obra por seu cunho pedagógico, uma vez que o autor propôs um verdadeiro manual para os novos cavaleiros, defendendo que o aspirante a cavaleiro tivesse conhecimento das regras e costumes da Ordem de Cavalaria antes mesmo de se tornar escudeiro, ou seja, desde criança. Llull, por meio de um manual, estrutura o modelo de cavaleiro ideal que Chrétien não o fez com a mesma sistematização.

O diálogo entre Chrétien de Troyes e Ramon Llull torna-se pertinente uma vez que Troyes preconiza em sua obra *Perceval ou O Conto do Graal* o percurso necessário para se tornar um cavaleiro virtuoso, um verdadeiro cavaleiro cristão, o que posteriormente Llull sistematiza e consolida como um manual aos novos cavaleiros. Consideramos que os dois autores compartilhavam dos mesmos conceitos e valores presentes na sociedade em diferentes períodos históricos, pois as mudanças ocorrem lentamente e podem deixar resquícios que perpassam longos períodos.

Ao propor o estudo de obras literárias medievais, devemos considerar que as representações de cavalaria nelas expressas estão embebidas de uma ideologia que

visam ao ideal. Os autores buscam, por meio de suas narrativas idealizadas, propor um modelo de comportamento e de virtude muitas vezes ausente na sociedade da época, e, portanto, podem não apresentar esse corpo social exatamente como era, ou seja, fidedigno com a realidade de seu período.

Le Goff (2013, p. 88), em *Heróis e Maravilhas da Idade Média*, escreve que “O imaginário transborda o território da representação e é levado adiante pela fantasia, no sentido forte da palavra”. Assim, o imaginário cria e desenvolve lendas e mitos relacionados aos mais variados temas sociais, dando ‘asas’ à imaginação de um grupo ou de uma sociedade.

Nessa concepção, podemos assinalar que a literatura colabora com o imaginário, porque aborda o conjunto de quimeras, ilusões e anseios de uma civilização, transformando a realidade e a projetando no intelecto de modo veemente, sendo necessário distinguir na literatura e na produção artística a realidade entre a fantasia e sua representação simbólica, ou seja, real (LE GOFF, 2013). Nesse sentido, a proposta do modelo ideal de comportamento por meio da figura do cavaleiro extrapola a representação simbólica do personagem e adentra o imaginário, elevando-o ao ‘status’ de um verdadeiro herói, ou seja, um modelo a ser seguido.

No intuito de apresentarmos os tratados de comportamento que representariam o modelo de homem do final do século XII, organizamos esta pesquisa em três seções que se interligam e versam sobre as relações históricas entre o passado e o presente, permeadas pela formação humana.

Na primeira seção, discorreremos sobre o contexto social, político, educacional, religioso e econômico da França no final do século XII. A contextualização da obra se faz necessária para compreendermos em que contexto social Chrétien de Troyes estava inserido e suas motivações para a produção da literatura.

Na segunda seção, analisamos a novela cavaleiresca *Perceval ou O conto do Graal* de Chrétien de Troyes, compreendendo a formação do cavaleiro desde criança até tornar-se a figura heroica consagrada ou apresentada à sociedade como modelo ideal de comportamento. Pautamo-nos em quatro figuras secundárias, mas de grande relevância para o processo de formação do cavaleiro: a criança, a mãe, o mestre e o ermitão. Por meio desses quatro personagens identificamos os valores e as virtudes fundamentais para formar o cavaleiro ideal com os princípios cristãos digno de encontrar o Santo Graal.

Na terceira seção, tratamos dos métodos de ensino utilizados durante a formação do cavaleiro, considerando as brincadeiras e os jogos na infância com os exemplos teóricos e práticos da mãe e dos mestres. Nessa mesma seção, sugerimos uma proposta didática com jogos e brincadeiras para crianças do Ensino Fundamental I. O objetivo da proposta é apresentar a importância do estudo da literatura desde os anos iniciais e trabalhar com as crianças sobre os valores e virtudes essenciais à formação humana.

## 2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO DA FRANÇA MEDIEVAL DO SÉCULO XII

Antes de adentrarmos nas especificidades do nosso objeto de estudo, faz-se necessário discorrermos sobre o período histórico e as mudanças na sociedade da Europa Ocidental Medieval<sup>3</sup> a fim de compreendermos em que contexto a obra e o autor pesquisados se inserem.

Nesse âmbito, vale ressaltar que a Europa ocidental do século XII presenciou mudanças que levaram a uma considerável alteração em sua estrutura socioeconômica, como a expansão na produção agrícola e nos espaços destinados às plantações, além do grande movimento urbano que contribuiu para o crescimento das cidades, determinantes nesse processo.

Le Goff (1992) sinaliza que a Europa presenciou o apogeu da expansão urbana com o crescimento das cidades: camponeses otimistas com a possibilidade de comercializar sua produção se dirigiam às cidades e ali se instalavam, juntando-se a homens de diferentes ofícios. Esse movimento social citadino propiciou também o fortalecimento da cristandade em meados dos séculos XII e XIII.

As cidades que tiveram início no interior das muralhas dos castelos e mosteiros ganhavam cada vez mais território e se expandiam, tornando-se um dos principais centros econômicos do período. Nesse processo de expansão, destacamos a importância da relação entre o campo e a cidade. Muitos camponeses passaram a cultivar suas terras para alimentar a população urbana e, com isso, essa população citadina alimentada pelos camponeses se desenvolvia e absorvia os trabalhos oferecidos no interior da cidade.

Nessa dinâmica, os camponeses também eram envolvidos pelas transformações urbanas, e à medida que as cidades cresciam, crescia também a necessidade de aumentar a produção agrícola e a posse de terra.

A cidade medieval era bastante penetrada pelo campo. Os citadinos levavam uma vida semi-rural no interior das muralhas que abrigavam vinhas, jardins e mesmo prados e campos, com gados, estrume e excrementos. [...] Ser citadino ou camponês era uma das grandes linhas de clivagem da sociedade medieval. (LE GOFF, 2005, p. 294).

---

<sup>3</sup> “O termo Europa Ocidental é empregado neste estudo com base em Le Goff, assumindo, mais que uma denominação geográfica, o sentimento de certa comunidade anterior à cristianização, que a partir do século XI, reforçou o sentimento dessa identidade coletiva, emitindo um novo vocabulário para exprimir o sentimento de cristandade.” (LE GOFF, 2007 p. 75).

Observamos a diferença entre os homens que cultivavam suas terras no isolamento dos prados, apenas em contato com a natureza, e aqueles que cultivavam suas terras nos espaços urbanos, muitas vezes apoiados pelo abade do mosteiro situado na cidade. A mudança no comportamento dos homens citadinos pode justificar o crescimento do número de abadias e mosteiros nos espaços urbanos, ficando para os religiosos a missão de disseminar a necessidade de os homens se afastarem dos vícios mundanos e se dedicarem ao cultivo da terra, favorecendo, assim, o desenvolvimento de novas técnicas de produção e acirrando a distinção entre os camponeses e os citadinos.

Le Goff (1992, p. 04) afirma que a cidade “[...] estabelece sua imagem e constrói seu imaginário e sua ideologia.”. Ao se referir à cidade com uma identidade própria, o autor indica uma nova dinâmica social presente em seu interior, o que contribuiu para o princípio de uma mudança nas relações sociais, um novo modo de pensar e viver em comunidade.

De acordo com Duby (1994), à medida que a cidade crescia e as relações socioeconômicas se transformavam, houve a necessidade de uma nova organização social. Desse modo, a sociedade se reorganizou e se tornou uma sociedade tripartite, representada por sacerdotes, guerreiros e camponeses todos a serviço da fé, ou seja, ligados à cristandade.

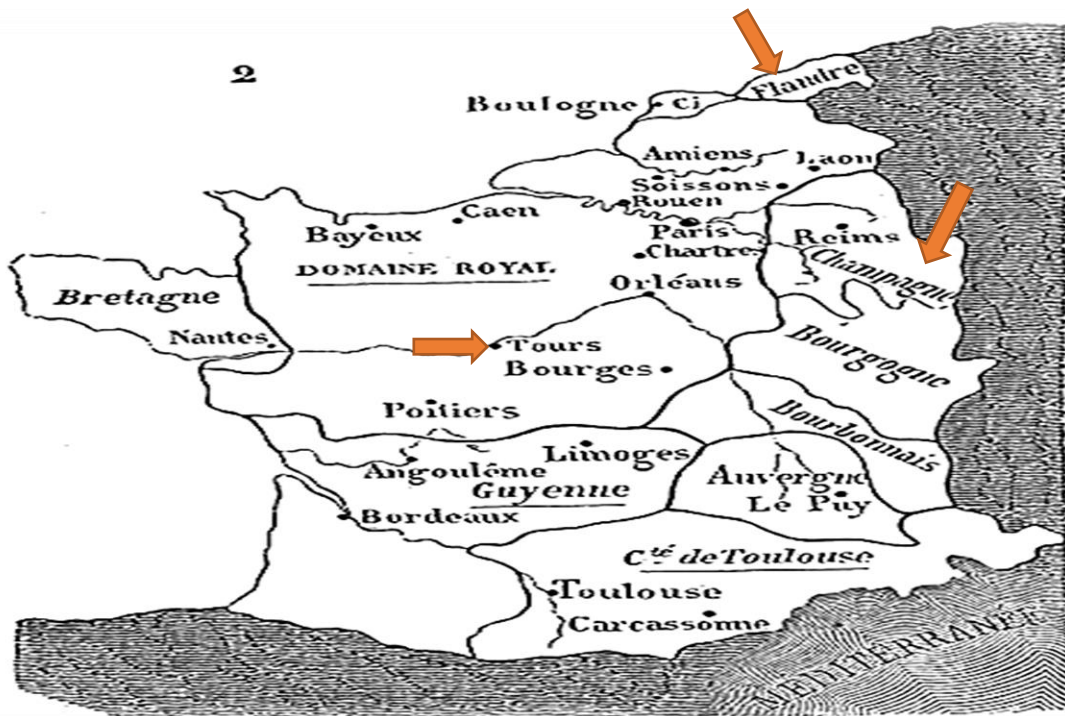
Os sacerdotes compunham o clérigo, os homens que cuidavam das orações e de manter a fé e a cristandade. Nesse grupo se incluía também a nobreza. Os guerreiros eram os cavaleiros, os *milites*, responsáveis pela segurança das outras duas ordens, em especial a proteção dos reinos, cujo ofício lhes rendiam recompensas e honrarias. E os camponeses eram responsáveis por alimentar as outras duas classes. Percebemos a relação de interdependência entre os ‘grupos’, ao mesmo tempo em que se constituem como três ordens distintas entre si.

Conforme Duby (1994), essa nova organização social expressava uma nova forma de pensar a sociedade, que buscava se desvencilhar do desejo de reestabelecer uma sociedade ancorada nos preceitos divinos, ou seja, em uma moral religiosa, ameaçando o poder da igreja. Sendo assim, a pretensão social era fundamentar-se em uma base moral cívica, deixando de se apoiar em preceitos religiosos para se apoiar em leis humanas, o que contribuía para transformar as relações sociais e intensificar os vícios mundanos no ambiente urbano, além de aumentar os esforços da Igreja para se manter no controle da sociedade.

Foi provavelmente a compreensão dessas mudanças sociais ocorridas na Europa ocidental, mais especificamente na Gália (França), região de origem de Chrétien de Troyes, que influenciou a obra deste autor e o fez propor uma novela de cavalaria centrada nas virtudes e na formação moral do homem, pautada nos princípios cristãos<sup>4</sup> que, em sua visão, deveriam estar presentes na sociedade que se constituía.

Segundo Martín de Riquer (2014), autor da *Nota Preliminar* da obra de Troyes, não se sabe muito sobre a vida de Chrétien de Troyes, acredita-se que nasceu no condado de Troyes (Figura 01), região francesa que pertencia a uma nobre família, dada a delicadeza e a cultura dispostas em seus escritos.

**FIGURA 01 – Mapa da localização da cidade Troyes, Flandres e Champagne**



**Fonte:** Domínio público (marcações nossas).

De origem nobre, Chrétien de Troyes conquistou o apreço da condessa Maria de Champagne, filha de Luís VII da França e de Leonor de Aquitânia, e passou a viver no palácio de Troyes. Acredita-se que sua produção literária tenha ocorrido entre os

<sup>4</sup> Um dos principais princípios cristãos é amar a Deus sobre todas as coisas e amar ao próximo como a si mesmo. O homem cristão deve ser temente a Deus e agir de forma ética e virtuosa em busca do bem coletivo para alcançar a verdadeira felicidade (SANTO AGOSTINHO, 1999).

anos de 1159 e 1190, levando em conta as pessoas às quais eram dedicadas suas obras.

Dotado de grande conhecimento clássico e tido como um homem culto, Chrétien escreveu a pedido de Felipe de Alsácia, Conde de Flandres, região da França, a quem tinha grande apreço e admiração, a obra intitulada *Perceval ou O Conto do Graal*, a primeira obra literária a tratar do Santo Graal (RIQUER, 2014).

De acordo com Riquer (2014), o Conde de Flandres era um homem bom e justo, o que não era muito comum para o perfil da realeza do período. Por esse motivo, Troyes escreveu uma dedicatória, uma homenagem ao Conde e empregou um caráter religioso e moral versando sobre a caridade e os valores cristãos necessários para se tornar um homem bom, deixando explícito o caminho que percorreria em sua obra.

Realçamos que a Idade Média cristã ocidental compreendia o homem por um viés religioso. O homem medieval deveria acreditar em Deus e seguir os seus mandamentos.

Conforme a época, a cristandade medieval insistia ou na imagem positiva do homem, ser divino, criado por Deus à sua semelhança, associado à sua criação [...], chamado a encontrar de novo o paraíso perdido por sua culpa, ou na sua imagem negativa, a do pecador, sempre pronto a sucumbir à tentação, a renegar Deus e, por conseguinte, a perder o paraíso para sempre e mergulhar na morte eterna. [...] ao passo que a partir dos séculos XII e XIII, tende a dominar a imagem otimista do homem, reflexo da imagem divina, capaz de continuar a criação na terra e de se salvar. (LE GOFF, 1989, p. 11).

Podemos perceber que em um longo período da Idade Média o homem foi julgado por seu pecado original, ou seja, por ter desobedecido a Deus e comido o fruto proibido (seduzido pelo pecado), como apresenta o livro de Gênesis sobre o início da criação. Esse comportamento, tido como negativo diante da ordem divina, contribuiu para que a Igreja caracterizasse o homem por sua fraqueza e sua inclinação para os vícios, sendo necessário buscar a salvação por meio da oração e da penitência.

No século XII, essa visão negativa do homem centrada no pecado começa a dar lugar a uma visão positiva, retomando a figura humana como imagem e semelhança de Deus e, portanto, capaz de conquistar sua salvação e retomar o paraíso perdido na terra. Nessa direção, aumentava o domínio da Igreja sobre os povos, e os eleitos para disseminar e propagar a salvação eram os sacerdotes representados pelos bispos, padres seculares, frades e monges, herdeiros legítimos

da doutrina cristã. Estes últimos, para serem dignos da nobre missão, viviam isolados em mosteiros, embebidos de um ideário de disciplina e obediência a Deus, pois acreditavam que somente assim conseguiriam a sua salvação e a dos outros (LE GOFF, 1989).

Em meio à contradição da figura de homem bom ou mau caracterizada pelo cristianismo como a luta do bem e do mal e centralizada na imagem do próprio Cristo, a Igreja possibilitou ao pecador uma via de salvação, sendo o próprio Cristo essa via, que ao assumir o pecado da humanidade e se redimir com o ato da crucificação, possibilitou ao homem se reconciliar com Deus. Le Goff (1989) assinala que surgiram duas concepções de homem medieval: o *homo viator* (homem em marcha) e o homem penitente.

O homem em marcha era um peregrino, que caminhava para a vida ou para a morte, a depender das suas escolhas. Os peregrinos eram representados pelos sacerdotes, que saíam dos seus mosteiros para pregar em outros lugares, viajando pelas estradas longínquas levando a salvação, ou por viajantes que saíam em grandes procissões rumo à Terra Santa e a lugares sagrados, sendo denominados cruzados por percorrerem grande extensão de terra em nome da fé e da exaltação a Deus.

O homem medieval era tido como um peregrino em potencial; os que não iam para as procissões em lugares sagrados peregrinavam em função de seus ofícios, principalmente com a expansão do comércio. Muitas foram as rotas e estradas terrestres ou marítimas percorridas para transportar mercadorias dos mais diferentes lugares, o que contribuiu também para a proliferação da cristandade e da miscigenação de diferentes culturas e línguas, caracterizando o espírito peregrino do homem.

Em consonância com Le Goff (1989), essa condição de homem peregrino, se não fosse fundamentada pela propagação da fé como os monges e os clérigos, poderia ser vista como forma de 'vagabundagem', falta do ofício. Esses ambulantes sem destino certo ficavam marginalizados e dependiam da ajuda da Igreja para sobreviver. Os homens penitentes eram sacerdotes, monges e fiéis (incluindo os nobres e os camponeses) que, perturbados pela ideia de pecado que lhes fora inculcada pela Igreja, utilizavam a penitência como forma de redimir seus pecados e ganhar a salvação.

O homem da Idade Média, corroborando Le Goff (1989), estava sempre pronto, apto para cumprir uma penitência, pois acreditava que esse seria o principal meio de se reconciliar com Deus e ser digno da salvação, mesmo que sua penitência não fosse das mais severas, como a autoflagelação, muito comum em algumas ordens religiosas, ou a flagelação privada ou pública para mostrar diante da população o desejo de se purificar e chegar a Cristo.

Essas manifestações de penitência no século XIII renderam muitas crônicas, demonstrando a prontidão do homem em se purificar após um acontecimento perturbador, seja particular ou coletivo (LE GOFF, 1989). Nesse cenário, a Igreja instituiu, a partir do *VI Concílio de Latrão*, em 1215, a obrigatoriedade da confissão e da penitência pelo menos uma vez ao ano, para que os cristãos pudessem lembrar-se da sua condição de pecador e reconhecer suas fraquezas frente ao Criador, buscando sua salvação.

Na análise da obra de Chrétien de Troyes, vemos com mais profundidade que essas duas concepções de homem se fazem presentes na trajetória do personagem Perceval e se completam à medida que o personagem busca a remissão de seus pecados por meio da peregrinação e da penitência, a fim de se reconciliar com Deus e ser digno de encontrar o Santo Graal.

Ao tratar das duas concepções de homem, Troyes evidenciou sua compreensão de mundo e das transformações vivenciadas no seio da sociedade em que estava inserido, uma vez que a cidade de Troyes e aquelas ao seu redor eram tidas como grandes centros de comércio da Europa ocidental. A circulação de pessoas de diferentes regiões e culturas favorecia as mudanças nas relações sociais entre os homens e a Igreja.

Duby (1994) afirma que nessa nova conjuntura social dominada pela religião a Igreja tentou submeter os guerreiros aos mesmos princípios cristãos e, assim, eles assumiram um papel de destaque na sociedade como nobres protetores da Igreja e da cristandade, bem como defensores da sociedade, além de garantir sua própria segurança. Duby (1994, p. 298) acrescenta que na sociedade tripartite, a nobreza incorporou a função dos cavaleiros e a colocou a serviço da fé: “Tomava lugar ao seu lado, nas categorias funcionais, como os primeiros dos *bellatores*<sup>5</sup>, na união da função sacra com a função militar.”. Essa união apresentava uma aparente harmonia entre

---

<sup>5</sup> *Bellatores* eram aqueles encarregados das atividades de defesa e ataque, ou seja, atividades militares (DUBY, 1989).

as três ordens sociais, porém não se percebeu que o esquema clerical também almejava submeter os guerreiros aos sacerdotes, assim como faziam com os camponeses, que viviam em uma relação senhoril para garantir os provimentos das outras duas ordens.

É importante salientar que a expansão urbana intensificou essas relações e alterou os laços de dependência com a nobreza, uma vez que o crescimento do comércio e a circulação de pessoas de diferentes regiões possibilitaram o surgimento de novos tipos de ofícios, como dos artesãos, jornaleiros e homens de ciência, concentrando nas cidades diferentes culturas e ofícios, incluindo pobres, heréticos, mulheres e crianças.

Diante do exposto, é fundamental que adentremos, ainda que de maneira sucinta, nas características de alguns desses grupos que formavam as cidades a fim de compreender melhor a estrutura social e as relações humanas no contexto em que Chrétien se encontrava inserido.

De acordo com Le Goff (1989), após os anos mil ocorreu um maior desenvolvimento urbano e as cidades passaram a ganhar mais visibilidade no contexto social e econômico. Desse modo, as relações se alteraram e despontaram homens que almejavam uma nova forma de entendimento e prioridades para a convivência e uma possível reorganização da sociedade. Entre eles se sobressaem diferentes novos 'profissionais', que por conta do desenvolvimento das cidades e do comércio se tornaram essenciais para atender as exigências do período.

Iniciamos com os mercadores: um dos grupos mais emergentes e de maior relevância para o crescimento das cidades e o desenvolvimento do comércio. Na acepção de Le Goff (1989), o mercador era conhecido como pessoa de grande aprendizagem, porque viajava por diferentes lugares, aprendia diversas línguas estrangeiras e variadas culturas, além de possuir a manipulação de moedas e o aperfeiçoamento de medidas fundamentais ao seu ofício. Era um negociante, um homem do trabalho que utilizava seu tempo e sua vocação para exercer funções econômicas e sociais.

Ainda segundo Le Goff (1989), o mercador contribuiu para a afirmação da pessoa enquanto sujeito inserido nas relações sociais e econômicas, alterando sua concepção de mundo e conseqüentemente seu comportamento. Por seu conhecimento na escrita e na linguagem, difundiu o que viriam a ser as línguas modernas, colaborando para realçar os componentes fundamentais da pessoa

humana – a alma e o corpo. Essa questão exigiu a necessidade de se educar a alma por meio das virtudes e dos valores cristãos, pois nessa ‘nova’ sociedade as transformações ligadas ao trabalho e às relações do comércio alteraram a concepção de vocação e de tempo em objeto de apropriação individual, contrárias à doutrina cristã que acreditava que este pertencia apenas a Deus.

Pirenne (1982), ressalta que a Igreja não via com satisfação a expansão do comércio, considerando o conflito moral que a movimentação do dinheiro e o acúmulo de riquezas poderiam provocar na alma humana, afastando o homem de Deus e aproximando-o dos vícios terrestres. A Igreja tentou estabelecer regras para proibir algumas práticas econômicas como o empréstimo de dinheiro, a fim de dominar os mercadores pela consciência do pecado, o que não teve muito êxito frente às transformações eminentes na sociedade européia.

Outro grupo de grande relevância nesse processo foram os artesãos que, impulsionados pelo crescimento das cidades, se instalaram em seu interior no intuito de vender seus produtos, e conseqüentemente aumentaram o fluxo e a movimentação do comércio. Pirenne (1982) ressalta que:

Tentou-se em vão provar que, na época da formação das cidades, estes artesãos domésticos, foram autorizados a trabalhar para o público, que alguns homens livres a eles se uniram e que estes agrupamentos, servis a princípio, transformaram-se em corporações autônomas. (PIRENNE, 1982, p. 180).

Preocupados com o crescimento das cidades e com o êxodo de camponeses para as áreas urbanas, os senhores feudais tentaram manter seu poder sobre esses grupos, incluindo os artesãos. Estes, por sua vez, para se fortalecerem e se livrarem do poder senhoril, se uniram e se desenvolveram dentro das cidades confrarias, ou seja, grupos de trabalhadores manuais unidos por profissões tais como ferreiros, tecelões, ourives, entre outros, seguindo modelos de associações religiosas e cooperação mercantil. Pirenne (1982) propala que essa união fortaleceu a corporação do artesão e a protegeu dos concorrentes estrangeiros, propiciando-lhe maior poder de negociação e visibilidade comercial, contribuindo para o fortalecimento do comércio em geral e para o impulsionamento urbano.

Le Goff (1989) enuncia que no interior das cidades viviam também os pobres e os heréticos, considerados homens marginalizados pela sociedade medieval, os ‘miseráveis’ desprovidos de dinheiro, caídos por um breve ou longo período na

pobreza, restando-lhes a condição de mendigos pelas ruas das cidades. Os aleijados, os doentes e os peregrinos eram acolhidos pela Igreja para serem tratados e cuidados em mosteiros, que se tornavam verdadeiros hospitais de caridade. A Igreja tornava-se assim a protetora dos pobres e oprimidos.

Os heréticos eram os homens que a Igreja mais excluía, porque se encontravam, simultaneamente, dentro e fora da cidade. Viviam espalhados por toda a parte e ameaçavam os alicerces ideológicos, institucionais e sociais da religião dominante e a autoridade da Igreja, contestando-a com suas crenças e seus deuses (LE GOFF, 1989).

Outro grupo que merece destaque nesse movimento de expansão urbana é o da mulher e o da criança, dada a relevância empregada por Chrétien de Troyes a esses personagens em sua obra, aprofundados no segundo capítulo desta dissertação.

De acordo com Flori (2005), a mulher ocupava um papel relevante na sociedade medieval. A partir da instituição do sacramento do matrimônio pela Igreja católica, no século XII, o casamento passou a ser concebido como um meio de manter as alianças políticas e econômicas, pois foi instituído sob a égide da monogamia, ou seja, o homem poderia desposar apenas uma mulher e a esta caberia a virtude da pureza, da virgindade, com o objetivo principal de assegurar herdeiros legítimos.

Flori (2005, p. 144) também assevera que “[...] para ascender na sociedade, o melhor meio (quase o único) é, de longe, obter a mão da filha de um *sire*, sobretudo se ela é herdeira, ou da viúva dotada de um senhor falecido.”. Nesse período, a mulher tinha alguns direitos como a herança (posse de terras e títulos), o direito de governar e, em alguns casos até reinar, quando na ausência de um irmão varão, o trono seria seu por direito.

Para Duby (2013), outro aspecto importante da figura feminina no contexto europeu medieval são os filhos, providos para ampliar o poder político e econômico. Nesse caso, a mulher tinha papel fundamental, uma vez que era esperada a continuação da linhagem. Desses filhos se esperavam a continuação do reinado e a ampliação do poder frente às relações sociais e econômicas traçadas por seus pais, ainda quando crianças. À mãe cabia o dever de educá-los e de transmitir-lhes as tradições de seus antepassados, mostrando-lhes a responsabilidade que lhes caberia quando se tornassem adultos.

Duby (2013) afirma ainda que os filhos fossem a continuação de seus pais, isto é, a manutenção da linhagem que precisava ser preservada. Continua: “E assim, pela sucessão dos tempos, que os filhos legítimos nascidos de minha semente, sucedendo-se cada qual por sua vez por reta e legal linha de geração, [...]” (DUBY, 2013, p. 76). Nessa passagem, podemos observar a importância da criança na sociedade medieval para a preservação das relações política e econômica de sua família, além de contribuir para a manutenção e o fortalecimento da nobreza enquanto ordem determinante.

Também destacamos nesse cenário os intelectuais. Em conformidade com Le Goff (1989), esses homens trabalhavam com as palavras e a mente, sendo representados pelos mestres, doutores, filósofos e literatos. Muitas das suas exposições eram realizadas por meio da oralidade em praças públicas e seus escritos destinados à nobreza.

O intelectual, para se distinguir do trabalhador manual, se firmava como um homem dos livros e da palavra. A esse grupo Le Goff (1989) atribui três características relevantes: internacional, em decorrência do seu conhecimento em latim e das viagens frequentes de uma escola ou universidade para outra; solteiro, não possuía obrigações familiares ou conjugais; e autoridade na interpretação de textos imperativos.

De acordo com Le Goff (1989), esses tipos de homens, juntamente com outros apresentados neste texto, constituíram-se como cidadãos, ou seja, antigos camponeses que se instalaram no interior das cidades e por estarem inseridos nesse movimento urbano, participaram das mudanças sociais de modo geral. Para Le Goff (1989), esse novo comportamento deu origem a novos vícios como a avareza e a ambição, o que contribuiu também para aumentar o índice de violência nos espaços urbanos, sendo comuns punições por crimes e até mesmo flagelações em espaços públicos. O fato de os cidadãos estarem concentrados em espaços determinados e propícios como tavernas, cemitérios, praças, fornos, entre outros utilizados por diversas pessoas ao mesmo tempo, essa convivência próxima favorecia alguns conflitos sociais.

Ante o fortalecimento das cidades e do comércio, os mercadores e os artesãos foram essenciais para o surgimento de um novo estado social: a burguesia<sup>6</sup>, oriunda

---

<sup>6</sup> Burguesia, neste estudo, deve ser entendida como conjunto de sujeito oriundo dos ‘burgos’ (cidades).

dos ‘novos burgos’ (cidades), que posteriormente se caracterizou no terceiro estado ou na terceira ordem social, juntamente com o clero e a nobreza.

Pirenne (1982, p. 61) explica que “[...] o que caracteriza essencialmente a burguesia é o fato de ter formado, no seio do resto da população, uma classe privilegiada.”. Nesse sentido, o homem burguês medieval difere quantitativamente de todos os que viviam fora da muralha da cidade, dadas a densidade e a complexidade de suas relações sociais e administrativas.

Esse conjunto de pessoas tinha os ‘privilégios’ concedidos pelas cidades no que se referem aos bens materiais e proveitos para o luxo, porém esses prazeres foram, aos poucos, marcando a concorrência e disseminando o individualismo e o egoísmo do bem privado vivenciado nas relações mercantis. A união era demarcada pelos interesses econômicos e políticos que exigiam essa prática para expandir o comércio e aumentar os lucros.

Nesse cenário de interligação entre as cidades medievais, as feiras assumem papel preponderante, sendo responsáveis pela circulação de mercadorias e paulatinamente de pessoas de diferentes regiões. Pirenne (1982) enuncia que as feiras itinerantes dos séculos XII e XIII tiveram um papel fundamental para o crescimento do comércio, uma vez que ao serem móveis percorriam diferentes lugares levando mercadorias de diferentes espécies a diferentes regiões. Esse movimento contribuiu também para a disseminação dos costumes e valores cristãos, bem como novos hábitos inerentes ao comércio europeu.

Destacamos a feira de Champagne, considerada uma das maiores da Europa, pois reunia grande número de comerciantes e produtos oriundos das mais diversas regiões, incluindo o oriente.

Essas feiras realizavam-se em Lagny, em Bar-Sur-Aube, em Provins e em Troyes, e sucediam ao longo do ano: em Lagny, elas aconteciam em janeiro-fevereiro, em Bar, em março-abril; em Provins, realizava-se a feira de Maio em maio-junho, em Troyes a feira de São João acontecia em julho-agosto, em Provins novamente a feira Santo Ayoul era em setembro-novembro, e em Troyes enfim, uma segunda vez, a feira de São Remígio realizava-se em novembro-dezembro. (LE GOFF, 1992, p. 14).

Com o exposto, entendemos que as feiras na região de Champagne aconteciam o ano todo, o que contribuía para aumentar o tráfego de pessoas e mercadorias nessas cidades. Pirenne (1982) justifica esse movimento pela abertura

dos portos e pela navegação também em expansão no período, pois as rotas terrestres eram penosas por seu relevo irregular e a navegação tornara-se um meio mais rápido e seguro.

Na figura 02, apresentamos o mapa das principais rotas de comércio mediterrâneo dos séculos XII e XIII.

**FIGURA 02 – Mapa das principais rotas de comércio mediterrâneo dos séculos XII e XIII**



Fonte: Domínio Público.

Podemos observar, na Figura 02, o grande movimento comercial ocorrido nos séculos XII e XIII por meio das rotas terrestres e marítimas. Também é possível verificar a movimentação das feiras em diferentes regiões e sua relevância para a interligação entre as cidades, em especial as rotas de circulação envolvendo as cidades de Champagne, Flandres e de Troyes, por onde também circulava Chrétien de Troyes, vivenciando todo esse movimento econômico e social em que o comércio se desenvolvia.

Diante de uma nova ordem social e de inúmeras transformações ocorridas principalmente nas relações humanas, é importante salientar a necessidade de formação do homem para conviver nessa nova sociedade.

Respaldado por sua formação clássica, Troyes adaptou os contos fabulosos das canções de gestas que narravam as aventuras e as batalhas dos cavaleiros e seres mitológicos, a narrativa culta francesa. Essa adaptação aproximava as suas obras da nobreza, pois devemos considerar que em meio a essas transformações a nobreza e o clero se mantinham dominantes e se esforçavam para manter o controle sobre a terceira ordem: a burguesia.

Segundo Riquer (2014), ao escrever para a nobreza, os escritos de Chrétien conservavam a escrita em versos, emparelhados de oito sílabas de rimas consoantes, forma adotada pela corte francesa em metade do século XII, o que colaborou com a disseminação desses escritos, que circulavam no ambiente culto e nobre da corte francesa, contrapondo-se às obras clássicas.

Ao propor uma novela de cavalaria que buscasse valorizar as virtudes e os valores cristãos, cujo tema central consistia na busca do Santo Graal, Troyes procurou não apenas homenagear seu amigo Conde de Flandres Felipe de Alsacia, mas propor uma lição moral e espiritual aos membros da nobreza, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento da sociedade em que vivia, uma vez que muitos desses membros eram nobres cavaleiros.

Nesse sentido, sua obra de cunho literário também pode ser considerada com fundo pedagógico, pois ensina, por meio da literatura, virtudes e valores necessários à convivência humana da sua época. Na intenção de discorrermos acerca do personagem ao qual se destina a obra de Troyes, julgamos necessário descrever a historiografia do cavaleiro medieval e suas implicações na sociedade europeia do século XII.

## 2.1 A HISTORIOGRAFIA E A CAVALARIA MEDIEVAL

Com a finalidade de compreendermos quem eram os cavaleiros medievais que ocupavam um lugar significativo na estrutura social do século XII, retornamos de forma breve à origem da cavalaria.

De acordo com Barthélemy (2010), a ideia de cavaleiro já percorria a humanidade antes mesmo de esta se constituir como uma Ordem da Cavalaria. A

Antiguidade se valia dos guerreiros para defender seus interesses e suas posses de terras, portanto as guerras e as batalhas estão intimamente ligadas à manutenção da força e do poder em diferentes sociedades.

No entanto, a ideia de cavalaria que abordamos neste estudo somente pode ser mencionada a partir dos anos mil, ou seja, século XI, quando esta se constituiu como uma nova ordem social e ocupou um lugar de destaque ao lado da nobreza medieval (FLORI, 2005).

E ainda: “[...] a cavalaria pesadamente armada e os valores guerreiros que lhes eram associados: o culto do cavalo e da espada, a veneração da força física, da coragem e o menosprezo da morte, etc.” (FLORI, 2005, p. 11) tinha grande importância para os povos romano e germânico, fazendo parte de suas tradições.

O Império Romano, devido às guerras, sofreu divisões em seus territórios, e essas divisões originaram os principados e os condados governados por condes e nobres. Houve também a emancipação política e militar dessas regiões, favorecendo o poder dos condes e nobres, que se salvaguardavam pela proteção de seus cavaleiros.

Essas mudanças culminaram em uma nova estrutura político-social, pois ausentes de autoridade real, os cavaleiros usavam a força de suas armas sobre os camponeses e a população desarmada para cobrar impostos e taxas em favor de seus senhores. Os cavaleiros estabeleceram uma condição de vassalagem com seus senhores em troca de fortuna e prestígio. E os senhores, por seu turno, se fortaleciam cada vez mais com a força armada e a proteção dos cavaleiros garantindo sua autoridade.

Nesse sentido, Flori (2005) descreve o que seria a origem da cavalaria:

Considero a cavalaria resultante da fusão lenta e progressiva, na sociedade aristocrática e guerreira que se implanta entre o fim do século X e o fim do século XI, de muitos elementos de ordem política, militar, cultural, religiosa, ética e ideológica. Esses elementos fornecem pouco a pouco, à entidade essencialmente guerreira na origem, os traços característicos do que ela se torna aos olhos de todos no decorrer do século XII: a cavalaria, a nobre corporação de guerreiros de elite, a ponto de se transformar em nobres cavaleiros, com uma ética que lhe é própria, antes de se tornar uma instituição moral, uma ideologia e até um mito. (FLORI, 2005, p. 05).

Na concepção do autor, essa relação de interdependência entre os senhores e os cavaleiros foi primordial para que estes últimos se constituíssem como um novo

grupo social, estabelecido ao lado da nobreza medieval e gozando dos mesmos privilégios que ela, o que posteriormente resultaria na Ordem dos nobres cavaleiros.

Duby (1989) realça que, especialmente na França no final do século X, a cavalaria estava ligada à história dos guerreiros a cavalo, quando os cavaleiros se converteram no corpo militar mais importante frente à infantaria comum e em figura de crescente poder político, o que os diferenciava dos demais e os aproximava da nobreza.

Originário da palavra *Militia*, que em latim significa conjunto dos militares ou soldados do exército romano, foi empregada a partir do século XII para denominar a *cavalaria* como um grupo de cavaleiros éticos e honrados. Posteriormente se caracterizou em uma “Ordem de Cavalaria” estreitamente unida em torno de uma qualidade familiar e hereditária incorporada aos escalões superiores da nobreza e que, por conseguinte, se identificou com ela (FLORI, 2005).

Do mesmo modo, a palavra *Milites* no plural ou *Miles* no singular, que em latim significa militar ou guerreiro, a partir do século XII passa a ser utilizada para designar o combatente de elite a cavalo, o nobre cavaleiro (FLORI, 2005). Essas alterações nos significados dos termos em latim correspondem à necessidade de cada período designar a forma ou a terminologia correspondente aos representantes e as questões sociais exigidas pela época.

O exercício de poder executado pelos cavaleiros foi possível porque somente eles possuíam o necessário treinamento militar, a suficiente riqueza e o próprio cavalo para poder desenvolver sua forma típica de combate. A diferenciação social com base, inicialmente, na habilidade e destreza dos próprios cavaleiros acarretou um sentido de classe cavaleiresca orgulhosa de sua conduta e valores marciais e desdenhosa para com outros segmentos não armados da sociedade – os clérigos e os camponeses.

De acordo com Le Goff (1989), os cavaleiros surgiram da necessidade, entre os nobres e a Igreja, de defender os domínios contra os inimigos ou as pilhagens e roubos nas estradas. Nesse período de insegurança, era natural que predominassem nos cavaleiros suas origens, ou seja, o espírito guerreiro, com maior ênfase ao valor militar, utilizado para defender os demais. Uma das atividades mais expressivas para manter esse espírito guerreiro sempre vivo foram os torneios.

A esse respeito, Flori (2005, p. 103) expõe: “Como nos verdadeiros combates, mas com muito menos riscos, os senhores podiam experimentar novas táticas, e os

cavaleiros aumentar sua coesão coletiva e suas técnicas pessoais”. Eram verdadeiras escolas militares, de treinamento para os cavaleiros, que a cada vitória ganhavam mais prestígio e honra.

Esse tipo de atividade também servia de observatório, uma vez que se constituía em um grande espetáculo público para que senhores e príncipes pudessem escolher os cavaleiros mais fortes e valorosos, conforme suas conquistas nos torneios, a fim de reforçar seus exércitos e fortalecer sua defesa. Esses torneios assumiam função de grande relevância para senhores e jovens cavaleiros, por isso eram tão disputados, pois,

Para ele, a “bela vida” é andar por muitas terras para prêmio e aventura buscar”, “para prêmio e honra conquistar. É pois, uma busca da glória e do “prêmio” através da guerra e, mais ainda, do torneio. [...] O moço, pelo menos nos primeiros tempos de sua perambulação, é acompanhado por um mentor escolhido pelo pai, um cavaleiro, um “moço” como ele, porém mais experiente, incumbido de aconselhá-lo, de contê-lo, de perfazer-lhe a educação e ainda de orientar seu itinerário para os torneios mais vantajosos. (DUBY, 1989, p. 97).

Após os torneios, os príncipes e nobres podiam recrutar os cavaleiros vitoriosos para endossar seus exércitos em troca de garantia de estadia e benefícios ao cavaleiro em tempos de guerra e de paz. Muitos cavaleiros jovens e de origem modesta aspiravam a essa função junto à nobreza, empenhando todo seu esforço nos torneios (FLORI, 2005).

Flori (2005) menciona outra aspiração dos cavaleiros participantes de torneios: além de conquistar honra e glória, conquistavam o amor das donzelas. A exemplo de *Arnoul de Guisne*, o mais velho, que por volta de 1084, depois de ter ganhado o prêmio ao vencer um torneio, foi convidado pelo senhor de *Alost* a casar-se com sua filha Gertrudes. Os torneios favoreciam os cavaleiros de origem modesta a casarem-se com uma nobre e terem ascensão social e econômica.

A Igreja não via com bons olhos os torneios e a violência exercida pela cavalaria, mas reconhecia a sua importância para defender tanto a Igreja e a fé cristã quanto a população desarmada. Nesse intuito, buscou garantir regras que freassem a violência.

Em consonância com Bloch (1987), a Igreja, por meio do Concílio de Charroux, estabeleceu regras, ainda que rudimentares, para controlar o uso da violência por meio dos cavaleiros sobre a Igreja e os camponeses, uma vez que eram comuns as invasões em Igrejas e os saques em vilarejos. Na lista dos Concílios consistia em

proibição de ferir sacerdotes e camponeses desarmados, e posteriormente foi incluída a proteção aos mercadores que viajavam por diferentes regiões vendendo suas mercadorias e expostos a grandes perigos.

Nesse contexto de conflitos e perseguições, a cavalaria, que se fortalecia cada vez mais, foi sendo confrontada pelos burgueses, os quais exigiam dos príncipes a manutenção da paz nas rotas comerciais e nos mercados. Para isso, se uniram formando conjurações comuns em uma espécie de salvaguarda mútua (BARTHÉLEMY, 2010).

Esse novo estamento social não se isentava das relações senhoriais, mas se constituía em uma nova força que, unida, podia contestar os interesses da nobreza, inclusive os da cavalaria que, até então, detinham o controle sobre as cidades e os camponeses. Tais lutas de poderes geravam novos conflitos sociais no seio da sociedade, e a Igreja, visando amenizar esses conflitos, intensificava suas regras de conduta por meio de assembleias da paz.

A partir do século XII, de acordo com Flori (2005), essas assembleias realizadas pela Igreja e pelos príncipes ganharam mais força com a pressão da população e dos monges pelo fim da violência. Para cristianizar os cavaleiros (*militēs*), a Igreja estabeleceu um juramento sobre as relíquias sagradas: o cavaleiro prometia não invadir igrejas, aldeias nem castelos; não roubar, não atacar clérigos ou monges, homens ou mulheres; não apoiar ladrões e muito menos matar, sob pena de excomunhão. Essa última regra tinha uma exceção: como o cavaleiro fora promovido ao *status* de protetor da população e dos territórios, caso estivesse em luta pela defesa de alguém ou da santa fé cristã poderia aprisionar e matar seu oponente sem correr o risco de ser excomungado ou repreendido. Ele passou a ser um “vassalo de Deus”, que possuía um ofício honrado e necessário para a paz social.

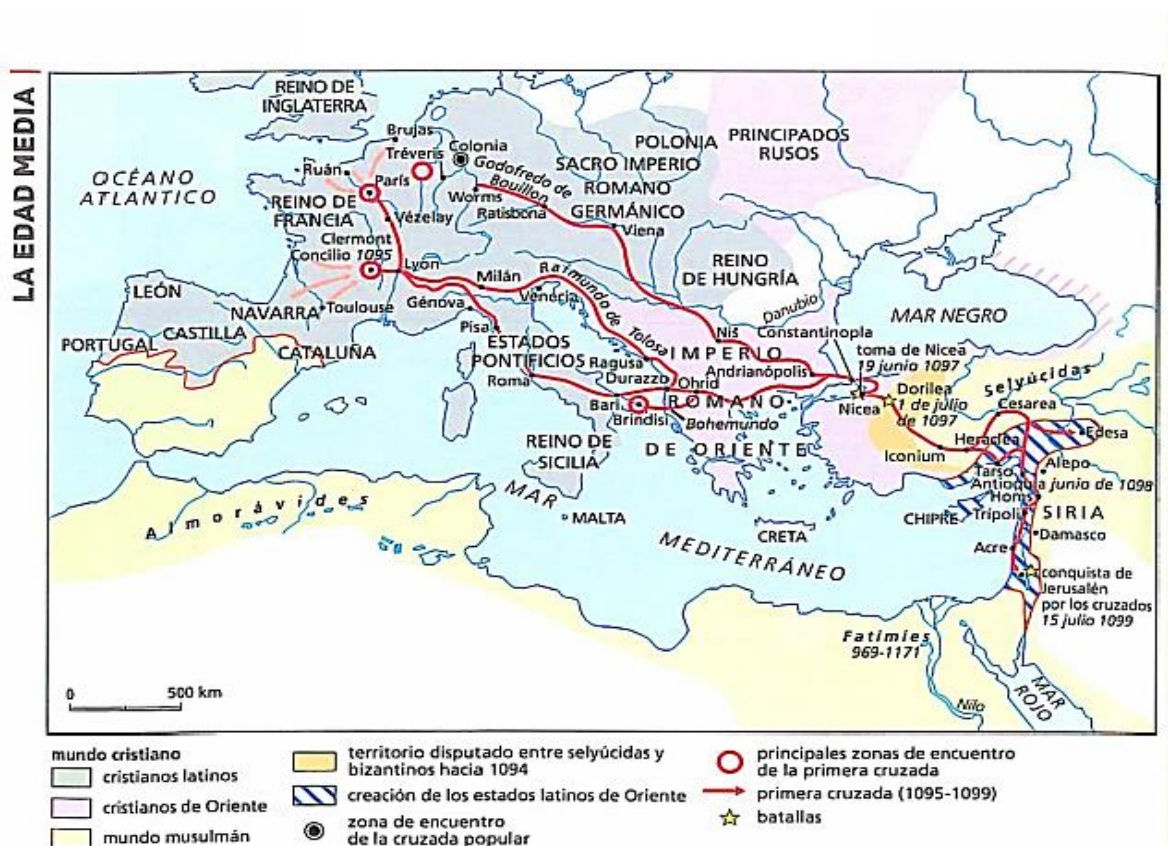
A Igreja tentou restringir ainda mais as atividades guerreiras e estabeleceu a “Trégua de Deus”, proibindo o uso das armas da noite de quinta-feira até a manhã de sexta-feira em memória da prisão, da paixão e da ressurreição de Cristo. Com isso, pretendia limitar os conflitos privados e garantir a manutenção de suas regras, mesmo que para isso fosse necessário o uso da violência.

A guerra justa, por excelência, é evidentemente a que, prescrita pelo papa (autoridade legítima suprema sobre essa terra, no pensamento eclesiástico), tem por objetivo a proteção da Igreja, confundida, geralmente, com a cristandade de um lado e a Santa Sé de outro. (FLORI, 2005, p. 135).

Podemos observar que à medida que a sociedade do século XII alterava suas relações econômicas e sociais, conseqüentemente decaíam os conflitos territoriais, particularmente com a regras impostas pela Igreja, para diminuir a violência. Houve um desvio no propósito de combate dos *milites* para atender os objetivos condizentes ao espírito cristão: a luta contra as injustiças e a luta contra os infiéis.

A Igreja forneceu aos cavaleiros um ideal religioso para lutar, tendo em vista seu espírito guerreiro e sua inclinação para as batalhas, porém buscou amenizar seu comportamento hostil e violento, praticado também no convívio social e no domínio sobre a população desarmada. Para justificar o uso da violência, a Igreja estabeleceu a guerra santa ou guerra justa e no final do século XII proclamou a Primeira Cruzada<sup>7</sup> (conforme a figura 03) contra os inimigos da fé cristã, em uma tentativa de colocar a cavalaria a serviço da Igreja e converter os cavaleiros ao cristianismo.

**FIGURA 03 – Mapa da primeira cruzada (1095-1099)**



Fonte: DUBY (1987).

<sup>7</sup> “A Primeira Grande Cruzada teve a função primordial de proteger os palmeiros (crentes que caminhavam com uma folha de Palma) que percorriam a rota de peregrinação rumo ao Santo Sepulcro de Jesus em Jerusalém.” (SILVA, 2008, p. 25).

Na Figura 03, observamos o percurso de diversos grupos de cruzados saindo de diferentes regiões, inclusive do reino da França, no ano de 1095, para conquistar Jerusalém, no Oriente. Após longas batalhas, esse objetivo foi alcançado em 1099, livrando a Terra Santa dos muçulmanos, considerados infiéis pela Igreja Católica.

De acordo com Moretti Júnior e Reis (2011), esses cavaleiros seculares ou 'mercenários', que lutavam por sua glória e riqueza, passaram a lutar pela salvação de sua alma, em consonância com a necessidade da Igreja de elaborar a ideia de guerra santa e do *Miles Christi*, Cavaleiros de Cristo. A partir dessas premissas a Igreja passou a fazer a sua defesa militar, segundo seus interesses econômicos e políticos, relacionando-os com a religião e a importância da guerra santa.

Le Goff (1989) assinala que diante da necessidade de defender os territórios conquistados, um grupo de cavaleiros que auxiliara na tomada de Jerusalém como guerreiros cruzados fizeram os votos religiosos de pobreza, castidade e obediência e se comprometeram perante o patriarca de Jerusalém a se dedicar à proteção dos peregrinos que viajavam a Jerusalém. Surgiram então as ordens dos monásticos-militares ou religiosos-militares.

Com o objetivo de fortalecer essa proteção, após um ataque praticado pelos sarracenos<sup>8</sup> contra um grupo de peregrinos em 1119, as autoridades do reino de Jerusalém confiaram a Hugo de Payens<sup>9</sup> e seus companheiros a defesa daqueles que se dirigiam à Terra Santa. Essa confraria criada por Payens assume seu caráter religioso com o Concílio de Troyes em 1128, e passa de confraria à legítima Ordem. Sendo autorizado pelo rei de Jerusalém o acampamento desses cavaleiros no "Templo de Salomão", a Ordem mudou seu nome e passou a se chamar Ordem dos Cavaleiros Templários (LE GOFF, 1989).

Essa influência religiosa no seio da cavalaria ocidental do século XII provocou mudança significativa no projeto moral e religioso imposto pela Igreja, na formação e na admissão de novos cavaleiros na Ordem. É nessa proposta de cavaleiro cristão,

---

<sup>8</sup> Sarracenos (do grego σαρακηνοί; transl.: sarakenoi) era uma das formas usada pelos cristãos da Idade Média para designarem genericamente os árabes ou os muçulmanos. (AULETE DIGITAL, 2021).

<sup>9</sup> Hugo de Payens (1070-1136), um fidalgo francês da região de Champanhe, pertencia à Abadia de Molesmes, a qual tinha parentesco com os Montbard, família de São Bernardo de Claraval. Foi o primeiro grão-mestre e fundador da Ordem dos Templários, liderando-a por quase vinte anos até a sua morte, ajudando a estabelecer a fundação da Ordem como uma importante e influente instituição internacional militar e financeira (LEROY, 2011).

formado pelos valores morais e religiosos do cristianismo, que se assenta Chrétien de Troyes ao escrever *Perceval ou O Conto do Graal*.

Na proposta de moralizar e converter ao comportamento cristão, os Templários, pelo fato de serem religiosos, se vestiam com humildade, lutavam para defender a cristandade. Eles renunciavam às regalias e privilégios que o cavaleiro medieval poderia obter para se tornar monge e servir a Deus.

Flori (2005, p. 179) descreve a condição dos Templários ao parafrasear São Bernardo acerca desses cavaleiros: “[...] são verdadeiros monges, uma vez que levam uma vida austera, sóbria e pura [...], mas eles são também milites, soldados, cavaleiros. Guerreiam contra os muçulmanos, ‘pagãos’, partidários de um falso profeta”. O autor tenta justificar a contradição existente entre o monge que reza e o guerreiro que mata, unidos em um mesmo cavaleiro para defender a cristandade, conhecidos também como *Milites Christi* (soldados de Deus).

Com a formação da Ordem do Templo, surgiu no ocidente medieval, pela primeira vez, a figura do monge-cavaleiro. Este vivia sob uma regra e, diferentemente de seus predecessores, que viviam isolados em mosteiros e levavam uma vida contemplativa, atuava no mundo em defesa de Cristo e à serviço da Igreja, vinculado diretamente ao papa. Os Cavaleiros do Templo acabaram por conciliar o que na época parecia inconciliável, a fusão da figura do monge com a do cavaleiro secular. A esse respeito, o historiador Dominique Barthélemy (2010, p. 344) escreve que, “Os templários são assim capazes de proezas coletivas. Um tipo de ideal germânico revive neles, ao mesmo tempo em que um pouco de disciplina romana, mesmo se em princípio também eles juntem a doçura do monge à bravura do cavaleiro.”.

A instituição dos cavaleiros do Templo fez com que um novo modelo de homem se instituísse na sociedade, com ações voltadas ao bem coletivo: proteção dos mais fracos e defesa da fé. Essas ações eram admiradas e glorificadas pela sociedade, o que os tornava exemplos a serem seguidos. O cavaleiro não lutava para sua própria glória e riqueza, mas para a glória de Deus e para a proteção dos homens; a cavalaria assumia um cunho religioso e, como tal, precisava formar cavaleiros e manter suas condutas moralmente virtuosas.

A consagração da Igreja levou a serem instituídas regras para que os cavaleiros se mantivessem no caminho do bem e conservassem um comportamento virtuoso, o que não era fácil diante das transformações sociais vivenciadas à época,

principalmente com a expansão das cidades. Destacamos uma das regras instituída sobre a confissão de suas culpas:

Regra 42. Se toda a palavra ociosa ocasiona pecado, que poderão responder a Jesus Cristo, o Juiz Supremo, os que fazem gala dos seus vícios? Mostra-o bem o Profeta David: *Obmutui et silui a bonis* (17), que vem a ser "Algumas vezes convém omitir boas práticas, para não faltar ao silêncio". Vedamos, pois, e com todo o esforço proibimos que algum dos irmãos se atreva a referir de si ou de outros os descaminhos de sua vida no século ou, o que é um grande prejuízo para a cavalaria, as comunicações que teve com mulheres perdidas. E se algum irmão ouvir a outro tais palavras o façam calar e não conseguindo se afaste, para que não dê a sua alma ouvidos a quem vende tal veneno. (GANDRA, 1998, p. 12).

Nessa regra, verificamos a preocupação com o pecado, visto que o cavaleiro era um homem e se encontrava vulnerável às tentações e vícios humanos. A manifestação do pecado, em casos leves, era combatida com penitências, e em casos graves o cavaleiro era separado dos demais para se purificar e obter o perdão do mestre ou se preparar para o juízo final, podendo, ainda, ser excomungado pela Ordem (GANDRA, 1998).

No interior da Ordem dos Cavaleiros de Cristo existia uma constante batalha entre as virtudes e os vícios, entre a santidade e o pecado, deixando evidente a necessidade contínua de formação e aperfeiçoamento desses cavaleiros. Muitas vezes eles se desviavam de suas missões e caíam em pecado, precisando de um longo processo de purificação, porque somente assim seriam dignos de lutar em nome de Deus novamente e proteger as relíquias sagradas.

Tais exigências de bom comportamento do cavaleiro perpassaram mais de um século. Encontramos essa questão no livro *Ordem de Cavalaria* escrito por Ramon Llull (1232-1316) no final do século XIII, no qual sistematiza um manual para os cavaleiros, associando o ideal cavaleiresco às normas de comportamento fundamentais para se tornar um cavaleiro virtuoso. O autor acreditava que pelo exemplo do bom cavaleiro a sociedade seria estimulada a seguir seu modelo de comportamento cristão e alcançar as virtudes.

Ao criar o manual que explicava a Ordem da Cavalaria, Llull (2000) propôs ensinar as virtudes e os valores cristãos necessários para se tornar um cavaleiro valoroso, considerando que a sociedade se afastava de Deus e de seus mandamentos. O autor apresentou a criação da cavalaria visando a que o ofício de cavaleiro existisse iluminado pelos valores espirituais, morais e éticos. Essa doutrina

fundamentava as intenções do nascimento da Ordem: a primeira era restabelecer a justiça no povo de Deus e combater o erro e o turvamento; a segunda, praticar tudo o que contribuísse para recuperar a honra e a ordem. Por isso, se o cavaleiro agisse de maneira contrária aos preceitos desse estatuto, não poderia ser considerado um verdadeiro cavaleiro e nem tomado como modelo de conduta e de virtude para a sociedade (LLULL, 2000). E continua:

Ofício de cavaleiro é manter e defender a santa fé católica pela qual Deus, o Pai, enviou seu Filho para encarnar na virgem gloriosa Nossa Senhora Santa Maria, e para a fé ser honrada e multiplicada, sofreu neste mundo muitos trabalhos e muitas afrontas e grande morte. Daí que, assim como nosso senhor Deus elegeu clérigos para manter a santa fé, [...] assim o Deus da glória elegeu cavaleiros que por força das armas vençam e submetam os infiéis que cada dia pugnam em destruir a Santa Igreja. (LLULL, 2000, p. 23).

O que foi chamado de cristianização do ideal cavaleiresco correspondia à vitória do poder sacerdotal sobre a força guerreira. Llull (2000) apresenta a Ordem no século XIII e as suas exigências não se alteram significativamente das apresentadas por Chrétien de Troyes no século XII sobre o desenvolvimento do cavaleiro Perceval e a sua purificação para a busca do Santo Graal.

O pecado travou sua língua, quando viu diante de si o ferro, que jamais deixou de sangrar, e não perguntou a razão disso. [...] Tão santa coisa é esse Graal, e tão espiritual, que para sua vida não necessita nada mais do que a hóstia que vai no Graal. Assim esteve doze anos sem sair da sua câmara onde viu entrar o Graal. Agora quero impor e dar penitência por seu pecado (TROYES, 2014, p. 85).

Troyes (2014), exalta a necessidade da fé vinculada ao bom comportamento e às virtudes. Por meio do personagem, o autor trata das ações necessárias para se purificar e buscar um comportamento ideal de cavaleiro cristão. Esse modelo de cavaleiro e de homem proposto por Troyes foi sistematizado por Llull no século posterior para atender as prioridades sociais que este último entendia como essenciais para a sua época.

Nesse sentido, Duby (1994) afirma que os cavaleiros foram submetidos pela Igreja à mesma moral imposta aos *pauperes*<sup>10</sup>, ou seja, de boa vontade sofriam a dominação senhorial e o ideal do cavaleiro penitente, obediente e protetor.

---

<sup>10</sup> Pauperes: expressão do latim que significa pobres, humildes, nesse contexto representados pelos religiosos que viviam a serviço da Igreja (REZENDE FILHO, 1989).

Llull (2000) ao criar a Ordem, argumentou que faltara caridade, lealdade, justiça e verdade no mundo, dando lugar à inimizade, a injúrias e falsidade. Por isso surgiu o erro no povo de Deus, visto que para ser digno de formar o exército de Cristo e resgatar a justiça e a caridade perdidas nas turvas relações humanas, o cavaleiro deveria ser escolhido entre grupos de mil homens. Deveria ser eleito o mais amável, sábio, leal, forte e corajoso. Além dessas qualidades, deveria também ter mais ensinamentos e bons modos do que os outros e, portanto, passível de agir com grande virtude.

Para Troyes (2014), a forma de organização da sociedade respaldada nos valores cristão impostos pela Igreja era o princípio de moralização do comportamento humano do período, um meio de apresentar um modelo de homem para a sociedade que sistematiza em sua obra na figura do cavaleiro. De acordo com este autor, a cavalaria ganhava uma feição religiosa somada à moral cavaleiresca. A ética cavaleiresca consistia, entre outras coisas, de socorrer donzelas em perigo, respeito à palavra dada, zelo pela reputação. Em suma, o cavaleiro deveria exercer perfeitamente o que lhe incumbia sua função: proteger todos os que precisassem.

Em sua literatura, Troyes (2014) expressava os valores e as virtudes necessárias pra se tornar um modelo de cavaleiro ideal para servir de exemplo à sociedade e colocava Perceval a serviço da fé e da Igreja, a exemplo dos cavaleiros templários. A conversão e o temor a Deus eram requisitos essenciais para o ofício da cavalaria, uma vez que os cavaleiros deveriam imbuir-se dos mais nobres ideais, pois era uma missão divina, e apenas os puros de coração e tementes a Deus deveriam ter acesso a ela.

Esse modelo idealizado *a priori* por Chrétien de Troyes e posteriormente sistemantizado por Ramon Llull, respaldado no ideário de cavaleiro cristão, alicerça-se nas virtudes e nos valores, considerados por ambos indispensáveis à formação humana de seus respectivos períodos históricos.

No subitem seguinte, tratamos da importância das virtudes para a formação do modelo de cavaleiro idealizado por Chrétien de Troyes.

## 2.2 A IMPORTÂNCIA DAS VIRTUDES NA FORMAÇÃO DO CAVALEIRO

Ao discorrermos sobre a Ordem da Cavalaria e conhecermos alguns de seus aspectos e princípios, faz-se necessário, primeiramente, versarmos acerca do

conceito de virtude em contraposição aos vícios humanos a fim de compreendermos como as virtudes, em especial a coragem, a pureza e a generosidade, foram talhadas na “alma” do cavaleiro medieval e colaboraram para compor o ideário cavaleiresco do século XII. Tais virtudes foram trazidas por Chrétien de Troyes desde o início da formação do jovem Perceval para a busca do *Santo Graal*, indicando sua preocupação com a formação moral do homem.

De acordo com Werner Jaeger (1994), o conceito de virtude principiou-se com os gregos da Antiguidade. Na concepção do autor, a palavra grega *Areté*, que em latim significa *virtus* e pode ser traduzida como virtude ou excelência, foi utilizada pelos gregos para designar a nobreza e sobretudo os guerreiros relacionados à obra de Homero<sup>11</sup>, que exaltava em seus guerreiros a força, a destreza e o heroísmo como expressão das qualidades moral e espiritual necessárias ao homem bom.

*Areté* expressava um ideal guerreiro associado a uma conduta cortês e distinta dos demais membros da comunidade, caracterizando-se em heroísmo guerreiro ou o ideal de formação do homem, prezando a retidão das ações e a honra.

Sabe-se que os homens aspiram à sua honra, para assegurar o seu valor próprio, a sua *Areté*. Deste modo, aspiram a ser honrados pelas pessoas sensatas que os conhecem e por causa do seu próprio e real valor. Reconhecem assim, como mais alto esse mesmo valor. (JAEGER, 1994, p. 31).

O homem grego concebia sua honra mediante o reconhecimento social à medida que suas ações culminavam para o bem e para a retidão. Era reconhecido e honrado, e isso estimulava especialmente os guerreiros e os príncipes a buscarem cada vez mais as virtudes.

Segundo Aristóteles (1991), as pessoas com mais conhecimento e com boa índole identificavam a felicidade com a honra, e a honra era a finalidade da vida política, ou seja, da vida coletiva, pública. O autor definia a virtude como “[...] uma ação perfeita, uma excelência, cuja finalidade implica no bem comum, que culmina na felicidade.” (ARISTÓTELES, 1991, p. 19). Desse modo, a felicidade é o fim último, o resultado das ações virtuosas, que pode ser entendida como uma atividade virtuosa da alma que resulta em boas ações; sendo assim, os homens se esforçam para

---

<sup>11</sup> Homero (850 a.C.) foi um poeta épico da Grécia Antiga, autor das obras-primas *Ilíada* e *Odisséia*, que narram as aventuras dos heróis gregos (HOMERO, 2005).

desenvolver ações virtuosas que resultam no bem comum, favorecendo o convívio social.

Comte-Sponville (2009, p. 08) assevera que para Aristóteles a virtude “[...] é o que distingue o homem dos animais, ou seja, a vida racional.”. Porém apenas a razão não basta. Também são necessários o desejo, a educação, o hábito, a memória, entre outros, deixando a entender que toda virtude é histórica e não é inata. O homem precisa ser ensinado a ser virtuoso, pois a virtude de um homem é o que o faz agir para o bem comum ou ainda é o poder que o torna verdadeiramente humano.

Tomás de Aquino (1225-1274), ressalta que a virtude designa certa perfeição da potência, ou seja, da capacidade do homem de agir para o bem. Essa potência materializa-se em atos virtuosos, e esses atos, quando praticados diariamente, tornam-se hábitos virtuosos.

Ao compreender as transformações sociais de seu tempo e ser considerado um homem culto e grande conhecedor das obras clássicas, Chrétien recuperou em sua novela os valores morais e éticos expressos pelos guerreiros homéricos, os quais prezavam pela retidão e pela honra, servindo de exemplos para a sociedade. O autor propôs uma formação moral e espiritual que aproximasse o personagem, Perceval, desse modelo de virtude. As virtudes, por seu turno, se caracterizam como um eixo fundamental na proposta do autor para a formação do homem, e por consequência, do cavaleiro medieval.

Tomás de Aquino (2005), pontuava que as virtudes intelectuais e morais se reportavam aos meios que conduzem o ser humano ao seu fim último, ou seja, a um bem comum. O autor destacava que as virtudes morais também podem ser entendidas como virtudes cardeais, entre as quais a prudência, a justiça, a temperança e a coragem ou fortaleza; segundo ele, devem ser ensinadas ao homem para se constituírem hábito.

As virtudes teológicas são três: a fé, a esperança e a caridade, que não são ensinadas como as virtudes morais, são como dádivas divinas, e, portanto, infundidas em nós por Deus, de origem sobrenatural, e seu fim último é nos aproximar do próprio Deus. Essas virtudes que se complementam entre si são indispensáveis para a formação do homem: “[...] a virtude humana é um hábito que aperfeiçoa o homem a obrar retamente.” (TOMÁS DE AQUINO, 2005, p.1280).

Troyes exaltou sobre a importância das virtudes morais (cardeais) e das virtudes teológicas para a formação do cavaleiro, compreendendo o homem em sua

totalidade. Ressaltou a importância da fé, da caridade (generosidade e compaixão), da coragem (fortaleza) e da pureza em sua proposta de educação cavaleiresca. No percurso realizado por Perceval, o autor demonstrou, no processo de construção do homem moralmente bom e virtuoso, a luta desse mesmo personagem para se livrar dos vícios e dos pecados apresentados ao longo dessa trajetória, para se tornar exemplo de conduta e dignidade, apto a encontrar o Santo Graal.

É importante salientar essa oposição entre a virtude e o vício, pois para manter a virtude o homem entra em constante batalha com suas inclinações viciosas, ou seja, com sua propensão para o pecado. A definição de vício do latim (*viciium*) surgiu da expressão *amartia* ou *hamartía*, utilizada na poética de Aristóteles e significava pecado, entendido como um mal social, porque se existisse conflito moral, mesmo que realizado de forma individual por um homem, ainda assim poderia gerar um desequilíbrio social (DRUMMOND, 2014).

Aristóteles (1991) declara que as constituintes das virtudes estão diretamente relacionadas às nossas paixões e prazeres, que quando em excesso ou deficiência podem provocar vícios, os quais, por sua vez, poderiam ser controlados e até evitados pelo uso da razão. Nossas disposições morais nascem de atividades semelhantes às virtudes e paixões, e em excesso podem significar sentimentos de cólera, medo, audácia, inveja, apetite, desejo, entre outros, que de modo geral podem vir acompanhados de prazer ou sofrimento.

Por esse motivo, Aristóteles (1991) afirmava que a virtude está na ‘mediedade’ das coisas, ou seja, em encontrar o meio termo entre o excesso e a falta. O autor realçava a facilidade que o homem tem de errar e se entregar aos vícios, uma vez que os vícios são ilimitados e podem acontecer tanto pelo excesso quanto pela falta. Já a virtude é limitada e depende do ato assertivo, ou seja, de encontrar o meio termo. O pensador reforçava ainda que a virtude é uma escolha deliberativa, portanto depende de nós escolhermos, por meio da razão, a mediedade. A ponderação faz o homem ser prudente e somente a prudência é capaz de conduzir ao meio termo.

Os vícios e as virtudes são classificados e contrapostos por Aristóteles. Para melhor compreensão de alguns dos vícios por excesso ou por deficiência (falta) e algumas das virtudes exemplificadas pelo autor em sua obra *Ética à Nicômaco*, organizamos a Tabela 01, a seguir:

**TABELA 01 – Virtudes e vícios na obra Ética a Nicômaco**

<b>Vício por deficiência</b>	<b>Virtude</b>	<b>Vício por excesso</b>
Covardia	Coragem	Temerário
Avareza	Temperança	Gula
Insensibilidade	Liberalidade	Luxúria
Vileza (Vil)	Magnificência	Vulgaridade
Indiferença	Calmaria	Irascibilidade
Descrédito próprio	Veracidade	Orgulhoso
Moleza	Prudência	Ambição
Malevolência	Justa Indignação	Inveja

**Fonte:** ARISTÓTELES (1991, p. 57- 98).

Na Tabela 01, sistematizamos a explicação de Aristóteles referente ao equilíbrio racional entre os vícios e as virtudes. Quando há falta da coragem em sua devida medida, tem-se o vício da covardia. Do mesmo modo, o autor destacou o vício pelo excesso: quando há excesso de coragem, tem-se a audácia. A virtude de maneira desmedida pode dar lugar ao vício por excesso ou por deficiência. Ao identificar o vício pelo excesso ou pela falta, o pensador chamou a atenção para a necessidade de se ter o meio termo (mediedade), e assinalou que a busca do equilíbrio entre a deficiência e o excesso resulta na virtude.

Pedro Abelardo (1079-1142) sinalizava que o vício está na alma e o definiu como: “[...] nossas tendências, adquiridas ou inatas, as ações e omissões que denominamos más” (ABERLARDO, 1996 apud CHAVES-TANÚS, 1996, p. 31). Logo, o vício pode ser entendido como tudo aquilo pelo qual nos tornamos propensos a agir pelo emocional, deixando de realizar o equilíbrio pela via da razão.

Do mesmo modo, Abelardo conceitua o vício como pecado:

Pecado seria então, o consentimento a ações e omissões em direção às quais nossos vícios nos inclinam. [...] esse consentimento é a culpa da alma que a faz merecedora de condenação e a coloca na posição de ré frente à Deus. Porque consentir em atos pecaminosos seria desprezar e ofender a Deus, seria afastar-se Dele. (CHAVES-TANNÚS, 1996, p. 59).

Chaves-Tannús (1996) explica que para Abelardo, o pecado, em sentido próprio, era o consentimento do desprezo a Deus, caracterizando-se até mesmo em uma ofensa a Ele por não se seguir os seus ensinamentos. Entendia que Deus não

poderia ser ofendido, e o pecado era uma forma ofensa, uma vez que era o resultado da ação do vício.

Tomás de Aquino (2005, p. 23) reafirmou a importância da virtude para vencer os vícios e manter a retidão ao expor que “[...] a virtude se opõe ao vício, que implica uma disposição pela qual, algo se opõe contra aquilo que convém a natureza.”, o vício se apresenta como uma potência da alma humana, como uma disposição para o pecado guiado por paixões. Possuir o vício da irascibilidade, por exemplo, não é o mesmo que agir de modo irascível, haja vista que esse agir pode ser refreado à medida que o homem escolhe mediante a razão manter a retidão.

Para compreendermos melhor a importância das virtudes na formação moral e espiritual do cavaleiro, analisamos três virtudes fundamentais citadas anteriormente e que foram atribuídas por Chrétien à construção do personagem Perceval na busca do Santo Graal. São elas: a coragem, a pureza e a caridade (generosidade e compaixão).

### 2.3 A CORAGEM

Iniciamos pela coragem, considerada a virtude dos heróis e sem dúvida uma das mais nobres virtudes entre os cavaleiros por estar relacionada à honra e à bravura de seus atos, tanto nas guerras quanto na sociedade em geral.

Aristóteles (1991) concebia a verdadeira coragem relacionada aos ‘cidadãos-soldados’ que enfrentavam os perigos em razão das penalidades impostas pelas leis, preocupando-se com as censuras que sofreriam se assim não procedessem. As ações destes eram direcionadas ao bem, de modo que lhes valessem a honra.

Os soldados lutavam em busca do fim último, ou seja, do bem comum que contribuiria para a manutenção do bem coletivo, honrando e respeitando as leis estabelecidas pelo Estado e prezando pela ordem e justiça. Tal esforço para manter a virtude advinha do temor da vergonha e da desonra frente à sociedade, resultando na preferência da morte, lutando pelo bem, do que à vida desonrada.

Essa definição de coragem, relacionada à honra e à bravura, foi retratada ainda na antiguidade por *Homero* nas obras *Ilíada* e *Odisseia* ao descrever os heróis virtuosos e bravos, que agiam em virtude da honra (HOMERO, 2005). Esse modelo de herói, que exaltava a coragem, a dignidade, a justiça e a honra como valores fundamentais em sua conduta, foi disseminado por séculos e tornou-se desejável e valorizado em quase todas as culturas do medievo, sendo também retratado por

Troyes ao destacar em Perceval a virtude da coragem. Perceval salva o castelo de Branca Flor, sitiado por seus inimigos, restituindo o bem naquele lugar:

Os outros foram levados por Anguigueron, senescal de Clamadeu das Ilhas, pérfido cavaleiro que os matará ou aprisionará. A sorte de uns valerá o mesmo que a dos outros, pois todos esperam a morte. [...] O jovem cavaleiro poderá em breve, caso queira, dar prova de sua valentia. [...] Clamadeu retorna a sua terra e liberta todos os prisioneiros, que tiveram penosa vida na mais detestável das masmorras. Que felicidade nas salas superiores e em todos os alojamentos dos cavaleiros! Em júbilo soam os carrilhões dos mosteiros e capelas. (TROYES, 2017, p. 51).

Ao derrotar os inimigos de Branca Flor e livrar o castelo de *Belrepeire* do perigo, Perceval foi recebido com festa e exaltado por todos como um herói, pois seu feito salvou a vida de todos no castelo e culminou em um grande bem para aquela comunidade.

Na definição do dicionário Houaiss e Villar (2004, p. 386), herói é um “[...] homem notável por suas realizações ou sua bravura; indivíduo que suporta sofrimentos ou que arrisca sua vida em benefício de outrem”. Essa definição expressa Perceval na passagem ora descrita, pois esse personagem usa a virtude da coragem, ‘meio termo’ entre a covardia e a audácia, para alcançar um bem comum.

De acordo com Tomás de Aquino (2005, p. 1201), “[...] a coragem visa um certo bem, a saber, a vitória.”. A virtude, concebida como uma potência da alma humana, que por sua disposição de caráter busca fazer o bem e fugir do mal, e a coragem como uma busca pelo bem, pela retidão e manutenção da sociedade.

O bem e o mal, conforme Tomás de Aquino (2005), estão relacionados. A ida para a guerra, de certa forma, pode ser considerada como um mal, entretanto o perigo e o sofrimento vividos pelo guerreiro em detrimento de um fim último, a vitória e a manutenção do bem, podem resultar no equilíbrio.

Ao buscar o mal visando no final ao bem comum, prevalece a virtude da coragem, que via prudência encontrou o “meio termo”, mas se a busca do mal for utilizada para fins individuais, para exaltação apenas de sua glória, pode ser entendida como temeridade, passando a ser um vício e não mais uma virtude. A coragem, como virtude, deve ser usada para o bem, a serviço do outro, de forma consciente e prudente, para que não se torne um vício, um mal moral ou a deformação do caráter (TOMÁS DE AQUINO, 2005).

Tomás de Aquino (2005), acresce que a inexperiência e a imprudência podem levar a uma falsa coragem à medida que o homem, no impulso de suas paixões, se atira ao perigo e ao se dar conta da gravidade do perigo recua, tornando-se covarde. A verdadeira coragem é demonstrada de maneira consciente, conhecendo o perigo que será enfrentado e as condições necessárias para realizá-lo de modo virtuoso.

Os verdadeiros heróis sabem antes de morrer o que vai lhes abater quando são conscientes de seus atos; é o que os torna humildes diante de si mesmos e misericordiosos diante dos outros (COMTE-SPONVILLE, 2009). A consciência faz com que eles encarem o perigo e escolham enfrentá-lo para garantir um bem comum, e isso os torna verdadeiramente virtuosos e honrados.

A compaixão diante do outro é uma virtude estimada nos homens honrados e caracterizada como qualidade no cavaleiro medieval, pois a compaixão diante dos seus inimigos, uma vez que já não apresentam perigo, é um ato muito estimado, e Troyes fez questão de destacá-la na formação do jovem Perceval.

Na sequência, tratamos das virtudes da compaixão e da caridade associadas à virtude da generosidade.

## 2.4 A GENEROSIDADE

A generosidade é uma grande virtude que permeia toda a trama literária de Chrétien de Troyes. A generosidade é o ato de dar coisas para os outros de maneira voluntária e com a motivação correta, e o ato de dar algo a alguém não beneficia apenas quem recebe, mas também quem dá, conforme a Bíblia Sagrada. Assim, em Provérbios 11:25, enfatiza que, “A pessoa generosa prosperará, e quem reanima outros será ele mesmo reanimado.” (BÍBLIA SAGRADA, 1990, p. 644).

Consta também no capítulo de Lucas (6:38): “Pratiquem o dar e lhes será dado. Derramarão na dobra da sua roupa uma boa medida, comprimida, sacudida e transbordante. Pois com a medida com que vocês medem, medirão a vocês em troca.” (BÍBLIA SAGRADA, 1990, p. 77).

Para Santo Agostinho (354-430 d.C.), a generosidade está associada à caridade, a qual, segundo ele, é amor. O amor se constitui em caridade e vice-versa, uma vez que o amor é entendido como o próprio amor de Cristo pela humanidade, uma virtude que nos aproxima de Deus. Santo Agostinho afirma ainda que o propósito do amor e da caridade é amar a Deus e ao próximo como a si mesmo, reproduzindo

o ato de amor do próprio Cristo para com a humanidade (CIDADE DE DEUS, XIV, 7 VII). A caridade e a generosidade são praticadas por aquele que age pensando no outro como a si mesmo, quem tem a nobreza de espírito.

Retomamos Aristóteles (1991, p. 206) para reforçar a importância da caridade ao afirmar que “[...] a caridade começa por casa [...]”, isto é, na relação de amizade que o homem tem consigo mesmo. A partir do reconhecimento e do amor em si mesmo o homem é capaz de se reconhecer no outro e amá-lo como a si próprio, em um gesto de caridade e generosidade.

O que Aristóteles chama de amizade pode ser entendido como empatia e capacidade de se colocar no lugar do outro. Ao reconhecer no outro a si mesmo, o homem adquire a capacidade de amar e de buscar o bem, ainda que isso lhe seja árduo e penoso.

Troyes (2014, p. 40) frisa a relevância da generosidade na formação de Perceval ao apontar um dos ensinamentos do mestre ao jovem cavaleiro: “[...] lembre-se do que agora quero dizer e rogar: se você vencer, de modo que ele já não possa defender-se de você, nem se opor a você, ou seja, obrigado a ficar mercê, tenha compaixão e apesar de tudo não o mate”. O autor também salientou a necessidade de se aproximar de Deus ao colocar seu protagonista em busca de um sábio ermitão, que por meio da penitência e da eucaristia o reconciliou com Deus e o aproximou da verdadeira virtude da caridade, o amor a Deus e ao próximo (TROYES, 2014).

Tomás de Aquino (2005, p. 1306), ao se reportar a Santo Agostinho, enunciou que “Ninguém pode amar aquilo em cuja existência não crê. Mas, se crê e ama fará bem em esperar.”. O autor ressaltou a importância e a necessidade de conhecer o bem almejado, não se importando com os sacrifícios ou o tempo que levará para alcançá-lo, repaldando-se na esperança e na vontade de atingir esse bem pelo amor que almeja no seu fim.

Do mesmo modo, a generosidade advém do coração e do amor, não está submetida às declarações ou às leis, suas ações estão relacionadas apenas à condição humana e unicamente consoante as experiências de amor, da moral e da solidariedade, em um verdadeiro espírito de empatia com o outro. A generosidade nos leva em direção aos outros e, conseqüentemente, em direção a nós mesmos, enquanto sujeitos libertos de nosso pequeno eu, com a consciência para escolher entre o coletivo e o individual (TOMÁS DE AQUINO, 2005).

Nessa perspectiva, a generosidade só existe na liberdade das nossas ações voluntárias para o bem comum, configurando-se como todas as virtudes no plural, tanto em seu conteúdo como nos nomes que lhe prestamos para designá-la. Somada à coragem, pode ser heroísmo. Somada à justiça, faz-se equidade. Somada à compaixão, torna-se benevolência em seu nome mais belo; somada à doçura chama-se bondade (COMTE-SPONVILLE, 2009).

Em consonância com essa concepção de homem bom e virtuoso, capaz de praticar a caridade e o amor, destacamos outra virtude igualmente relevante para a formação do cavaleiro: a virtude da pureza, que Troyes (2014) buscou retratar em sua obra por meio da pureza do corpo e da alma.

## 2.5 A PUREZA

A pureza, de acordo com Houaiss e Villar (2004, p. 608), significa “Característica do que é puro.”, e puro por sua vez significa “[...] sem mistura, límpido e transparente”. Sendo assim, podemos considerar que para ser puro, faz-se necessário manter-se sem qualquer mácula ou mancha que possa comprometer seu estado de pureza.

Compreendemos quão difícil é manter a pureza dentro da condição humana, se tudo que é puro é preservado de mácula, e toda dinâmica da vida é mutável, inconstante, dificultando a virtude da pureza na existência humana. Diante da necessidade de explicar o que é puro e ensinar aos homens a virtude da pureza, procuramos estabelecer uma distinção entre o que é puro e o que é impuro, definindo o sagrado como algo que deve ser profanado por sua pureza, e para isso o homem precisaria se purificar para ser capaz de se aproximar do sagrado sem o macular ou manchar (SANTO AGOSTINHO, 2000).

Com esse intento, a Igreja criou vários *tabus*, proibições e ritos de purificação para aproximar o homem do sagrado e tentar garantir uma ordem no convívio social, com orientações que perpassavam a higiene com o corpo, a alimentação e as ações morais e espirituais.

Comte-Sponville (2009, p. 193) afirma que “[...] o rito tem muito mais uma função pedagógica do que sanitária: a pureza cultual, como se diz, é um primeiro passo no sentido da pureza moral”. Acentua que a moral só vale para o culpado, para aquele que cometeu o erro e precisa corrigi-lo para tornar-se novamente bom,

enquanto a pureza para quem é puro é o que substitui ou dispensa essa moral, porque a pureza é a capacidade de não ver o mal onde de fato ele não existe, evitando o erro. O impuro vê o mal em toda a parte e tem prazer nele, até mesmo o amor torna-se possessivo e egoísta nas mãos do impuro.

Amar, amar de verdade, amar puramente não é tomar: amar é olhar, é aceitar, é dar e perder, é regozijar-nos com o que não podemos possuir, é regozijar-nos com o que nos falta (ou que faltaria se quiséssemos possuí-lo) com o que nos faz infinitamente pobres, e é o único bem, a única riqueza (COMTE-SPONVILLE, 2009, p. 195).

A pureza, analisada pelo comportamento de Perceval e relacionada com Sponville, estava na contemplação do amor e não na ação de possuí-lo. Pautava-se no campo da espiritualidade, dos sentimentos, das virtudes, longe do campo corporal relacionado à sexualidade tão reprimido pela Igreja, pois a castidade era uma condição para se atingir a salvação espiritual.

Na acepção de Leite (2008, p. 210), “[...] para uma mulher a castidade é a virtude mais soberana”, uma vez que o cristianismo evidencia a virtude da pureza através das sagradas escrituras, tomando como exemplo a própria Virgem Maria que se manteve casta ao conceber Jesus (LUCAS, 1:34) ou o exemplo de Sara, mulher de Abraão, que possuía uma beleza soberana e muitos príncipes a cortejavam, porém ela era tão leal que não dava ouvidos a nenhum. Entre os homens que a cortejavam estava o rei faraó, que a pegou à força de seu marido. Mas a sua imensa virtude lhe valeu a graça do Nosso Senhor, que a amava ternamente e a protegeu de toda maldade (GÊNESIS, 20:1-6) (BÍBLIA SAGRADA, 1990).

Na busca pela pureza e pela castidade, a Igreja instituiu no Ocidente dos séculos XII e XIII o sacramento do matrimônio monogâmico e indissolúvel como forma de frear a libertinagem e estabelecer um cunho religioso ao ato sexual necessário à procriação (LEITE, 2008). De acordo com as sagradas escrituras, “Por isso um homem deixa seu pai e sua mãe, e se une à sua mulher, e eles dois se tornam uma só carne” (GÊNESIS, 2:24) (BÍBLIA SAGRADA, 1990, p. 05).

O casamento deveria acontecer entre duas pessoas virgens, pois a virgindade era sinônimo de pureza, especialmente a feminina, considerada um dogma, pois a mulher tinha o poder da procriação. A instituição do casamento foi considerada pela Igreja como uma criação divina, portanto deveria ser puro diante de Deus.

Santo Agostinho (2000, p. 354-430) enuncia que o meio mais apropriado de assegurar a “[...] santa castidade” era a humildade e a vigilância, porque a continência perpétua, e principalmente a virgindade, era tão grande bem entre os santos de Deus que estes deveriam guardá-las com a máxima vigilância para não cair em tentação e as vê-las corrompidas pela soberba. E acrescentou em seguida: “Logo, a guardiã da virgindade é a caridade, e a morada dessa caridade é a humildade.” (SANTO AGOSTINHO, 2000, p. 141).

Observamos o conceito de pureza relacionado à castidade e à abstinência dos prazeres carnis, tal qual expresso nas Sagradas Escrituras ao destacar que somente Deus tem o poder de purificar o homem e livrar-lhe do pecado vergonhoso. “É pelo pecado vergonhoso que o homem se afasta mais de Deus.” (JÓ, 31, 1) (BÍBLIA SAGRADA, 1990, p. 541). Por conseguinte, é também desse pecado que se sai com mais dificuldade por causa da força do hábito<sup>12</sup> que ele absorve rapidamente, sendo mais fácil seguir o caminho dos vícios, do que das virtudes.

A pureza como virtude representava a beleza da alma, do espírito casto, cujo pensamento e ações serviam a glória de Deus. A busca em manter o corpo puro, longe dos pecados, demonstrava a capacidade do homem escolher entre o vício e a virtude.

Segundo Tomás de Aquino (2005), a capacidade do homem em escolher suas ações justificava a necessidade de desenvolver hábitos bons, pois as ações humanas poderiam pender tanto para o bem quanto para o mal. Ao contrário, esse mau hábito seria como uma doença que penetrava a alma e da qual o homem não se livraria senão por um milagre da divina misericórdia.

A formação espiritual e moral embebida dos princípios religiosos e cristãos permeia a condição humana e sua organização social no intuito de conter os impulsos e vícios tão naturais nas relações sociais e ao mesmo tempo tão indignos para a salvação divina. Em *Perceval ou O Conto do Graal*, a pureza está ligada ao sagrado. O autor retratou a necessidade da purificação para que o personagem pudesse encontrar o cálice sagrado; em toda a sua trajetória vemos a luta de Perceval para vencer as tentações e manter a pureza do corpo com a castidade e a pureza do espírito em seus julgamentos e ações.

---

<sup>12</sup> Hábito: “[...] chama-se hábito a disposição pela qual a coisa disposta se dispõe bem ou mal em si mesma ou em relação à outra coisa, de modo que a saúde é um hábito” (TOMÁS DE AQUINO, 2005, p. 38).

As virtudes se relacionam e se vinculam à formação moral e espiritual do homem, visto a necessidade de aperfeiçoar as relações sociais e fortalecer a sociedade em uma unidade visando ao bem comum. A cristandade se apropriou dessas premissas e transferiu aos cavaleiros os valores cristãos concebidos pela Igreja como virtudes a fim de disseminar um modelo de comportamento e um exemplo de conduta moral no seio da sociedade, dadas a popularidade e a exaltação da figura do cavaleiro na sociedade medieval.

Na intenção de melhor descrever nossa fonte e reforçar a relevância que o autor atribuiu às virtudes na formação do cavaleiro, apresentamos na próxima seção a novela cavaleiresca de Chrétien de Troyes, detalhando a trajetória da formação do cavaleiro Perceval em busca de tornar-se digno para encontrar o Santo Graal.

### 3 ANÁLISE DA OBRA *PERCEVAL OU O CONTO DO GRAAL*, DE CHRÉTIEN DE TROYES E A FORMAÇÃO DO CAVALEIRO IDEAL

O romance de cavalaria *Perceval ou O Conto do Graal*, de Chrétien de Troyes, foi escrito entre os anos 1135 e 1183 e publicado na França, em francês antigo, no final do século XII. A obra foi dedicada ao Conde Felipe de Flandres, também conhecido como Felipe de Alsacia, considerado protetor de Chrétien, que partiu para Ultramar como um cruzado em setembro de 1190 e morreu no ano seguinte.

Optamos, como fonte da nossa análise, por duas traduções da referida obra: uma disponível na versão digital do original *Le Conte Du Graal (Perceval ou O Conto do Graal)*, publicada em 2014, e outra na versão impressa do original *Perceval ou Le Roman du Graal (Perceval ou O Romance do Graal)*, traduzida por Marly Segreto e publicada em 2017.

De acordo com Riquer (2014), a obra foi escrita em versos, emparelhados de oito sílabas de rimas consoantes, forma culta adotada pela nobreza francesa, muito distinta das narrativas tradicionais das canções de gestas<sup>13</sup> empregadas para narrar romances e aventuras. Chrétien de Troyes foi considerado o primeiro escritor a introduzir na nobreza francesa a literatura do mundo fantástico do Rei Arthur da Bretanha e dos cavaleiros da Távola Redonda, recolhendo várias lendas bretãs e reesturando-as na narrativa culta, o que seria inovador para o período, já que circulavam na Corte apenas contos e romances clássicos.

A obra *Perceval ou o Conto do Graal* foi a primeira novela de cavalaria a tratar do Santo Graal. A narrativa também apresenta uma dualidade peculiar, contando a história de dois cavaleiros, o Jovem Perceval e o experiente Gauvain, sobrinho do rei Arthur, como se quisesse contrapor o cavaleiro inexperiente ao veterano em um belo duelo entre o velho e o novo modelo de comportamento apresentado à sociedade da Europa Ocidental do século XII.

A obra foi organizada em dezoito episódios, sendo os dez primeiros para narrar a história do jovem Perceval: O episódio da Casta Floresta; O episódio da Donzela da Tenda; O episódio do Castelo de Artur; O episódio do Castelo de Gorneman; O episódio do Castelo de Branca Flor; O episódio do Castelo do Graal; O episódio da

---

<sup>13</sup> “Canção de Gesta é um poema épico medieval em francês arcaico que narra os feitos heroicos dos guerreiros do passado tendo como sua mais célebre representação a Canção de Rolando, datada provavelmente do início do século XI.” (LOYN, 1997, p. 176).

Prima; O episódio do Orgulhoso da Charneca; O episódio das Três Gotas de sangue e do Combate contra os Três Cavaleiros de Artur; O episódio da mulher Horrível.

Em seguida, há três episódios para narrar as aventuras de Gauvain: A sequência do episódio da Mulher Horrível na Corte de Artur; O episódio do Castelo de Tintagel e da Donzela das Mangas Pequenas; O episódio da Caça à Corça Branca e da Torre em Escavalon. A narrativa retoma a história de Perceval com um episódio: O do Tio Ermitão, para retomar a história de Gauvain com os quatro últimos episódios, a saber: O episódio do Intermundo; O episódio do Castelo da Maravilha; O episódio do Vau Perigoso, de Guiromelan e do retorno ao Castelo da Maravilha e O episódio do Retorno à Corte de Artur.

Assinalamos que a narrativa ficou inacabada pela inesperada morte de Troyes. Esse fato mexeu com a imaginação dos leitores e inspirou seus continuadores a escrever, ainda que de maneira inconcluída, um final para a misteriosa obra do *Santo Graal*.

Na análise dessa obra, pautamo-nos em quatro figuras secundárias, mas de grande relevância ao processo de formação do cavaleiro. Tal formação concentrava-se desde a sua infância com a figura da criança, os cuidados da mãe, os ensinamentos do mestre e a redenção dos pecados com a figura do ermitão. Esses quatro personagens – criança, mãe, mestre e ermitão – se entrelaçam no percurso de formação do nobre cavaleiro e o consagram ao término de sua jornada como um cavaleiro virtuoso, capaz de tornar-se um exemplo a ser seguido pela sociedade de então.

### 3.1 A CRIANÇA PERCEVAL NO ISOLAMENTO DA FLORESTA

A obra *Perceval ou O Conto do Graal*, Chrétien de Troyes, trata da formação do jovem Perceval desde a sua infância até se tornar um cavaleiro virtuoso. Revelou, assim, a importância de iniciar desde cedo a instrução da criança, poupando-a dos vícios e do convívio mundano.

Vale ressaltar que o conceito de infância não existia na sociedade do século XII, pois foi historicamente construído ao longo dos tempos.

Os fatos relativos à evolução da infância, na pluralidade de suas configurações, inscrevem-se em contextos cujas variáveis delimitam perfis diferenciados. A infância é um discurso histórico cuja

significação está consignada ao seu contexto e as variáveis de contexto que o definem. (FERNANDES; KUHLMANN JÚNIOR, 2004, p. 29).

Desse modo, justificamos a dificuldade que encontramos de identificar estudos relativos à infância e até mesmo sobre a criança na sociedade do século XII. Le Goff (1989, p.18) afirma que embora a criança não tivesse uma educação específica na infância, devido às condições da época, isso “[...] não impedia os pais de amarem os seus filhos, mas tendo sobretudo em vista os adultos que eles viriam a ser e o mais depressa possível.”.

Destarte, podemos perceber que embora o conceito de infância não estivesse posto na sociedade do século XII, o cuidado com a criança estava presente, pois esta tornar-se-ia um adulto rapidamente e estaria apta para representar sua descendência e participar dos assuntos sociais.

Em sua obra, Troyes escolheu um protagonista pertencente a uma ilustre linhagem de cavaleiros, que tendo perdido pai e irmãos vítimas das guerras e das batalhas, foi criado pela mãe protegido de tudo, principalmente dos assuntos de cavalaria.

Segundo Veyne (1989), as famílias nobres e abastadas moravam no campo, isoladas das tentações das cidades, sob a direção de uma senhora (parente) mais velha, que com virtudes comprovadas ficava responsável por organizar a dinâmica da casa, inclusive a educação das crianças. Era ainda responsável por conduzir seus deveres e estudos, além de cuidar das brincadeiras e distrações ofertadas às crianças. Para o autor, a criança educada na casa dos pais estava exposta a todos os assuntos do mundo dos adultos, vestia-se com roupas luxuosas e participava das refeições ouvindo canções levianas e brincadeiras ousadas, até mesmo na presença de concubinas.

Assim, a educação deveria ser ministrada com serevidade, geralmente pela chancela de um preceptor ou ‘nutridor’, cabendo a este a educação dos meninos até a puberdade, pois assim ficariam longe da indolência da casa dos pais, menos suscetíveis aos vícios e estariam mais aptos em amar as virtudes e habituar-se a elas (VEYNE, 1989). Tal severidade faz parte do papel do pai, pois cabia a ele reforçar o caráter do filho, exigindo um certo distanciamento afetivo, cabendo à criança bem-educada chamar seu pai de senhor, enquanto à mãe cabia a parte da indolência, da afetividade. Ainda para Veyne (1989), esse afeto pouco demonstrado pelos pais estava

ligado ao sentimento parental induzido pela moral dominante. Desse modo, os pais amavam os filhos pela condição de continuadores do nome da família e da linhagem a que pertenciam.

Nessa perspectiva, Perceval era filho de uma ilustre linhagem de cavaleiros e, portanto, o único que poderia dar continuidade ao nome da sua família. Por esse motivo, sua educação deveria estar embasada na formação do caráter e das virtudes necessárias para se tornar um homem bom, capaz de dar continuidade a sua descendência.

A educação dos filhos com o objetivo de dar continuidade à linhagem e ao nome da família não estava reservada apenas à nobreza, embora esta se apegasse a esse fato para manter sua soberania na sociedade. O novo estamento social da “burguesia” também objetivava educar os filhos para dar continuidade aos seus negócios no ambiente urbano.

Nessa direção, de acordo com Le Goff (1992), o conselho das cidades, por volta do século XII, se preocupou em criar escolas para os filhos dos ‘burgueses’, destinadas ao aprendizado da leitura e da escrita, considerada uma prática fundamental para o exercício do comércio. Essas escolas possibilitaram aos filhos dos comerciantes um ensinamento reservado aos noviços dos mosteiros, aos aspirantes a membros do clero.

Dessa forma, observamos a educação da criança como uma necessidade para a continuidade de sua descendência e do ofício desempenhado pela sua família. “O burguês iniciou-se nele bem antes do nobre, porque aquilo que para o nobre não passava de um luxo intelectual, era para ele uma necessidade cotidiana.” (LE GOFF, 1992, p. 126).

Do mesmo modo, na linhagem da cavalaria o pai preparava o filho para ser o seu sucessor. Os filhos da nobreza, por serem considerados bem-nascidos, ganhavam o direito de aperfeiçoar-se nos serviços militares e no manejo da espada. Cabia ao príncipe como soberano consagrá-los ao costume reservado aos filhos dos nobres, inserindo-os na cavalaria por meio da cerimônia de investidura.

Duby (1989) explica que a cavalaria permanece no centro da ideia de nobreza como um valor glorioso, nobilitante e privilegiado, por isso formar um filho cavaleiro era motivo de grande honra, sendo almejado por muitos, inclusive pelos próprios príncipes. Por esse motivo, dar continuidade à linhagem, principalmente de nobres

cavaleiros, como era o caso de Perceval, era algo almejado por toda a família, que assim ganhava relevância social.

Perceval era uma criança de aproximadamente dois anos quando perdeu o pai, um nobre cavaleiro. Cresceu sem seus ensinamentos, tendo apenas os cuidados da mãe, que como vimos, tende a ser mais permissivo, embora indolente, frente à severidade exigida da figura paterna.

Nesse contexto, as crianças estariam submissas aos ensinamentos maternos e, portanto, não desenvolviam uma identidade própria na tenra idade, vindo a adquiri-la quando estivessem aptas a realizar tarefas semelhantes àquelas executadas pelos adultos com as quais conviviam, estando subordinadas a elas, a saber:

[...] como exigia a imagem da criança no sistema de valores da Idade Média, uma espécie de não-ser que só se tomará alguém saindo o mais depressa da infância – ele se afirma apenas na sua submissão, na obediência, na qual exatamente ele é exímio, com a sua disponibilidade para fazer-se modelar pela mãe e pelo preceptor, apesar de a primeira não ser de modo algum meiga e o segundo não hesitar em afligir-lhes castigos corporais. (LE GOFF, 1983, p. 82).

Observamos que embora a mãe o tenha educado nos valores cristãos, para honrar e obedecer a Deus, a obediência não era uma das virtudes mais presente na criança Perceval, pois subentende-se que o filho cresceu livremente correndo pelos bosques, sem qualquer preocupação. E ainda quando jovem, a mãe lhe pediu para não ir à corte do Rei Artur, mas o filho ignorou seu pedido e partiu assim mesmo em busca do que acreditava ser o seu destino, o que como o pai daria continuidade a sua descendência.

Apesar de encontrarmos dificuldades para retratar a criança no período medieval, acreditamos que esta exercia um papel relevante no seio da família, uma vez que seria a sucessora dos valores e costumes, além de mantenedora dos bens e da linhagem familiar. Por esse motivo, consideramos a relevância que Chrétien de Troyes, e posteriormente Ramon Llull (1232-1316), atribuíram à criança em suas obras. Troyes viveu em um período de grandes transformações e compreendeu a importância das crianças para a sociedade, tendo em vista que logo se tornariam adultos e, portanto, dariam continuidade à linguagem e aos costumes familiares.

Em sua obra, Troyes salientou os cuidados com a criança Perceval, seu isolamento na floresta a fim de que ficasse longe dos assuntos mundanos e dos vícios sociais:

Era o tempo em que as árvores florescem, a erva, o bosque e os prados verdes, os pássaros cantam docemente em seu latim pela manhã e toda criatura se inflama de alegria, quando o filho da Dama Viúva se levantou na Erma Floresta Solitária, e sem preguiça pôs a sela no seu corcel, pegou três flechas e saiu assim da morada de sua mãe. (TROYES, 2014, p. 11).

Ao versar sobre o isolamento da criança e seu distanciamento dos vícios mundanos, o autor destacou a importância de preservá-la, respeitando e valorizando sua condição pueril. Apontou para a pureza e a ingenuidade típicas dessa idade e frisou a necessidade de instruir essa criança para que pudesse tornar-se um adulto bom e valoroso, capaz de cumprir sua missão na sociedade.

Essa instrução<sup>14</sup> começaria na tenra idade de forma prazerosa, por meio de brincadeiras e jogos espontâneos por meio dos quais a criança desenvolveria livremente sua aptidão natural. Nas palavras do personagem: “[...] ninguém sabe tanto quanto eu, pois me exercitei com as almofadinhas e as faíscas da casa de minha mãe, ao ponto de fadigar-me em algumas ocasiões” (TROYES, 2014, p. 36). Em outro momento: “Ele, que sabia lançar muito bem as flechas que levava, ia em torno disparando-as ora para trás, ora para frente, ora para baixo, ora para cima, [...]” (TROYES, 2014, p. 12), como se estivesse brincando com suas flechas.

Ao realçar o isolamento do personagem na floresta, Troyes (2014) aponta para a necessidade de cuidar e educar a criança desde a tenra idade, preservando-a dos assuntos mundanos e a imbuindo de valores e virtudes fundamentais ao bom convívio social.

Conforme Aristóteles (1991, p. 24), “[...] a virtude que devemos estudar é, fora de qualquer dúvida, a virtude humana, porque humano era o bem e humana a felicidade que buscávamos.”. Sendo assim, a virtude não é algo inerente ao homem, deve ser ensinada, de modo que se constitua em ações que culminem no bem para toda a sociedade.

Verificamos que desde a Antiguidade a educação da criança permeava a esfera social, pois preocupado com a educação do filho Nicômaco, o próprio Aristóteles escreveu a obra intitulada *Ética à Nicômaco* a ele dedicada, para lhe instruir sobre as virtudes, que na visão do filósofo seria o único caminho para encontrar a felicidade.

---

<sup>14</sup> “Instrução para o século XII significava conhecimento, saber, portanto, instruir significava transmitir o conhecimento, ensinar como fazer ou agir.” (LE GOFF, 1989, p.117).

Nesse sentido, podemos constatar que a formação e os valores adquiridos quando criança são fundamentais para a construção de um homem bom. Logo, os ensinamentos maternos teriam grande influência sobre a formação do cavaleiro. No caso de Perceval, ainda na infância sua mãe lhe ensinou conforme sua crença, sob forte influência da Igreja Católica e dos princípios cristãos muito presentes na sociedade da época. Esse fato se evidencia na fala do personagem ao encontrar os cavaleiros na floresta: “ – Por minha alma! Razão tinha a minha mãe, minha senhora, quando me disse que os diabos são as coisas mais feias do mundo; e para me instruir disse que ante eles terei que benzer-se.” (TROYES, 2014, p. 11).

Os ensinamentos da mãe de Perceval tinham enraizado no jovem a religiosidade e a devoção que, mesmo inconscientemente diante de algum perigo eminente, benzia-se para se proteger em um gesto de invocação ao divino. Isso demonstra o papel fundamental da mãe nos ensinamentos da criança na sociedade medieval.

Essa preocupação com a educação da criança e com a responsabilidade dos pais em instruí-la nos princípios cristãos, já havia aparecido em São Jerônimo (347-420) nos séculos IV e V, embora em outro contexto histórico, reforçamos a necessidade de educar as crianças. Para Santos (2016, p. 03), São Jerônimo apresentava uma apreensão com a educação das crianças e com o cuidado que os pais deveriam ter com elas. Em relação ao ensino e sua formação, também julgava ser responsabilidade dos pais escolherem os preceptores (mestres) de seus filhos; o mestre precisava ser adulto, não apenas em termos de idade, mas também não devia possuir vícios, fatores que interferiam na formação do cristão.

Essas mesmas orientações dadas por São Jerônimo no início da Idade Média, são transcritas nas obras de Ramon Llull (1232-1316) e posteriormente no manual pedagógico de Erasmo de Rotterdam (1466-1536) iniciando uma nova concepção de educação da criança em seu contexto histórico.

Isso nos leva a pensar que as questões envolvendo a educação das crianças e os cuidados com as mesmas são anteriores ao período de Troyes e se estenderam posteriormente, uma vez que, a responsabilidade dos pais, em especial da mãe, figura mais próxima da criança pequena, com maior poder de educar e influenciar seu desenvolvimento perduram ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, podemos considerar uma preocupação com a criança na Idade Média. Ao tratar da infância de Perceval, Troyes (2014) buscou destacar, ainda

que de forma sutil, a importância de educar as crianças. Chamou a atenção para os cuidados que se deve ter para protegê-la dos vícios, pois educar para as virtudes é uma construção diária e permanente que deve começar na tenra idade.

Nesse mesmo propósito, em sua obra *Doutrina para Crianças*, Llull (2010, p. 03) frisa a relevância da instrução dos filhos: “É conveniente que o homem mostre a seu filho a forma de cogitar a glória do Paraíso e as penas infernais, pois se acostumará a amar e temer a Deus, conforme os bons ensinamentos.”. Consoante o autor, é importante orientar as crianças e conduzi-las aos ensinamentos de Deus, pois a vida é breve e a morte se aproxima todos os dias; desse modo, era pertinente instruir as crianças para a fé e a servidão a Deus, a fim de serem dignas para desfrutar do paraíso após sua morte.

Naquele período (século XII), a formação do homem se pautava na fé e na cristandade. A Igreja reinava soberana no seio da nova sociedade, mas sentia o perigo eminente da racionalidade advinda das universidades e de seus intelectuais, que questionavam toda a maneira de ser e de pensar do homem. Assim, conduzir os homens segundo seus princípios cristãos era uma forma de manter o controle e o poder.

A *Doutrina das crianças* era uma espécie de manual do cristianismo para evangelizar desde a infância, buscando formar o homem não somente em seu aspecto físico, mas também moral e espiritual nos princípios cristãos.

Logo no princípio o homem deve mostrar a seu filho as coisas gerais do mundo para que ele saiba descer até as coisas especiais. [...] convém que o homem faça seu filho aprender os 14 artigos da santa Fé Católica, os 10 mandamentos, que Nosso Senhor Deus deu a Moisés no deserto, os 7 sacramentos da igreja e os outros capítulos seguintes. (LLULL, 2010, p. 16).

Nos princípios do cristianismo e dos dogmas da Igreja, a criança era instruída, assim como todo homem, a amar e temer Deus. Esses traços estavam fortemente presentes na fala e no comportamento de Perceval, que diante de situações vividas, expressava evocações divinas ensinadas pela mãe.

Discorreremos a seguir sobre a grande relevância da figura materna na construção do caráter e dos valores morais e éticos fundamentais para a formação do cavaleiro que consagrar-se-ia no ideário cristão como um modelo ideal de homem para a sociedade.

### 3.2 O PAPEL DA MÃE NA FORMAÇÃO DO CAVALEIRO

Em meio às questões que permeavam a sociedade medieval do século XII, a figura materna ganhou destaque na obra de Chrétien de Troyes (1135-1191) pela sua significativa contribuição na formação do cavaleiro. De modo sutil, o autor instiga o imaginário do leitor e o desafia a compreender o papel relevante desempenhado pela mãe no processo de formação e consolidação do cavaleiro como possível modelo de educação. Em uma sociedade em que o papel da mulher não se destacava tanto quanto o do homem, atribuir tamanha relevância à figura feminina era uma forma de evidenciar as mudanças na maneira de pensar daquela sociedade.

Cumprido salientar que as instituições eclesíásticas tiveram grande influência sobre o papel da mulher na sociedade medieval, pois contribuíram para uma moral que definia os papéis sociais ligados ao gênero a partir dos discursos religiosos. Surgiu então a figura da mulher comparada a Eva, responsável pelo pecado original, e à Virgem Maria, a santa e modelo do feminino a ser seguido, considerado por muitos um modelo de promoção das mulheres (SILVA, 2014).

Segundo Le Goff (1989), em uma sociedade militarizada e viril com sua subsistência sempre ameaçada, a figura feminina estava diretamente vinculada ao pecado, ao desejo sexual e à tentação. Até mesmo a fecundação estava associada à imagem de Eva pelo pecado original, uma vez que foi Eva quem seduziu Adão e o induziu a comer do fruto proibido, desobedecendo a Deus.

Outro ponto importante revelado pela Sagrada Escritura para justificar esse argumento é o fato de a mulher possuir origem carnal, diferente do homem, que possui origem divina. Eva foi criada da costela de Adão, e por sua condição carnal, estaria mais suscetível ao pecado e aos prazeres mundanos. Enquanto o homem, por sua condição divina, tendo recebido a vida por um sopro de Deus, estaria mais próximo a Ele e a tudo o que fosse espiritual.

Nessa perspectiva, Flori (2005) ressalta que para alguns escritores eclesíásticos a mulher estava ligada ao pecado original, o que a colocava em condição de imoralidade e inferioridade em relação ao homem, sendo a ela atribuídas características como inconstante, perversa, pérfida, insaciável, todas relacionadas à luxúria.

Na passagem bíblica em Gênesis (3: 1-7), Deus proibiu Adão e Eva de comerem o fruto da Árvore do Conhecimento que revelava o Bem e o Mal, porém Eva

foi tentada pela serpente a comer do fruto proibido e diante de sua fraqueza foi convencida a prová-lo. Em consequência desse ato, Deus expulsou todos do paraíso e impôs severas punições por sua desobediência: a serpente, por sua astúcia e persuasão foi condenada a viver rastejando, sendo hostilizada pela mulher. Adão foi condenado a trabalhar, a cultivar o solo e a dele retirar seu sustento (BÍBLIA SAGRADA, 1990).

A esse respeito, Le Goff (1992) enuncia que o trabalho penitente ou trabalho castigo nascido no Gênesis era uma forma de conduzir o homem à salvação por meio do trabalho útil, um trabalho que serviria para purificar os trabalhadores e conduzi-los novamente ao paraíso.

Eva ficou com a carga mais pesada da culpa, foi condenada a sentir dores na gravidez e a ser dominada pelo marido. Essa condenação feminina serviu de instrumento para a Igreja sacralizar o casamento e conceber o ato sexual como condição para a procriação, isenta de qualquer sexualidade e, portanto, da luxúria (FLORI, 2005).

Do mesmo modo, para moralizar o espírito feminino e salvar do pecado as mulheres que como Eva escolhiam desobedecer às leis de Deus, a Igreja Católica intensificou o culto mariano por toda a Europa Ocidental do século XII, assentando-o em quatro pilares: a virgindade, a maternidade, a imaculada concepção e a assunção. Maria foi considerada a redentora de Eva, libertando-a do pecado (DALARUN, 1993).

Em consonância com Ventorim (2005), desenvolveu-se então a ideia de que Maria era a mãe da humanidade, dos homens e mulheres que vivem na graça de Deus. Podemos compreender que esse entendimento tenha se originado de uma passagem da Sagrada Escritura em que Jesus profere, ao ver do alto da cruz sua mãe e o discípulo que amava: “Então disse a mãe: Mulher, eis aí o seu filho”. Depois disse ao discípulo: “Eis aí a sua mãe” (JOÃO, 19: 26-27). (BÍBLIA SAGRADA, 1990, p. 136).

A Europa Ocidental do século XII intensificou o modelo de mulher adequado para aquela sociedade e valorizou a figura de Maria soberana no papel de mãe e mulher. O culto mariano ligado aos dogmas da virgindade e da maternidade divina contribuiu para a construção do ideal de santificação de Maria, consagrada como a Imaculada Conceição por ter concebido sem pecado original. Pela graça de gerar o próprio Cristo, foi elevada ao estado de santidade, e após a sua morte ocorreu sua assunção corporal ao céu, afastando-a da condição humana e, portanto, de toda putrefação (DALARUN, 1993).

Nessa perspectiva, as mulheres que almejavam o sacramento do matrimônio eram incentivadas a preservarem a virgindade e a pureza corporal até o casamento, de modo que a união carnal servisse para a procriação como designa a lei cristã. Entretanto, a melhor forma de seguir o exemplo mariano era permanecer virgem e tornar-se esposa de Cristo, com base na concepção de que Maria era “[...] irmã, esposa e serva do Senhor.” (DALARUN, 1993, p. 53). Nesse contexto religioso, Eva representava as mulheres reais, pecadoras e passíveis de redenção, e Maria apontava um ideal de santidade que deveria ser seguido por todas as mulheres, considerado o único caminho para a salvação.

As mulheres, assim como Eva, eram imperfeitas e propensas ao pecado, uma vez que eram humanas e, portanto, suscetíveis aos vícios profanos, sendo um árduo caminho seguir os passos da Virgem Maria. Diante dessa dificuldade e do sentimento de impossibilidade por muitas mulheres, a Igreja buscou um exemplo de salvação e de reconciliação com Deus na figura de Maria Madalena, uma prostituta que arrependida de seus pecados resolveu abandonar tudo e seguir os ensinamentos de Deus e de seu filho Jesus em busca de uma nova vida.

Na concepção de Le Goff (2005), a redenção das mulheres estava associada ao culto a Maria Madalena que provavelmente surgiu na Igreja de Vézelay, no qual estariam enterrados os restos mortais da santa. O abade do santuário, Geoffroi, foi o difusor dessa ideia no século XI. Em 1050, obteve autorização para o culto a Madalena no mosteiro, e uma bula papal confirmou a existência dos restos mortais da santa naquela igreja em 1058. Esse movimento do culto a Madalena contribuiu para a mudança da concepção da mulher na sociedade.

Empreendemos essa retomada sobre a mulher para destacar o papel da mãe na formação do cavaleiro e a importância de seus cuidados e ensinamentos, os quais ficam explícitos na assertiva do autor sobre o modelo feminino ideal para a época, aquele comparado a Virgem Maria, marcando também, podemos enunciar, o seu posicionamento cristão.

Para Le Goff (2005), as mulheres desempenhavam um papel fundamental na sociedade, inclusive econômico, pois além da sua condição de procriadora, também exercia a função de camponesa e artesã, de acordo com sua posição social. As mulheres superiores da nobreza gozavam de alguns privilégios e se apresentavam na corte com exuberância; a essas a literatura tratou de descrever como heroínas

humanizadas santas ou pecadoras, envolvidas entre os vícios e a virtude, o real e o imaginário.

Em sua obra, Troyes revela pouco sobre as características da mãe de Perceval, o que instiga o leitor a descobrir aos poucos sua origem. Assinalamos, contudo, que o autor emprega uma estreita ligação da mãe com a religião, o que fica evidente em uma das passagens com o filho: “Rogo, sobretudo, que reze a Nosso Senhor em igreja e em monastério, para que lhe dê honra nesse século e permita-lhe comportar de tal sorte que chegue a bom fim.” (TROYES, 2014, p. 20).

O conselho materno, pautado na religião e na fé em Deus, revela que a mãe de Perceval buscava seguir os passos de Maria e viver em comunhão com o Criador, dedicada aos cuidados de seu único filho, pois havia perdido seu marido e dois filhos mais velhos na guerra: “Vós éreis todo o meu consolo e todo o meu bem, pois não me restava nenhum dos meus. Deus não me havia deixado mais nada com o que eu tivesse felicidade e alegria” (TROYES, 2017, p. 22).

A mãe de Perceval era viúva de um nobre cavaleiro que perdera a vida enlutado pela morte de seus dois filhos em batalha. Esse episódio também pode ter contribuído para seu isolamento na floresta, pois as viúvas eram abundantes na sociedade cavaleiresca devido à perda dos maridos nas guerras e batalhas (DUBY, 2013).

Duby (2013, p. 172) escreve que “[...] muitas mulheres, por certo, morriam jovens nas dificuldades do parto. Mas a mortalidade não era menor entre os guerreiros. Eles eram desimados.”. Estes morriam ainda pela sorte de seu ofício, pela desmedida e abusos de uma vida violenta, pelos ferimentos recebidos nas batalhas e torneios, pelas febres em aventuras pelo Oriente e algumas vezes pelos golpes de assassinos.

As viúvas quando jovens e atraentes, ainda corroborando Duby (2013), com filhos ainda pequenos, não gozavam muito tempo dessa independência, porque sua linhagem e a do ‘defunto’ concordavam em casá-las rapidamente, e eram disputadas na esperança de gerar filhos com o novo marido e fazê-los seus sucessores. As viúvas mais maduras e com dificuldade de encontrar um novo marido, ou cujo filho primogênito estava em idade de suceder a seu pai permaneciam livres para decidir seus destinos (DUBY, 2013).

Esse fato, ainda que de menor relevância, certamente contribuiu para a decisão da mãe de Perceval de viver em uma floresta isolada, cercada apenas de camponeses que cultivavam suas terras, fato explícito na fala de Perceval: “Ali estão os lavradores

de minha mãe, que semeiam e aram suas terras.” (TROYES, 2014, p. 16), demonstrando a sua condição de nobreza e relevância social.

Esse isolamento também estava associado ao medo de perder mais um filho em batalha, seu único descendente e, portanto, o único a dar continuidade a sua linhagem, sua descendência. Por outro lado, ela tinha a difícil missão de preparar o filho para ser digno de encontrar o Santo Graal e salvar o seu tio, o pai do rico Rei Pescador.

Como podemos perceber, a mãe de Perceval era uma mulher instruída, pertencente a uma nobre linhagem real revelada no episódio com o tio ermitão: “Ele é servido a meu irmão. Minha irmã e irmã dele, foi tua mãe. E saiba que o Rei Pescador é filho desse rei que se nutre do Santo Graal.” (TROYES, 2017, p. 147). Ela vivia um difícil duelo entre o medo de perder mais um filho e a necessidade de instruí-lo para ocupar seu lugar na sociedade e cumprir a sua missão. Sendo uma mulher da nobreza e instruída, Troyes reforça o papel social da mulher como mantenedora da família responsável pela ordem e pela educação dos filhos, garantindo sua continuidade, ou seja, sua linhagem.

Esse fato, como assinalamos, era de grande relevância na sociedade ocidental do século XII, uma vez que, com o crescimento das cidades e o fortalecimento do comércio, um novo estamento social se despontava: a ‘burguesia’, colocando em risco a soberania da nobreza e a sua continuidade (PIRENNE, 1982).

Por ser uma mulher da nobreza, a mãe de Perceval compreendia as mudanças pelas quais a sua sociedade estava passando, principalmente no campo das virtudes e dos valores humanos, pois fora educada nos princípios cristãos, mas acima de tudo entendia que lhe haviam confiado uma grande missão da qual não poderia falhar, uma vez que custaria a vida de seu próprio irmão.

Assim, por meio da figura materna, Troyes revela a necessidade de iniciar a formação de um novo homem com uma educação pautada nos valores éticos e morais, pois com o expressivo desenvolvimento das cidades e a preocupação dos reinos em manter suas posses de terras e seus bens materiais e econômicos, a sociedade acentuava em suas relações sociais os vícios e o egoísmo, o que contribuía para o afastamento da fé cristã e das virtudes fundamentais para se viver em sociedade.

Nesse âmbito, a escolha da mãe de Perceval em viver isolada do convívio social em uma floresta pode ser entendido como uma maneira de proteger o filho dos

vícios sociais e provavelmente instruí-lo nos valores e nas virtudes essenciais para a formação de um nobre cavaleiro, seguindo os princípios cristãos adotados pela Igreja, os quais, segundo Troyes (2014), serviriam de exemplo moral e ético para a sociedade. Os valores e as virtudes que a mãe de Perceval ensinou ao jovem o aproximaram ainda mais da sua vocação, pois estavam presentes em todos os seus atos.

Na obra, consta que ao andar pela floresta, o jovem Perceval ouviu um enorme ruído: eram as armaduras dos cavaleiros que chiavam e as armas que se chocavam umas com as outras assustando-o. Então lembrou-se da fala de sua mãe: “[...] que os diabos são as coisas mais feias do mundo: e para me instruir disse que ante eles teria que benzer-se.” (TROYES, 2014, p. 11), mas desdenhou do ensinamento materno e não se benzeu, armando-se com sua flecha para se proteger quando viu os cavaleiros do rei Arthur adentrarem a floresta. Ao visualizar os cavaleiros, o jovem reconheceu-os como anjos, tamanha beleza e esplendor que refletiam de suas armaduras, descartando a comparação que a mãe fazia dos mesmos com o diabo, justificada pela dor de ter perdidos seus dois filhos.

Naquele momento, revoltou-se contra sua mãe que o enganou no intuito de protegê-lo e/ou poupá-lo até o momento oportuno para revelar-lhe sua vocação. Ao observarmos o comportamento de Perceval frente aos cavaleiros, verificamos que era infantilizado, pois fazia muitas perguntas e demonstrava curiosidade típica de criança.

Acreditamos que o duelo vivido pela mãe entre o medo e o dever postergou a passagem do jovem para a fase adulta, posto que, na sociedade medieval, por volta dos sete anos ocorria uma transformação na vida da criança, atribuíam-se responsabilidades diferentes para meninos e meninas, relacionadas ao trabalho ou aos estudos, ampliando, assim, as relações sociais e a socialização das crianças (KUHLMANN JÚNIOR, 2015).

*A priori*, essa proteção foi de grande relevância no campo de sua formação moral, porém o excesso o impediu de crescer psicológica e emocionalmente, haja vista que diante do desconhecido demonstrou grande entusiasmo e espontaneidade em seguir os cavaleiros sem qualquer objeção.

Deslumbrado com a visão que teve dos cavaleiros e seguro de que eram como anjos enviados de Deus, Perceval decidiu ser um cavaleiro, e sem exitar resolveu dirigir-se à Corte do rei Artur para que este o tornasse um cavaleiro.

Diante de sua precipitação, a mãe de Perceval tentou impedi-lo de toda forma, temendo que o filho ainda não estivesse preparado para assumir a sua missão. Todavia, ao perceber que suas súplicas seriam inúteis, decidiu ensiná-lo a respeito das primeiras noções do código da cavalaria, as quais conhecia muito bem não apenas por sua nobre linhagem, mas pelo convívio familiar com o marido e os filhos, cavaleiros de grande honra.

Esse fato nos leva a compreender o enorme esforço da mãe de Perceval em vencer o medo e instruir o filho nas primeiras noções da Ordem de Cavalaria, pois sabia que precisava formar um cavaleiro ideal, perfeito para encontrar o *Santo Graal* e salvar a vida de seu irmão. Essa missão cumprida com êxito colocaria Perceval no mais alto nível de glória e exaltação, sendo tomado como exemplo de comportamento pela sociedade, além de garantir a continuidade de uma linhagem gloriosa.

O duelo interno vivido pela mãe de Perceval entre o medo e o dever, a glória e o fracasso são sentimentos humanos e portanto presentes na sociedade ao longo da humanidade. Ao instruir o filho, a mãe manifestou um ato de generosidade, transmitindo-lhe seu conhecimento; assim, a virtude transcedeu o medo e o conduziu ao ensinamento.

A mãe de Perceval iniciou o ensinamento sobre a Ordem de Cavalaria pontuando que o cavaleiro deveria socorrer as donzelas que necessitassem de ajuda, respeitando-as acima de tudo. Ao solicitar o amor de uma dama, explanava a mãe, deveria ser cortês e gentil; caso a mesma lhe concedesse um beijo, deveria contentar-se sem exigir nada mais; se ela lhe oferecesse um anel, deveria aceitá-lo como prova de sua fidelidade, mediante o costume da época. Por fim, a mãe aconselhou Perceval a buscar sempre a presença de homens sábios e a participar das celebrações em igrejas e mosteiros, reforçando sua fé cristã.

Perceval ouviu os ensinamentos maternos com grande agitação e ansiedade, e assim que terminou os preparativos para a viagem, partiu para cumprir seu destino, deixando a mãe desolada, pois esta temia que o filho não estivesse pronto para cumprir sua verdadeira missão. Ao sair da floresta e buscar o caminho da corte do rei Arthur, o jovem Perceval se esforçou para seguir os ensinamentos maternos, porém acabou demonstrando que não compreendera bem seus conselhos, pois na primeira oportunidade de colocá-los em prática fez justamente o contrário: ao entrar em uma tenda e avistar a “donzela” ali presente, ao invés de honrá-la e defendê-la como lhe

ensinou sua mãe, o jovem a humilhou e a expôs a grande vergonha roubando-lhe um beijo e tomando o anel de seu dedo.

Essa atitude de Perceval, ao realizar o oposto dos ensinamentos de sua mãe, demonstra sua falta de entendimento e portanto a necessidade de continuar a sua formação, visto que a mãe o iniciou nos assuntos da cavalaria e que um longo caminho ainda precisava ser percorrido. O ensinamento materno não tinha sido vivenciado, o convívio com a mãe lhe ensinara as virtudes necessárias para se tornar um cavaleiro, mas a prática fundamental a essa aprendizagem não tinha sido exercida, impossibilitando-lhe de compreender os ensinamentos maternos, fato que se agravou com o impulso juvenil em querer ser um cavaleiro.

Após esse episódio, Perceval demonstrou mais uma vez sua falta de compreensão sobre as regras da cavalaria ensinadas pela mãe. Ao chegar à corte do rei Artur, entrou no palácio montado em seu cavalo e foi direto ao rei exigir que lhe tornasse um cavaleiro:

O rapaz não está escutando coisa alguma do que lhe conta o rei. A dor do rei e a vergonha da rainha têm pouca importância para ele. Uem o vê considera-o doido, mas também belo e nobre. Diz o rei: "Amigo descei. Um valete cuidarás de vossa cavalo. Eu vós prometo: em breve, vós sereis cavaleiro, para minha honra e vosso proveito". [...] Por minha cabeça eu não descerei! Fazei-o com rapidez e irei embora daqui. (TROYES, 2017, p. 31).

Por sua desobediência, o rei lhe impôs a condição de derrotar o Cavaleiro Vermelho, para só depois ser considerado um cavaleiro. Sem qualquer preparo, valendo-se apenas de sua força e coragem, Perceval foi atrás do Cavaleiro Vermelho, lutou contra ele e o venceu. Após a luta, tomou sua armadura, vestiu-a, voltou ao castelo do rei Artur e devolveu o cálice roubado. Perceval acreditava que esse feito era o suficiente para tornar-lhe um cavaleiro, mas para sua frustração isso não aconteceu, pois ele não compreendia que para se tornar um cavaleiro valoroso e virtuoso como sua mãe desejava era preciso aprender sobre as regras da Cavalaria e praticá-las, e para isso um longo caminho ainda precisava ser percorrido até a sua consagração.

Ao derrotar o Cavaleiro Vermelho, o qual representava o cavaleiro mundano que lutava em prol da sua própria glória, Chrétien apresenta um novo modelo de homem, que visava desenvolver os valores morais e éticos essenciais para a formação humana. Esse novo modelo de cavaleiro e conseqüentemente de homem

estava associado à concepção de *guerra santa*, introduzida pela Igreja no final do século XI para justificar as guerras e os combates dando-lhes um ar cristão. Para isso também era preciso formar o cavaleiro cristão, contemplando a fé com a ação, cuja função principal seria servir a Deus e combater os inimigos de Cristo (REZENDE FILHO, 1989).

Ao observarmos os desacertos do jovem Perceval na obra em análise, devemos considerar a preocupação da mãe com a súbita partida do filho, pois o preparava para uma grande missão: encontrar o *Santo Graal* e salvar a vida de seu irmão.

O tio de Perceval, a quem deveria salvar, tinha perdido a saúde e ficado paralítico em uma batalha. Sua única distração era a pescaria enquanto esperava a vinda do escolhido para encontrar o *Santo Graal*:

O Graal, nome que se dava a certos recipientes, é um riquíssimo cálice sagrado no qual se leva diariamente uma hóstia ao Rei do Graal- pai do Rico rei Pescador e irmão da mãe do protagonista, o qual há anos vive exclusivamente graças ao alimento que lhe proporciona a Eucaristia. Esse tipo de milagre deu-se com frequência, na Idade Média, e ainda hoje em dia, entusiasma aos cristãos. (RIQUER, 2014, p. 06).

No cristianismo, o *Santo Graal* é considerado um instrumento sagrado, porque serviu ao próprio Cristo na última ceia e recolheu seu sangue após a crucificação. Segundo os fiéis, possuía um poder curativo e era de grande proteção a quem pertencia.

Temente a Deus e firme nos princípios cristãos, o pai do rico rei Pescador acreditava que se um jovem de sua linhagem, puro e perfeito em sua conduta moral fizesse a pergunta certa a respeito do *Santo Graal* ele, o rei, seria finalmente curado. A mãe de Perceval e irmã do rei compreendia a importância do *Santo Graal* e acreditava nos princípios cristãos e nos milagres realizados pelo cálice sagrado. Dessa maneira, sacrificou-se ao viver isolada na floresta duelando com seus medos em favor de um grande destino. Dedicou sua vida a preservar e instruir o filho, preparando-o para, posteriormente, tornar-se um cavaleiro capaz de cumprir sua missão e tornar-se um modelo de comportamento para a sociedade do século XII.

Em sua obra, Troyes ressalta o papel da mulher e da criança na Idade Média. Apesar de alguns autores considerarem esses papéis sociais sem relevância para o período, a obra nos apresenta outra interpretação. Vejamos: a mãe de Perceval, por

ser uma mulher instruída e da nobreza, assumiu o papel de educar o filho sozinha, isolada da sociedade e das convenções sociais decorrentes da corte. A mãe se coloca como um exemplo, o primeiro modelo que a criança deve seguir, por isso a figura materna é tão importante na educação infantil, e a conduta cristã apresentada pela mãe de Perceval reforçava as virtudes e os valores necessários para que o filho pudesse tornar-se um exemplo de comportamento por meio da cavalaria.

Não devemos nos distanciar da relevância dos papéis que cada um ocupava na sociedade medieval ou em outro período. Na maioria das vezes, a literatura ou as pesquisas não revelam as relações que constroem e sustentam as diferentes instâncias, contudo acreditamos que não há uma sem a outra. A mãe de Perceval nos apresenta a força de luta e de perseverança da mulher para manter o reconhecimento e permanência da família nobre. Ela tinha a percepção da mudança que acontecia em sua época, particularmente nas relações pessoais com a falta de valores morais e éticos, e entendeu ser necessário preservar os valores cristãos embasados nas virtudes morais para a preservação dos interesses até então mantidos.

Quanto à criança, não a vemos na Idade Média como um adulto em miniatura, pois autores como São Jerônimo, Santo Agostinho, Ramon Llull, Erasmo de Rotterdam e outros relatam sobre a preocupação com a educação da criança desde a mais tenra idade. A criança representava o futuro homem ou mulher da sociedade, portanto os pais ou 'professores' lhe ensinavam tudo o que era considerado necessário para adquirirem bom comportamento social. A criança não era mimada ou resguardada do que era tido como correto e incorreto; era repreendida por seus modos. O conhecimento fazia parte da vida infantil: o nobre precisava desde cedo ser ensinando a ser nobre, o burguês a ser burguês, ou seja, o conhecimento acordava com a posição da família na sociedade.

A influência da mãe<sup>15</sup> na formação de Perceval se manifestou ao longo de sua trajetória na obra em questão. À medida que o jovem era instruído através dos exemplos e ensinamentos de mestres e religiosos pelo caminho, reforçava, entre outros atributos, a importância da figura materna e de seus ensinamentos morais.

---

<sup>15</sup> A mãe de Perceval era uma mulher da nobreza ciente de suas obrigações, mas acima de tudo era mãe e o medo de perder mais um filho pode justificar as lacunas em sua formação, sem desmerecer a relevância de seus ensinamentos morais para a consolidação de um nobre cavaleiro.

### 3.3 O MESTRE COMO MÉTODO DE ENSINO PELO EXEMPLO

Após longa jornada e necessitando de abrigo, Perceval se aproximou de um grande castelo, onde foi recebido por um nobre cavaleiro chamado Gornemant de Goort. Lembrando-se dos ensinamentos maternos, o jovem saudou o mestre com cordialidade e respeito, revelando que sua mãe lhe havia ensinado, demonstrando ingenuidade pueril. O mestre, surpreso com a ingenuidade e ignorância de Perceval, especialmente ao se intitular cavaleiro apenas por portar uma armadura, resolveu acolhê-lo e instruí-lo, ensinando-lhe a arte da montaria e do manejo da lança.

Mestre nas armas, Gornemant iniciou o ensinamento dizendo: “Amigo, aprenda agora a dirigir as armas. Fixa bem como se deve levar a lança, espetar e reter o cavalo.” (TROYES, 2014, p. 28). Em seguida, mostrou e ensinou a Perceval como deveria pegar o escudo. Jogou-o um pouco para frente, para que alcançasse o pescoço do cavalo, firmou a lança e espetou o cavalo, o qual tinha grande valor.

O mestre conhecia muito os símbolos, os cavalos e as lanças, pois aprendera em sua infância, e ensinou tudo a Perceval com grande apreço, e o jovem aprendiz olhou fixamente o que o mestre fazia. Quando terminou a demonstração, o mestre lhe questionou:

– Amigo sabereis dirigir assim a lança, o escudo, espetar e conduzir o cavalo?

E ele respondeu decidido que não quer viver, nem um só dia mais, nem possuir fazenda, até sabê-lo fazer assim.

– O que não se sabe pode aprender, se a gente puser nisso afã e entendimento amável amigo, diz o mestre. (TROYES, 2014, p. 37).

Nessa citação, o autor evidencia a relevância do mestre para a formação do cavaleiro, sua habilidade em ensinar e sua dedicação ao jovem aprendiz, demonstrando o passo a passo por meio do exemplo para se tornar um verdadeiro cavaleiro. Perceval desconhecia a prática da nobre missão, e apesar da mãe ter-lhe ensinado algumas noções da cavalaria, não conseguiu instruí-lo para a habilidade prática de um cavaleiro.

É importante destacar, por essa passagem, o quanto a teoria e a prática devem caminhar juntas. Perceval teve da mãe as instruções essenciais relativas ao comportamento de um cavaleiro digno da Ordem; entretanto ela como mulher não tinha a habilidade de manusear armas ou lidar com o cavalo para ensinar o filho.

Perceval aprendia tudo com rapidez e destreza, pois já brincava e se exercitava desde criança como se fosse um cavaleiro. E mesmo sem conhecer sua linhagem, possuía uma inclinação natural para adentrar a Ordem da Cavalaria; afinal, fora muito bem instruído pela mãe. A linhagem de nobres cavaleiros da qual ele pertencia, ainda que não fosse de seu conhecimento, era uma espécie de pré-condição para atingir o tão almejado objetivo: tornar-se um grande cavaleiro.

Dar sequência à linhagem não era tão simples. Além dos bons modos e erudita educação, era preciso aprender táticas de sobrevivência. O mestre, entendendo a ingenuidade de Perceval, lhe induziu em algumas manobras cavaleirescas mais arriscadas, perguntando-lhe o que faria se lhe faltasse a lança. O aprendiz respondeu que não teria dúvidas de atacar com murros. O mestre discordou, advertiu e lhe ensinou como deveria proceder se acontecesse de sua lança romper, obrigando-o a esgrimir a espada.

Então, o mestre que tanto deseja lhe ensinar armas e lhe instruir de modo que saiba bem defender-se com a espada; obrigando-se a isso atacar quando se apresente a ocasião, finca no chão a lança e muito direita, logo lança mão à espada e diz:

– Amigo, deste modo se defenderá se o atacarem. (TROYES, 2014, p. 38).

Perceval demonstrou sua aspiração para a cavalaria retrucando que já treinara com as almofadinhas de sua mãe ao brincar de ser um cavaleiro quando ainda era criança. Embora o desejo de ser um cavaleiro fosse algo relevante no desenvolvimento do jovem, contribuindo em seu rápido aprendizado, a instrução concedida pelo mestre era primordial para garantir o sucesso integral de sua formação.

Por ser uma novela de cavalaria a tratar do Santo Graal, diferenciando-se dos outros escritos por seu cunho religioso, Troyes enfatiza a necessidade da formação integral do homem que assumiria tão alto posto na Ordem de Cavalaria, haja vista que somente um cavaleiro virtuoso, e portanto bem formado, poderia alcançar tamanha honra.

De acordo com Duby (1994, p. 251), em uma sociedade dominada pelas paixões e pelo pecado, Bernardo de Claraval propôs uma “[...] cavalaria renovada”, convertendo os cavaleiros em cavaleiros cristãos, também conhecidos como cavaleiros templários. Esses nobres guerreiros se fizeram monges obrigando-se à

obediência, à castidade e à pobreza, sem renunciar às armas. Tornaram-se pela conversão os guerreiros de Cristo e apresentaram um novo modelo de homem.

Mas ante as ordens religiosas militares, único resíduo concreto do grande sonho de 1095, reunindo, confundidas, a comunidade dos monges e a comunidade dos cruzados, ele próprio começa a sonhar com um novo “gênero de homens”, nos quais culminariam os valores da sociedade terrestre, pois que nele se reuniriam as “ordens” preponderantes, uma do lado do espírito, o monástico, a outra do lado da carne, o cavaleiro. (DUBY, 1994, p. 251).

Bernardo de Claraval participou do Concílio de Troyes em 1128 e ajudou a escrever as regras para a formação e consolidação dessa nova Ordem, reforçando a necessidade da instrução e da formação para a construção de um novo homem.

Destarte, podemos perceber a importância atribuída ao mestre por Chrétien de Troyes no processo de formação do jovem cavaleiro, uma vez que a função de mestre na cavalaria era destinada a um grande cavaleiro, honrado e respeitado por seus feitos de bravura e benevolência e, por conseguinte, digno de ser um exemplo.

O cavaleiro era educado para ser sensível perante os frágeis e fracos, a seguir os ensinamentos divinos, a ser ético e moral. Os escritos que o formavam e instruíam não eram os compêndios e manuais das disciplinas do trívio e quadrívio<sup>16</sup>, mas as canções de gesta e as poesias trovadorescas e arturianas que exaltavam os feitos heroicos e maravilhosos dos cavaleiros, tornando-se exemplos para os aspirantes à Cavalaria. Era preciso destacar nessa formação a verdadeira devoção religiosa, a fidelidade à palavra jurada, a defesa do fraco e assim constituir os preceitos do código da Cavalaria.

Desse modo, os ensinamentos que formavam o cavaleiro eram os da imitação e da atuação. O mestre Gornemant ensinava Perceval sobre a ação e o espírito, o gosto do risco, a paixão pela luta, o sentimento de honra e o culto da lealdade como principais elementos da constituição pessoal do cavaleiro, tornando-o um homem livre e disciplinado. Pontuamos que mestre Gornemant não instruiu Perceval apenas nos assuntos das armas e do corpo físico, de modo a ser um valoroso guerreiro. Ele também o instruiu em seu espírito, disciplinando-o para que se tornasse virtuoso em suas ações e condutas.

---

<sup>16</sup> Trívio era o nome dado na Idade Média ao conjunto de três matérias ensinadas nas universidades no início do percurso educativo: gramática, dialética e retórica. O trívio representa três das sete artes liberais, as restantes quatro formam o quadrívio: aritmética, geometria, astronomia e música (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1993).

Antes de concluir seus ensinamentos, o mestre levou a Perceval roupas dignas de um verdadeiro cavaleiro e pediu que as vestisse. Iniciou os procedimentos da investidura, como era de costume ao presentear um cavaleiro: o mestre agachou-se e calçou-lhe a espora direita, em seguida pegou a espada, rodeou-a e beijou-a, dizendo que com a espada lhe tinha dado a mais alta ordem que Deus tenha feito e instaurado: a Ordem da Cavalaria, que deve ser sem vilania (TROYES, 2014).

Segundo Bloch (1987), a investidura era um rito de passagem muito importante na vida de um jovem, pois marcava o início da fase adulta e seu ingresso na Cavalaria. A cerimônia muitas vezes acontecia sem grandes celebrações, podendo ocorrer até mesmo às vésperas de uma batalha, quando um cavaleiro experiente entregava as armas ao seu aspirante. Assim aconteceu com Perceval ao receber das mãos de Gornemant a espada, principal arma da cavalaria, à qual deve se ter grande estima, pois representa a maior honra para um homem.

Ainda consoante Bloch (1987), a historiografia relata a existência da investidura desde os povos primitivos, com ritos e cerimônias que apresentavam os guerreiros à sociedade, assim como os povos germanicos, considerados uma civilização guerreira, já marcavam a passagem de seus jovens para a vida adulta com a entrega de armas.

Desse modo, verificamos que o ato de armar o cavaleiro, por meio da investidura, permaneceu ao longo das civilizações, sofrendo alterações de acordo com o período. Ressaltamos que a partir do século XI a Igreja buscou apresentar à cavalaria um ideal cristão e a investidura passou a ser vista como um sacramento, sendo acrescentadas a esse ritual a benção das armas e as cerimônias religiosas.

Com esse ideário cristão, Gornemant instruiu Perceval para a compaixão, virtude fundamental para um cavaleiro cristão que lutaria para a honra e glória de Cristo e que tinha a difícil missão de ser digno de encontrar o cálice sagrado. O mestre prosseguiu, pedindo que escutasse com atenção: “[...] se você vencer, de modo que ele já não possa defender-se de você, nem se opor a você, ou seja, obrigando a ficar a sua mercê, tenha compaixão e apesar de tudo não o mate.” (TROYES, 2014, p. 40).

Também instruiu Perceval para outras virtudes, pedindo que fosse prudente ao falar, pois “[...] quem fala muito, machuca-se a si mesmo.” (TROYES, 2014, p. 41) e, portanto, não deveria falar demais. Instruiu ainda que fosse generoso ao encontrar homem ou mulher, órfã ou dama, desorientados. Ensinou-lhe a aconselhá-los e ajudá-los, pois faria muito bem a eles e a Perceval. Recomendou que fosse humilde e não desdenhasse das coisas, e solicitou que fosse ao monastério pedir a Deus piedade

de sua alma e que nesse século terreno o guardasse como bom cristão. Salientamos que a prudência, a generosidade e a humildade são princípios cristãos fundamentais para o cavaleiro cristão, que deveria diferenciar-se dos demais pelas suas virtudes. Por isso a formação de Perceval é tão importante, pois as virtudes devem ser aprendidas e praticadas de modo que se tornem um hábito, como nos aponta Tomás de Aquino (2005), e essa habilidade de praticar as virtudes em detrimento ao vício nem sempre é fácil, porque o homem tem uma propensão natural ao pecado.

Esses ensinamentos cristãos já haviam sido apresentados a Perceval por sua mãe, porém não estavam relacionados à cavalaria e ao ideário cavaleiresco, uma vez que Perceval vivia isolado na floresta, sem ter a oportunidade de praticá-los. Diante do último ensinamento do mestre, Perceval relatou que o ouvira de sua mãe, e que esta lhe tinha ensinado, então o mestre o repreendeu dizendo que não falasse para ninguém que quem lhe tinha ensinado era sua mãe, que dissesse que apenas o mestre lhe ensinara tudo o que sabia. “Poderá dizer que quem lecionou e ensinou isso, foi quem o presenteou e calçou sua espora.” (TROYES, 2014, p. 41).

Podemos observar com a fala do mestre, ao suprimir os ensinamentos maternos, que os assuntos relacionados à Cavalaria não eram pertinentes às mulheres, pois se tratava de um ambiente exclusivamente masculino. Embora também buscasse romper com a infância tardia gerada pela proteção da mãe, uma vez que Perceval era um homem feito, apesar de ainda jovem.

O aprendiz ou escudeiro, conforme Bloch (1987), cuja principal função era levar o escudo de seu senhor até os campos de batalha, e aproximava-se com isso dos assuntos relacionados à Cavalaria, era ainda muito jovem, em plena força e vitalidade para aguentar o peso dos equipamentos e das armas que deveria carregar. Além da espada e da lança, seu corpo era coberto por uma malha metálica e a cabeça protegida por um elmo de ferro; no braço levava um escudo indispensável a sua proteção.

Por ser uma Ordem exclusivamente masculina, esse ensinamento era negado às mulheres, vistas como donzelas indefesas que precisavam de proteção e não como instrutoras ou mestres capazes de formar um cavaleiro, independente do seu grau de nobreza. Perceval assegurou ao mestre que não falaria a ninguém que fora sua mãe quem lhe ensinou, e diria que fora somente o seu mestre. Após os ensinamentos deste, Perceval resolveu voltar para casa a fim de ter notícias de sua mãe. Os laços maternos se estreitaram, a preocupação e a culpa por deixá-la tão aflita pela partida

precipitada o consumiam. Durante seu retorno, o jovem teve a oportunidade de por em prática os ensinamentos do mestre e provar se realmente aprendera a lição. No caminho para casa, o novo cavaleiro deparou-se com o castelo de Belrepeire, onde foi recebido pela bela donzela Branca Flor, anfitriã do local. Ao vê-la, Perceval ficou encantado e descobriu então o “amor cortês”.

De acordo com Auerbach (1948), o amor cortês, diferente das canções de gestas que narram aventuras heroicas de cavaleiros do passado, traz por meio da poesia lírica como tema principal a adoração da mulher idealizada, em um misto de fantasia e realismo. A mulher é posta em um estágio de divindade quase inatingível, caracterizado por um verdadeiro paradoxo entre o amor e a morte, a nobreza e o sofrimento, o real e o ideal, ou seja, o amor levado ao extremo:

O realismo cortês oferece uma imagem viva, muito rica e temperada, de uma única classe; uma classe social que se segrega das outras classes dos seus contemporâneos, fazendo-os aparecer, uma ou outra vez, como cenários coloridos, geralmente cômicos ou grotescos. (AUERBACH, 1948, p. 113).

O romance cortês se destaca na sociedade europeia medieval do século XII por narrar a elegância da vida na Corte e mostrar à alta sociedade feudal da época um estilo que ela vivia ou almejava viver. A descrição dos detalhes das roupas, joias, sapatos e ornamentos das mulheres faziam parte da demonstração da nobreza, até mesmo os lugares e principalmente os aposentos onde o amor acontecia eram ricos em detalhes para enfatizar a elegância dos castelos (AUERBACH, 1948).

Chrétien de Troyes descreveu o amor cortês em várias de suas obras, como Erec, Lancet, Ivain, narrando as aventuras e desventuras desse amor, assinalando a figura da mulher como senhora absoluta de seu amado. Em Perceval, o autor manteve a sua narrativa sobre o amor cortês, acrescentando uma moral cristã ao demonstrar o esforço do jovem cavaleiro para manter-se casto e resistir aos encantos de Branca Flor.

Ao receber a visita da jovem princesa em seus aposentos, Perceval soube das dificuldades enfrentadas pelo castelo de Belrepeire, que havia dias se encontrava sitiado pelo exército de Anguigueron, aliado de Clamadeu, cuja intenção era possuir a bela donzela e com ela as suas terras. Naquele momento, o novo cavaleiro viu a oportunidade de mostrar sua valentia e consolar a bela donzela, e assim o fez.

O Jovem cavaleiro abraça-a, mantendo-a bem junto de si. Coloca-a gentilmente sob a coberta. A domizela aceita seus beijos sem muito custo!

Assim eles ficaram a noite toda, um junto ao outro e boca com boca, até a manhã chegar (TROYES, 2017, p. 51).

A bela donzela usou de suas artimanhas femininas para seduzi-lo com um único propósito: imbuir em seu coração o desejo de combater a fim de ajudá-la a defender-se e a defender suas terras. E para honrar sua amizade e merecer o seu amor, Perceval partiu para o combate com Anguingueron, e tendo-o atingido e derrubado do cavalo, de modo que já não podia atacá-lo, Perceval lembrou-se dos ensinamentos do mestre e demonstrou compaixão, poupando a vida do cavaleiro, enviado como prisioneiro à corte do rei Arthur.

Ao saber da derrota de Anguingueron, o próprio rei Clamadeu partiu em busca de conquistar o castelo de Belrepeire, acreditando que a vitória era certa. No entanto, uma vez mais Perceval demonstrou suas habilidades em combate e sua compaixão, poupando a vida do inimigo e encaminhando-o como prisioneiro à corte do rei Arthur, livrando Branca Flor e suas terras da ameaça que lhes cercavam. A valentia e a coragem do jovem cavaleiro foram grandemente exaltadas por todo o reino.

Nesse episódio, Chrétien reforçou a necessidade de praticar os ensinamentos do mestre e vivenciá-los em seu cotidiano, de maneira que suas ações se tornassem um hábito, indicando seu aprendizado e suas virtudes. Ao exaltar o sucesso de Perceval ao vencer os inimigos, Troyes revela o amadurecimento do jovem cavaleiro e sua consagração no ofício da cavalaria.

Ressaltamos que a bravura, a coragem e a compaixão são virtudes exaltadas no ideário cavaleiresco defendido pela Igreja e posteriormente sistematizado por Ramon Llull (2000), que pretendia apresentar aos novos cavaleiros uma ética e uma moral que por meio da prática das virtudes os tornariam dignos de lutar e de servir a Deus.

Outro ponto importante sinalizado por Troyes é a descoberta do amor cortês e o fato de o personagem Perceval ser tentado pelos prazeres mundanos, deliciando-se com o jogo de sedução realizado pela donzela: vícios comuns à condição humana e, portanto, revelando a dificuldade do personagem em manter-se puro e casto. Chrétien deixou subentendido ao descrever que, após a vitória, “Perceval vive ao lado dela de modo bem confortável e em plenos prazeres.” (TROYES, 2017, p. 65).

No entanto, mesmo tendo conquistado o amor da bela Branca Flor, a figura da mãe caída desmaiada e o sentimento de culpa o impediam de vivenciar plenamente desse amor. O apego à figura materna pode ser considerado como o apego à condição de nobreza e seu arranjo familiar, porque o primogênito homem herdaria o título do pai e daria continuidade a sua descendência.

Ante o excesso de cuidados maternos na proteção do filho, subentendemos que a mãe protegeu sua condição social, preparando Perceval para dar continuidade a sua linhagem. Assim, Troyes retomou a importância da formação do cavaleiro, pois Perceval era o escolhido para encontrar o Graal e apresentava-se despreparado, inseguro e imaturo, já que a figura materna era uma constante em seus pensamentos e, portanto, precisava continuar sua jornada para ser digno de realizar tamanha missão.

Ao longo da jornada, o cavaleiro aproximou-se do castelo do Graal sem saber que aproximava-se também de sua grande missão. Quando chegou perto de um rio na beira da estrada, Perceval avistou um barco com dois homens: um deles pescava com vara, enquanto o outro ancorava o barco (TROYES, 2017). Sem saber o que fazer e nem para onde ir, saudou os homens e indagou se conheciam algum lugar onde pudesse passar a noite. Como não tinha um lugar próximo naquela região, foi convidado por um dos homens, que era um nobre rei, a ceiar com ele e abrigar-se em seu castelo.

Ao chegar ao castelo, Perceval foi recebido como se o esperassem e convidado pelo homem nobre a sentar-se ao seu lado, pois este não poderia levantar-se para saudá-lo: perdera o movimento das pernas. Em seguida, o anfitrião presenteou seu hóspede com uma valorosa espada, feita com a mais alta nobreza e ricamente adornada, um verdadeiro tesouro enviado por sua sobrinha.

O rei a entregou dizendo: “Belo Sir, esta espada foi feita para vós. E quero que ela vos pertença. Cingi-a e desembainhai-a.” (TROYES, 2017, p. 70). Naquele momento, o jovem cavaleiro não percebeu seu parentesco com o nobre rei. Apesar de receber um presente tão valioso das mãos de seu anfitrião, o que não era comum ao abrigar-se em lugares desconhecidos, recebeu o presente e agradeceu.

Durante a ceia, sentado ao lado do homem honrado, Perceval viu iniciar a “procissão” ao passar uma lança de cuja ponta escorria sangue e um cálice de ouro repleto de pedras preciosas: era o Santo Graal. Por ser considerado um objeto

sagrado e ter servido o próprio Cristo na última ceia, o Rei Pescador acreditava fielmente que o Santo Graal poderia curá-lo, em uma grande demonstração de fé.

Desse modo, esperava ansioso que seu convidado e sobrinho, ainda que não soubesse, fizesse a pergunta tão importante, ou seja, “A quem servia a lança e o cálice?” (TROYES, 2014, p. 67). E assim sucedeu toda a procissão, e após passar a lança cuja gota de sangue escorria da ponta, passaram também dois pajens levando nas mãos candelabros de ouro fino e uma donzela formosa e gentil que vinha com os pajens, a qual sustentava entre suas mãos o Graal. Depois desta, veio outra que levava um prato de prata.

O cálice de ouro e o prato de prata traziam a hóstia e o vinho simbolizando o corpo e o sangue de Cristo segundo o cristianismo, capazes de curar ferimentos corporais e espirituais de quem os recebesse, em um verdadeiro milagre cristão (AUERBACH, 1948).

O jovem Perceval a tudo observou, mas lembrando-se dos ensinamentos do mestre e temendo ser inconveniente e ‘tolo’, resolveu ficar calado e não perguntou a quem serviam a lança e o cálice, perdendo a oportunidade de salvar o tio. Esse gesto diante do desconhecido revela a fraqueza humana presente no homem. O medo não era um sentimento destinado aos cavaleiros e tampouco esperado para um cavaleiro cristão e temente a Deus como se esperava de Perceval.

Na manhã seguinte, Perceval demonstrou arrependimento e quis finalmente inquirir a quem serviam o cálice e a lança, mas verificou que todos haviam desaparecido, ficando apenas alguns pajens para servi-lo. Nesse momento descobriu, então, por meio de sua prima, qual era a sua nobre missão ao conhecer o seu próprio nome Perceval, o ‘Galês’, e ainda que fazia parte de uma nobre linhagem de cavaleiros, cuja família pertencia à do rico Rei Pescador, que sua chegada era esperada ansiosamente e tudo o que precisava fazer era perguntar a quem serviam o cálice e a lança, ou seja, o Santo Graal (TROYES, 2014).

Ao passar pela procissão sem conseguir cumprir sua missão, Troyes deixou claro que a formação do cavaleiro não estava concluída, pois não conseguira cumprir sua missão. Ao calar-se, Perceval demonstrou virtude em não querer ser indiscreto ou inconveniente, mas ao mesmo tempo sua falta de conhecimento expôs sua covardia e insegurança frente a uma situação desafiadora, impedindo-lhe de tomar a decisão certa.

A ignorância e a culpa o calaram, e mais uma vez Troyes aponta a importância das virtudes para um cavaleiro que buscava ser o melhor mundo, digno de tão nobre missão. Era preciso amadurecer, adquirir o conhecimento necessário sobre a Ordem da Calavaria e se purificar, libertar-se de suas culpas e livrar-se de seus pecados para ser digno de servir a Cristo e, portanto, cumprir sua missão.

Flori (2005) expressa a tentativa da Igreja de inculcar nos cavaleiros uma ética que empregava aos príncipes e que estendia ao conjunto dos guerreiros, visto que uma parte dos cavaleiros escapavam à autoridade dos príncipes e começavam a apresentar uma consciência própria, ainda que fortemente engajada na relação de vassalagem.

Por esse motivo, a Igreja buscou mecanismos para cristianizar os cavaleiros e submetê-los às mesmas regras cristãs, com a função de proteger as outras duas ordens, a do clérigos e a dos lavradores. Um dos mecanismos para converter o cavaleiro à cristandade foi submetê-lo ao sacramento da penitência, haja vista que os cavaleiros da realidade nem sempre conseguiam cumprir o ideário cristão e acrescentavam a ele valores mais mundanos (FLORI, 2005).

Diante dessa dificuldade, Chrétien descreveu no jogo do romance cortês as fraquezas de Perceval e revelou o remorso e a culpa que consumiam o jovem cavaleiro, sinalizando a necessidade de avançar em sua formação. O jovem cavaleiro lembrou-se de sua mãe e da aflição que sofrera com sua súbita partida. Ficou ainda mais desolado quando soube que a mãe morrera de desgosto, pois ela sabia que ainda era cedo, que o filho não tinha maturidade suficiente para desempenhar sua missão porque ainda estava sendo instruído nos valores morais e éticos necessários à formação de um novo homem: um cavaleiro perfeito e puro, capaz de realizar com êxito a grande missão e tornar-se um exemplo de comportamento frente à sociedade.

A mãe compreendia os riscos de seu fracasso, por isso a partida precipitada a afligiu tanto a ponto de causar-lhe a morte. Ao sentir-se culpado e despreparado por não ter cumprido sua missão e não ter compreendido os ensinamentos da mãe e do mestre, Perceval saiu em penitência pelo deserto por longos anos, até que avistou uma procissão de damas e cavaleiros a pé, que ao ver um cavaleiro montado em dia santo julgou que este não era temente a Deus.

Le Goff (1983, p. 117) enuncia que “[...] a floresta no universo Ocidental medieval é o equivalente daquilo que no Oriente significa o deserto, lugar de refúgio, de caça, de aventura, horizonte opaco do mundo das cidades [...]. Nesse sentido,

entendemos o deserto citado no texto como um refúgio, onde Perceval passou longos anos sem consciência de si mesmo e, portanto, distante de Deus.

Ao encontrar o cortejo na Sexta-Feira Santa, data marcada pela morte de *Jesus Cristo*, um período de grande devoção para os cristãos (ainda o é, na contemporaneidade), Troyes apontou o caminho necessário para a consolidação da formação do cavaleiro cristão. Esse cavaleiro seria modelo do ideário cavaleiresco, consolidado posteriormente na obra de Ramon Llull (2000), intitulada *Ordem de Cavalaria*, ao aconselhar o jovem cavaleiro a buscar instrução e salvação por meio dos ensinamentos de um velho ermitão. O ermitão fala então ao cavaleiro:

– Como, filho?, disse o cavaleiro, e tu não sabes qual é a regra e a Ordem de Cavalaria? E como tu podes aspirar à Cavalaria, se não tens sapiência da Ordem de Cavalaria? Pois nenhum cavaleiro pode manter a Ordem que não sabe, nem pode amar sua Ordem, nem o que pertence à sua Ordem, se não sabe a Ordem de Cavalaria, nem sabe conhecer as faltas que são contra a sua Ordem. (LULL, 2000, p. 09).

A falta de conhecimento sobre a Ordem da Cavalaria era um pecado grave, pois ninguém pode amar e respeitar aquilo que não conhece. Os erros cometidos pelo jovem Perceval ao longo de sua trajetória aconteceram devido à sua falta de conhecimento e imaturidade causadas pelo excesso de cuidados da mãe; deixá-la causava remorso e culpa porque ele não tinha o amadurecimento necessário para compreender as consequências de suas decisões.

Tomado por grande arrependimento e aconselhado pelos penitentes, Perceval saiu à procura de um santo ermitão que vivia na floresta a fim de redimir-se de seus pecados, considerada esta a última etapa de sua formação como cavaleiro cristão e valoroso.

Segundo Duby (1989), os ritos de penitência impostos ao pecador consistiam em despojar-se de suas armas e renunciar ao bens profanos, ao mesmo tempo que deveria se voltar para a castidade e buscar o caminho da peregrinação redentora, sendo a peregrinação um ato de penitência e remissão dos pecados.

A sociedade de então, vagava em meio a mudanças e pensamentos que questionavam o poder da Igreja e o caminho para a salvação. Diante disso, caberia à própria Igreja mostrar uma direção para a sociedade, construindo um elo entre Deus e o homem, fornecendo as explicações necessárias para as relações sociais no plano

das representações e discursos, reduzindo os antagonismos entre o homem e a natureza de maneira a proporcionar o equilíbrio do humano com o natural e o místico.

Arruda (2011) sinaliza que essa mudança da Igreja foi uma estratégia para aproximar novamente o cristianismo da sociedade, pois o grupo de leigos que questionava sua doutrina baseava-se na igreja primitiva e buscava o retorno da pureza original do cristianismo, pautado no ideal da *Vita Apostólica* através da leitura e vivência do Evangelho. A Igreja percebeu então que para conter o perigo das más interpretações das escrituras e impedir o surgimento de várias doutrinas era preciso estabelecer uma ligação entre a pregação, a autoridade para confessar e ministrar penitência.

Houve então a institucionalização desse ministério da pregação, estabelecendo a aprovação de alguns clérigos para ministrá-lo. Em conformidade com Arruda (2011), tais preocupações e advertências da Igreja constam no terceiro cânone do IV Lateranense:

Há alguns destes que sob a ‘aparência de piedade, porém sem possuir a mesma’ [2Tim 3,5] conforme a palavra do apóstolo, se atribuem o poder da pregação. O mesmo apóstolo diz: Como pregar se não são enviados’ [Rom. 10, 15]; fica excomungado todo aquele que se atribuir, seja no espaço privado ou público, a função da pregação depois de haver sido proibida. (ARRUDA, 2011, p. 2371).

Esse princípio tornou-se uma ferramenta importante para a proteção da unidade do cristianismo e para o controle social da Igreja, pois aproximava os grupos de leigos, viúvas, damas e pecadores arrependidos da fé cristã no intuito de receber a redenção de seus pecados e a salvação.

Ao aproximar-se da procissão com dez damas penitentes escoltadas por três cavaleiros e tomar ciência da importância daquele ato realizado em uma *sexta-feira santa*<sup>17</sup>, o jovem cavaleiro aproximou-se também da redenção de seus pecados e voltou-se novamente a Deus. As damas penitentes representavam para a sociedade, a nova visão adotada pela Igreja para a salvação das mulheres a exemplo de Maria Madalena, que abandonou a vida profana para seguir Jesus. Esse novo modelo de mulher buscava seguir os passos de Maria, por meio da oração e da penitência, visando à salvação e se reconciliando com Deus.

---

<sup>17</sup> “A Sexta-Feira Santa ou Sexta-Feira da Paixão: é a sexta-feira que antecede o Domingo de Páscoa, mantida em comemoração a crucificação de Jesus Cristo.” (CHAMBER, 1998, p. 639).

Da mesma forma, o cavaleiro na figura de Perceval, apresentado por Troyes como um possível modelo de virtude e comportamento para a sociedade cristã, uma vez que a cristandade predominava na Europa Ocidental do século XII, era preciso reconciliá-lo com Deus, de modo a consagrar sua formação. E para iniciar a última etapa da sua formação, o protagonista retomou sua consciência, despertando como quem desperta para uma “nova era” e recordando de seus pecados e culpas, sendo tomado por um grande arrependimento e pelo desejo de encontrar a redenção de seus pecados e a salvação de sua alma. Nessa intenção Perceval seguiu o longo caminho em busca do ermitão.

### 3.4 O ERMITÃO, A MISSÃO DE PERCEVAL E O DUELO ENTRE A VIRTUDE E O VÍCIO

No século XII, o eremitismo se desenvolveu com base no ideal de vida apostólica, marcada pela vontade de um retorno à pureza original do cristianismo por meio de três vertentes: a primeira advinda da pregação, geralmente dirigida aos grupos mais necessitados espiritualmente, como os leprosos e as mulheres, ressaltando a questão da pobreza. A segunda que os eremitas estabelecessem vínculos com um mosteiro, e a última requeria uma vida de penitência e isolamento rigoroso. Como no ocidente era difícil encontrar desertos, os eremitas viviam em florestas isoladas ou montanhas de difícil acesso (ARRUDA, 2011).

Eremita ou ermitão, de acordo com Houaiss e Villar (2004, p. 293), “[...] é quem por penitência, ou vontade própria vive em um lugar deserto, isolado, longe do contato social.”. O local de sua morada é designado eremitério ou ermida<sup>18</sup>. Dessa forma, os eremitas desejavam imitar rigorosamente os preceitos espirituais presentes no projeto de vida religiosa de Jesus.

Em decorrência do modo de vida selvagem, isolados da civilização, a aparência desses homens era rústica, assim como suas habitações. Vestiam-se com muita simplicidade com pele de animais, usavam barba comprida, pés descalços e levavam consigo o cilício<sup>19</sup> e o cajado. A austeridade de suas habitações era constatada por

<sup>18</sup> Ermida é uma igreja ou capela de pequena dimensão, normalmente localizada fora das povoações ou em lugares ermos (DICIONÁRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2007).

<sup>19</sup> Cilício era uma túnica, cinto ou cordão de crina que se trazia sobre a pele para mortificação ou penitência. O termo vem do latim "cilicinus", que significa feito de pelo de cabra, ou "cilicium", tecido áspero ou grosseiro de pelo de cabra ou vestido de gente pobre (TANQUEREY, 1990).

meio da escolha dos locais, geralmente de difícil acesso, como ilhas selvagens, bosques funestos e terras não desbravadas, buscando a simplicidade necessária para manter contato com Deus (LE GOFF, 2005).

Por esse motivo, ao indicar o caminho para Perceval, as damas da procissão destacaram a necessidade de o jovem ficar atento aos sinais por elas deixados na floresta a fim de que não se perdesse.

– Sir, quem quiser lá chegar, deve seguir direto por esse caminho: foi por ele que nós viemos! Seja no espesso bosque ou nas clareiras, é preciso ficar atento aos ramos que colocamos quando lá fomos. Pusemos tais sinais para que ninguém se perca no caminho. (TROYES, 2017, p.145).

Ansioso para obter a redenção de seus pecados e libertar-se da culpa que lhe consumia, o jovem cavaleiro entrou na floresta e percorreu o caminho chorando, em um gesto de humildade e arrependimento, começando ali mesmo sua penitência. Esse fato demonstra o início da última etapa da formação do cavaleiro, quando o jovem tomou consciência de seus pecados e deles se arrependeu profundamente, buscando a penitência para sua salvação.

De acordo com Veyne (1989), o que distingue essa nova forma de penitência aceita no Concílio de Chalon-sur-Saône na França do modelo antigo de penitência é a sua reiterabilidade, ou seja, o pecador, através da penitência, recebe a remissão de seus pecados e ganha a salvação.

Esse rito litúrgico deixou de ser um ato público e tornou-se mais privado em suas três fases. Na primeira, o pecador inicia o rito apresentando-se ao sacerdote e confessando seus pecados privadamente; o sacerdote impõe as penas adequadas a cada pecado, por isso é conhecida pelo nome de penitência tarifada ou taxada. Na segunda fase, o penitente é excluído da comunhão eucarística por dias, meses e até anos, e deve fazer as obras de penitência: jejum a pão e água, mortificações corporais, vigílias corporais, recitação de orações, especialmente dos Salmos etc. Na terceira e última fase, quando o penitente cumpre as obras de penitência que lhe foram atribuídas, volta uma segunda vez ao encontro de seu confessor e recebe a absolvição em privado, podendo então novamente participar da santa eucaristia (VEYNE, 1989).

Essa nova forma de penitência rapidamente se tornou mais frequente e mais generalizada no Ocidente por se estender a pecados menos graves e promover a

reconciliação com Deus sem envolver os interditos que marcavam o pecador socialmente por toda a vida. A esse respeito, Ramon Llull (2000, p. 15) pondera que:

Amor e temor convêm entre si contra desamor e menosprezo e por isso, convêm que o cavaleiro, por nobreza de coragem e de bons costumes, e pela honra tão alta e tão grande que lhe foi feita por eleição, e pelo cavalo e pelas armas, seja amado e temido pelas gentes, e que pelo amor retornassem a caridade e ensinamento, e pelo temor retornassem a verdade e a justiça. (LLULL, 2000, p. 15).

Por meio do amor e do temor a Deus o cavaleiro deveria conhecer e honrar a sua Ordem, demonstrando com ações, valores e virtudes dignos de serem tomados como exemplo, consagrando-o como modelo de comportamento para os homens daquele período.

Acreditamos que foi com esse intuito de adquirir o conhecimento, os valores e as virtudes fundamentais para tornar-se um cavaleiro glorioso diante de Deus e dos homens que Perceval buscou e encontrou o ermitão no interior de uma capela, na companhia de um padre e um membro do clero em profunda oração. Ao vê-lo, o jovem se ajoelhou e com o rosto embebido em lágrimas e mostrou-se na mais sincera humildade, comovendo o ermitão, que o chamou para perto de si.

Ao sentir-se culpado perante Deus, Perceval implorou aos pés do ermitão que este lhe aconselhasse, pois necessitava muito disso. O homem, porém, declarou que era preciso confessar, porque nenhum perdão teria se não admitisse e se arrependesse de suas faltas. E assim o fez; o ermitão, após ouvir a confissão de Perceval, afirmou que ele não foi capaz de realizar a pergunta fundamental sobre o Santo Graal por ter pecado, e causado a morte da mãe ao abandoná-la. Nesse excerto, o autor relewa a imagem de cavaleiro necessária para realizar tamanha missão, um cavaleiro íntegro, puro e cristão.

Consubstanciado em DUBY (2009), destacamos a importância dos sacramentos da Confissão, da Penitência e da Eucaristia para os cristãos alcançarem a salvação. No primeiro Cânone do IV Concílio de Latrão, encontramos referências a três sacramentos considerados essenciais, visto que, a confissão e a penitência estariam diretamente ligadas, sendo: o batismo, a eucaristia e a penitência. Estes concedem aos que pecar após o batismo a oportunidade de ser restaurados pelo sacramento da penitência; dessa forma, teriam sempre a chance de se reconciliarem com Deus.

Se depois de haver recebido o batismo, alguém tenha caído em pecado, pode sempre ser curado por uma verdadeira penitência. Não

somente as virgens e os continentes, mas também as pessoas casadas pela fé autêntica e pela retidão de vida agradam a Deus e merecem alcançar vida eterna. (ARRUDA, 2011, p. 2372).

Ao penitencial, geralmente exercido por um sacerdote ou eremita, caberia um vigiar constante por meio da escuta, assim, a confissão dos pecados oferecia ao pecador um direcionamento dentro da Igreja e do caminho cristão. O confessor deveria, antes, purificar um pecador em vez de castigar seu erro.

Após sua confissão, o jovem Perceval soube que o ermitão e o pai do Rei Pescador eram seus tios, irmãos de sua mãe, esclarecendo assim o parentesco e os objetivos de sua formação. A vida de Perceval fora preservada para que ele pudesse cumprir a sua missão, e seus ensinamentos foram conduzidos primeiramente pela mãe e depois pelo mestre para formar um novo cavaleiro, embasado no ideal de cavalaria que a Igreja almejava formar.

A figura do cavaleiro Perceval representaria, ao ideário cristão, um novo modelo de homem para a sociedade, em um período no qual esta se encontrava em meio a grandes transformações, entre elas a expansão do cristianismo, e, portanto, estava ávida por um novo caminho. O cavaleiro medieval permeava o imaginário dos homens com sua bravura e coragem, e era preciso reconciliá-lo com Deus, colocá-lo a serviço da Igreja, incutindo-lhe os princípios cristãos necessários para se tornar um verdadeiro exemplo de comportamento, contribuindo também para a manutenção do cristianismo e o fortalecimento da Igreja.

Afim de reconduzir Perceval ao caminho cristão, o tio ermitão assim o aconselhou: “Se tens piedade de tua alma, se sentes verdadeiro arrependimento, então, como penitência, irás todas as manhãs à igreja, e antes de qualquer outra coisa.” (TROYES, 2017, p. 147). Pediu também que não se esquecesse desse ensinamento e que não deixasse de frequentar mosteiros ou capelas bem cedo, assim que o sino tocasse, porque isso lhe faria muito bem. Solicitou que honrasse e amasse sempre o Senhor seu Deus e se levantasse perante um padre, visto que isso demonstraria humildade e agradaria a Deus; que praticasse sempre a caridade, ajudasse os mais necessitados, pois o melhoraria enquanto homem e lhe faria bom aos ‘olhos’ divinos.

Le Goff (1989) explica que os mosteiros são lugares de oração coletiva e pública que todos os homens necessitam para sobreviver, em uma perfeita reconciliação com Deus para obter suas graças e proteção, afastando-se do inimigo.

Para concluir a penitência, o ermitão solicitou a Perceval que ficasse dois dias com ele e comesse o mesmo que ele comia. O jovem aceitou e durante dois dias se alimentou apenas de pão, água e alguns legumes; também aprendeu várias orações e uma em especial para os momentos de grande aflição. Essa espécie de jejum era um ritual para purificar o corpo e a alma muito comum antes da reconciliação com Deus via eucaristia (VEYNE, 1989).

Após tomar consciência de seus pecados e cumprir a penitência imposta pelo ermitão, Perceval pode, por fim, assistir à missa e participar da eucaristia, recebendo a comunhão, o corpo e o sangue de Cristo em uma verdadeira reconciliação com Deus. Naquele momento, o jovem cavaleiro concluiu a sua formação e estava apto a encontrar o Santo Graal.

Ao descrever o processo que levou Perceval à reconciliação com Deus, Chrétien de Troyes frisou o papel do sacramento da penitência e sua grande relevância para a sociedade do século XII. Tal sociedade passava por inúmeras transformações com o crescimento das cidades, o desenvolvimento do comércio e das universidades, e era natural que em meio a esses acontecimentos o povo se esquecesse de Deus, assim como fez Perceval ao vagar pelo deserto.

Era possível se reconciliar com Deus e seguir novamente o caminho da fé cristã e da Igreja através do sacramento da penitência e da eucaristia, desde que o homem se arrependesse verdadeiramente de seus pecados, tornando-se digno de encontrar a salvação.

A formação de Perceval tinha uma intenção: seu processo formativo foi pensado para atingir a perfeição, o ápice dos valores morais e éticos fundamentais à nova sociedade. Nesse processo, a figura materna assumiu um papel fundamental, o de preservar e iniciar a formação do novo homem, preparando-o para que posteriormente fosse instruído pelo mestre e purificado pelo ermitão; esse homem se contraporía ao cavaleiro mundano, egoísta e pecador, representado na obra pelo Cavaleiro Vermelho. Somente após o sacramento da confissão, da penitência e da eucaristia é que Perceval entra definitivamente na comunhão da Igreja, com isso, o processo educativo do cavaleiro pode ser considerado concluído.

Em Perceval, vemos um novo modelo de cavaleiro sendo formado, um guerreiro que não lutava mais apenas para conquistar glória e os amores de belas donzelas, mas incorporava também o cunho moral e espiritual destinado ao aperfeiçoamento da sociedade em que vivia com valores cristãos a serviço da Igreja.

Observamos também o cuidado com a criança e a figura feminina sendo exaltada, aproximando-a da perfeição no modelo da Virgem Maria.

Perceval é a materialização do ideário cavaleiresco, mostrando para a sociedade que a formação do cavaleiro não se resumia ao aprendizado do manejo das armas e da arte de bem montar. Que os ensinamentos transmitidos pela mãe de Perceval e por Gornemant, o mestre, foram essenciais para esclarecer que o Código da Cavalaria exigia também a observância de uma série de preceitos bastante rígidos, pautados na moral e nas virtudes.

Nessa perspectiva, ao cavaleiro cabia socorrer os mais fracos e necessitados, além de servir a Deus; deveria ser misericordioso e leal no combate, sem recuar diante de um desafio ou faltar à palavra dada; também era preciso ser prudente e não ser leviano falando demais, atitudes e ações ausentes na sociedade que precisavam ser resgatadas com urgência (LLULL, 2000).

No decorrer da obra de Troyes, verificamos o Código de Cavalaria imposto aos Cavaleiros Templários, sendo ensinado ao jovem Perceval em todo o seu percurso formativo, através dos conselhos da mãe, do mestre e do ermitão. Percebemos Perceval colocando-os em prática em suas ações, transformando os ensinamentos virtuosos em ações e conseqüentemente em hábitos virtuosos, o que se esperava de um verdadeiro cavaleiro cristão.

Le Goff (2013) acentua que o real e o imaginário estão presentes na construção do herói medieval, assim a propagação de um modelo de conduta social do cavaleiro, apresentado em alguns momentos como destemido, valente, protetor e responsável por seus atos, é exaltada e referenciada como exemplo a ser seguido em todas as civilizações, materializando-se no conceito de herói.

Também em Perceval vemos um modelo de conduta social pautado nos valores morais e éticos ausentes na sociedade cavaleiresca, inclusive nos Cavaleiros Templários, que buscavam a virtude em um duelo constante com os vícios. Dessa maneira, ao concluir sua formação e manter-se virtuoso frente aos assuntos profanos, Perceval consagrar-se-ia em um modelo de comportamento a ser seguido pela sociedade, sendo reconhecido como um herói.

## **4 OS MÉTODOS DE ENSINO UTILIZADOS NA FORMAÇÃO DO CAVALEIRO MEDIEVAL DO SÉCULO XII**

Como podemos observar, Perceval passou por um longo caminho durante seu processo de formação. Tal processo teve início ainda criança, com as instruções e os cuidados maternos, e prosseguiram durante sua trajetória com os ensinamentos do mestre e do ermitão, contribuindo na sua formação.

Ao sistematizar as etapas da educação do cavaleiro, podemos verificar o método de ensino proposto por Chrétien de Troyes, considerando as inclinações naturais do cavaleiro, presentes na tenra idade com as demonstrações de brincadeiras e jogos enquanto criança, crescendo livremente na floresta. Ao longo do desenvolvimento do personagem, observamos o esforço e a vontade em aprender o ofício e as regras da cavalaria, sendo apresentado, por meio do exemplo do mestre e por último da prática, ao exercício fundamental para tornar as ações necessárias à cavalaria um hábito.

Nas palavras de Troyes (2017, p. 41), “Se tiverdes coração, sabereis o que é necessário saber, sem dúvida alguma!”, destacando a importância do amor pelo ofício, que deve estar acompanhado do esforço e da prática: é através deles que se pode aprender uma profissão. Ao traçar os pré-requisitos exigidos no processo educativo do cavaleiro, o autor deixa claro que a formação é um processo laborioso, que precisa ser ensinado e aprendido, o que demanda tempo.

Desse modo, o autor propôs o passo a passo da educação do cavaleiro para demonstrar a importância do conhecimento teórico (conselhos) e prático (exemplos), considerando também, a relevância da inclinação natural, ou seja, as aptidões de criança que contribuiram para a eficácia do aprendizado de Perceval.

Assim sendo, tratamos de compreender melhor esse processo formativo, detalhando as etapas da educação do cavaleiro desde criança até se tornar um cavaleiro virtuoso considerado como um exemplo a ser seguido.

### **4.1 AS BRINCADEIRAS E JOGOS NA FORMAÇÃO DE PERCEVAL**

As brincadeiras e jogos sempre estiveram presentes na formação do homem, sendo utilizados de diferentes maneiras ao longo da humanidade, transmitindo alguma

forma de conhecimento, mesmo quando usados no sentido etimológico da palavra, ou seja, para brincar.

A palavra brincadeira vem do latim *vinculum* que significa laço, algema, derivado do verbo *vincire* que significa prender, encantar; posteriormente *vincire* tornou-se brinco e deu origem ao verbo brincar que pressupõe divertir-se, entreter-se (HOUAISS; VILLAR, 2004).

Da mesma maneira, a palavra jogo, também originária do latim *iocus*, significa brinquedo e está ligada ao divertimento, entretenimento, como uma espécie de passatempo com regras estabelecidas ou não, podendo ser executado livremente (HOUAISS; VILLAR, 2004).

Entendemos que no sentido etimológico da palavra, brincadeira e jogo assumem o mesmo significado, ou seja, ambos estão relacionados ao entretenimento e à distração. O termo “jogo”, porém, foi utilizado culturalmente para expressar as atividades com regras como os torneios e o termo “brincadeira” para representar as atividades livres, geralmente referentes às crianças. Nesse excerto da obra de Troyes: “[...] pois me exercitei com as almofadinhas de minha mãe.” (TROYES, 2014, p. 38), ainda que de forma implícita, o autor versa em sua narrativa acerca da importância da brincadeira no desenvolvimento de Perceval.

Ao traçarmos um percurso histórico das brincadeiras e jogos, observamos que estão presentes na sociedade desde a Antiguidade, sendo abordados de forma mais explícita ou implícita de acordo com as necessidades do período.

Na Grécia antiga, os jogos assumiam um lugar importante na vida das pessoas, particularmente os Jogos Olímpicos que começaram a ser disputados em 776 a.C. e motivavam um grande contingente de participantes e espectadores, incluindo a realeza, que se divertiam com os espetáculos. As disputas aconteciam no hipódromo e no estádio em provas de corrida, arremesso, lançamento, salto, lutas e pentatlo e a cavalo; os vencedores eram premiados no templo de Zeus e exaltados por toda a comunidade (TODT, 2007).

Todt (2007) afirma que os Jogos Olímpicos na Antiguidade eram vistos como uma trégua em tempos de guerra, uma espécie de relaxamento para o corpo e mente em tempos conturbados. O jogo fazia parte da vida cotidiana do povo grego e era parte essencial da educação, encarregada de formar homens responsáveis para a sociedade e não só adestrar guerreiros para as batalhas, surgindo a ideia de se encontrar um equilíbrio entre o corpo e a mente.

Na visão de Aristóteles (2006, p. 43), “Convém, portanto, dar as primeiras atenções ao corpo, as segundas aos instintos da alma, recorrendo-se, todavia, ao intelecto ao tratar dos apetites e à alma, ao tratar do corpo.”. Ao tratar do corpo e da alma, o filósofo chama atenção para o uso da razão e do intelecto para conter o apetite, o impulso da alma e conseqüentemente o do corpo; esses instintos, se não dominados pela razão, poderiam levar aos vícios, afastando o homem das virtudes, por isso era necessário educar o corpo e a mente desde criança, buscando as virtudes.

Os jogos eram vistos como importantes instrumentos para exercitar o corpo e a mente, principalmente ao estabelecerem regras e condutas a serem cumpridas por todos os participantes. Assim como os Jogos Olímpicos eram apreciados por exercitarem o corpo, o xadrez também era um jogo muito estimado desde a Antiguidade por suas habilidades e estratégias para o desenvolvimento da mente, além de ser um valoroso entretenimento. Acredita-se que este surgiu na Ásia, na Grécia antiga do século III a.C., contudo a versão mais difundida sobre sua origem é que o xadrez tenha surgido na Índia, por volta do século VI, com o nome de *chaturanga*<sup>20</sup> e posteriormente se espalhado para a Pérsia, China, Rússia e Europa, onde se estabeleceram as regras como as conhecemos na atualidade (IFSUL, 2011).

Segundo IFSUL (2011), por volta do século X o jogo chegou à Europa e foi amplamente difundido por toda a região, ganhando popularidade entre a nobreza, considerado um entretenimento apropriado para cavaleiros, soldados, cruzados e menestréis. Por sua relevância, era permitido até mesmo quebrar algumas regras morais estabelecidas, como a presença de um homem no quarto de uma donzela com a intenção de jogar xadrez.

Diante da popularidade do xadrez, a Igreja também se apropriou do jogo e buscou utilizá-lo a seu favor. Assim, no século XIII surgiram os primeiros sermões que adaptavam as regras estabelecidas no xadrez como uma metáfora para disseminar o ensino da ética e da moral cristã, com grande repercussão na sociedade.

Assim como o xadrez, muitos jogos e brincadeiras foram transmitidos ao longo do tempo, perpassando gerações com seus valores e ensinamentos. Kishimoto (1993) afirma que a tradicionalidade dos jogos, ao serem passados de geração em geração, está consubstanciada no fato de que civilizações antigas como a da Grécia

---

<sup>20</sup> “Chaturanga na Índia significava exército, no jogo designava as quatro partes do exército: bigas, cavalaria, elefantes montados e soldados.” (IFSUL, 2011, p. 02).

e do Oriente já utilizavam as brincadeiras em seu cotidiano como amarelinha, empinar papagaio e jogar pedrinhas. Essas brincadeiras foram transmitidas por gerações utilizando-se dos conhecimentos empíricos, ou seja, vivenciados e permaneceram na memória infantil, sendo realizadas quase da mesma forma por crianças até a atualidade. Kishimoto (1993) acresce que,

O jogo tradicional infantil é considerado como parte da cultura popular, o jogo tradicional guarda a produção espiritual de um povo em certo período histórico [...] e por ser um elemento folclórico, esse jogo assume características anônimas, tradicionalidade, transmissão oral, conservação, mudança e universalidade. (KISHIMOTO, 1993, p. 54).

Nesse contexto, o jogo é entendido como uma forma de representação cultural, expondo características, valores e costumes de um povo em um determinado período histórico, constituindo um importante instrumento para entender as mentalidades dos homens de dada sociedade.

Acerca da historicidade do significado do jogo, perpassando diferentes contextos e períodos históricos, Huizinga (2001), ao descrever suas características principais, discorre sobre uma noção de seu significado:

[...] o jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da “vida cotidiana”. (HUIZINGA, 2001, p. 33).

Huizinga (2001) aponta ainda em seus escritos a relevância das brincadeiras e jogos desenvolvidos pela criança para o aperfeiçoamento de suas habilidades corporais ou mentais. Esta, ao escolher determinado jogo ou brincadeira, estará diante de regras e representações de seu cotidiano ou não, o que lhe possibilitará conhecer sentimentos e emoções fundamentais a seu desenvolvimento humano e convívio em sociedade.

Observamos que o jogo, assim como sua utilização, é elaborado conforme as necessidades do contexto social, político e econômico em que está inserido, através de uma relação antiga entre desenvolvimento humano e a educação. E nesse contexto, destacamos a relevância atribuída por Chrétien de Troyes às brincadeiras e jogos para aprendizagem e aperfeiçoamento do ofício de cavalaria na formação de Perceval.

Na obra em análise, o autor revela a expressão do jovem Perceval quando questionado pelo mestre se sabia manusear uma espada: “– Nisso, Deus me valha – responde –, ninguém sabe tanto quanto eu, pois me exercitei com as almofadinhas e as faíscas da casa da minha mãe, ao ponto de fadigar-me em algumas ocasiões.” (TROYES, 2014, p. 56).

Diante da resposta e percebendo a aptidão do jovem desde criança para os assuntos da cavalaria, o mestre respondeu: “– Assim, pois, vamos para casa, porque já não sei que mais ensinar.” (TROYES, 2014, p. 56).

Ao encerrar os ensinamentos práticos, após ouvir que o jovem brincava com as almofadinhas de sua mãe, provavelmente empenhando um pedaço de pau que simbolicamente representava uma espada, o mestre considera o brincar como um exercício importante para o desenvolvimento das habilidades necessárias à formação de um cavaleiro.

Em relação ao jogo, Aristóteles (2006, p. 43) afirma que “Todos estes primeiros esboços devem preparar os futuros exercícios e a maior arte das brincadeiras devem ser apenas ensaios do que será preciso fazer quando chegar a hora.”.

Dessa maneira, ao representar quando criança por meio das brincadeiras as ações dos cavaleiros, Perceval desenvolveu inconscientemente o corpo e a mente. A repetição do exercício desempenhado ao brincar treinou o corpo com a agilidade e a destreza necessárias para o manuseio das armas, e a mente por meio dos sentidos e da percepção para desviar das faíscas e antecipar as ações, de modo que não se queimasse com elas.

O brincar caracteriza-se, nesse contexto, como um instrumento importante para a formação da criança e, por conseguinte, do cavaleiro que esta desejava ser quando adulta. Ao destacar o papel da brincadeira e dos jogos na formação de Perceval, Chrétien de Troyes nos possibilita refletir sobre a importância da imaginação nesse processo, uma vez que seu protagonista, não conhecia nenhum cavaleiro quando criança, pois o personagem Perceval imaginava as ações da cavalaria e as reproduzia em suas brincadeiras.

Na concepção aristotélica, a imaginação é definida como o movimento que ocorre pela atividade da percepção sensível. Desse modo, é possível imaginar sem que o objeto em si esteja diante dos olhos, utilizando-se da percepção sensível, da sensação. Segundo o filósofo,

É evidente que a imaginação não é pensamento e suposição. Pois essa afecção depende de nós e do nosso querer, que é possível que produzamos algo diante dos nossos olhos, tal como aqueles que, apoiando-se na memória, produzem imagens. De fato, o movimento produz no espírito quase como um traço de sensação, pois podemos ver imagens mesmo de olhos fechados (ARISTÓTELES, 2006, p. 110).

Podemos considerar as representações da cavalaria nas brincadeiras de Perceval como resultado da sua percepção sensível, da sua aptidão e pré-disposição para o ofício de cavaleiro.

Outro ponto relevante a ser destacado pelas brincadeiras *pueris* do jovem cavaleiro Perceval é o uso dos sentidos, associados às sensações que ainda criança utilizou para desviar-se das faíscas ao brincar imaginando ser um cavaleiro.

No que tange aos sentidos, Tomás de Aquino (2005, p. 124) descreve que “[...] os sentidos externos ou corpóreos são o primeiro momento da sensação, sendo esta considerada como o início do conhecimento humano.”. Os sentidos externos podem ser afetados por dois tipos de estímulos, denominados sentido comum e sentido próprio, que podem afetar de maneira diferente o nosso sentido interno. O sentido próprio é o resultado da ação de um objeto sobre um sentido particular, ou seja, sobre um dos nossos cinco sentidos corpóreos: visão, audição, tato, paladar e olfato. E o sentido comum é o resultado da mutação provocada por um objeto sobre mais de um sentido próprio, resultando em um conceito geral; assim as informações recebidas como números, tamanho, movimento, resulta na classificação de quantidade.

Ao retomarmos a brincadeira de Perceval com as faíscas na casa de sua mãe, podemos observar que a criança utilizou de seus sentidos corpóreo e das sensações produzidas por esses sentidos para estabelecer um conceito de que a faísca em contato com a pele queimava, e portanto ao treinar com sua espada (de pau), precisava desviar das faíscas desempenhando um esforço exaustivo, mas de grande importância para o desenvolvimento de suas habilidades, imprescindíveis para o ofício de cavalaria, que sonhava quando adulto.

Muratori e Santana (2007) descrevem que as brincadeiras muitas vezes representam a percepção da realidade vivenciada pela criança; assim, elas reproduzem sua rotina doméstica ou imitam as atividades realizadas pelos adultos. Essas brincadeiras estimulam a imaginação e preparam as crianças para o mundo dos adultos, tendo em vista os adultos que se tornariam posteriormente.

Na concepção das autoras, no período medieval as brincadeiras não eram vistas como prioridade na vida das crianças, particularmente as camponesas, que por causa de suas obrigações domésticas, não passavam muito tempo a brincar, mas como crianças que eram, meninos e meninas, reproduziam em suas brincadeiras as tarefas que costumavam fazer em seu tempo livre. Alguns jogos e brincadeiras faziam parte desse cotidiano e representavam a diversão das crianças e jovens do período.

Segundo Muratori e Santana (2007), alguns jogos se destacavam e faziam a alegria da criançada, como a *Acutasita*, oriunda do Império Inca, que consistia na participação de meninos e meninas, em que ambos se agarravam uns aos outros formando uma longa fila e juntos deveriam correr de um lado para outro contornando deferentes obstáculos sem neles esbarrar. Acredita-se que esse jogo pode ter sido inspirado por uma dança ritualística chamada “Amarú” (cobra grande), cujo ritmo agradava as crianças.

Há indícios que as meninas brincavam de bonecos de barro ou de pano, dos quais cuidavam como se fossem filhos, representando os cuidados das mães com seus bebês, fato esse representado pelas meninas até a atualidade.

Os jogos destinados aos meninos estavam relacionados às necessidades do cotidiano, ou seja, que contribuíssem para o desenvolvimento de habilidade e destrezas para a caça, por exemplo, como o *chaco*, um tipo de jogo de caça no qual o menino manjava uma boleadeira, espécie de estilingue de arremessar objetos, que, no caso, poderiam ser pedras.

Outro divertimento muito apreciado pelos meninos e até mesmo pelos rapazes e adultos que passavam horas a jogar era a *pecosita*, que consistia no arremesso de várias bolas de madeira e borracha em uma cancha de areia ou terra batida, similar ao jogo de bocha da contemporaneidade, que atraía tanto participantes quanto espectadores que torciam por seus jogadores.

Muratori e Santana (2007) enunciam que as crianças do medievo desenvolveram brincadeiras a partir da sua realidade, imitando as atividades realizadas pelos adultos e utilizando uma ferramenta típica da idade, a imaginação. Como exemplo do uso da imaginação nas brincadeiras pueris, temos a “cabra cega”, que consistia na escolha de uma criança ou adulto (algumas brincadeiras e jogos tinham a participação de jovens e adultos) que seria a “cabra cega”, com os olhos vendados precisava pegar os outros participantes utilizando os sentidos da audição e do tato. Essa brincadeira perpassou gerações e chegou até a o período atual.

Observamos que as brincadeiras e jogos aparecem em diferentes períodos históricos, contribuindo para o desenvolvimento físico e mental das crianças, favorecendo sua inserção na sociedade. Esses cuidados com os 'infantes' também foi abordado por Ramon Llull (2010), que procurou detalhar as formas de educação pela via do corpo e da alma, uma vez que os pais acabavam se distanciando da boa educação dos filhos. O autor propôs um manual com explicações de como proceder desde o nascimento da criança, mostrando aos pais que a falta ou o exagero de cuidados contribuía para a má formação do filho.

Seus ensinamentos relativos à educação do corpo iniciavam com a amamentação dos bebês e com a alimentação dos maiores, advertindo para a necessidade de controlar a gula desde cedo. Segundo ele, "[...] quando o estômago (parte do corpo) é educado desde cedo, ao se tornar adulta, a criança não tenderá a praticar a gula, pois a alma (cérebro) já terá adquirido o hábito de comer moderadamente." (LLULL, 2010, p. 77).

Observamos que ao educar o corpo, intencionalmente educava-se também a alma (o cérebro, a razão), para que posteriormente pudesse agir de modo virtuoso, adquirindo bons hábitos. Llull (2010) descreveu ainda a importância de os pais não colocarem muitas roupas nas crianças, visto que, ao brincarem, elas suam e a roupa impossibilita a transpiração dos poros, podendo prejudicar a saúde.

Ao instruir os pais sobre o cuidado com as roupas nos infantes, Llull (2010) considera a brincadeira como uma inclinação natural da criança, algo que ela pratica em seu cotidiano e que merece atenção, visto que é por meio das brincadeiras que as crianças desenvolvem suas inclinações e potencialidades próprias da sua natureza.

Essa liberdade para o desenvolvimento da criança também foi retratada por Chrétien em sua narrativa ao descrever que Perceval cresceu no campo, livre de qualquer perturbação da cidade, correndo livremente com seu corcel (cavalo) pela relva fresca da floresta utilizando-se dos seus sentidos e sensações para aperfeiçoar suas habilidades, brincando com suas flechas, que ora eram lançadas para cima, para trás, para frente, sem qualquer preocupação, apenas pelo prazer de praticar o exercício do arco e flecha.

Tal prática o colocava na condição de um exímio caçador, visto que sua mira e destreza com a flecha não permitiam errar o alvo, o que contribuiu também para sua formação como cavaleiro. Ao ser instruído pelo mestre, demonstrou vontade e prazer

ao aprender, uma vez que já estava em sua natureza e as brincadeiras de criança configuraram-se em atos que se tornariam hábitos.

Esse cuidado com a educação da criança e a necessidade de aperfeiçoar as habilidades já apresentadas por ela desde pequena, perpassou diferentes períodos históricos, sendo contemplada com ênfase por Erasmo de Rotterdam (1466-1536), em sua obra *De Pueris*, onde destacou a importância da educação das crianças desde a tenra idade. Na premissa de Rotterdam (1989, p. 21), “[...] nunca é cedo demais para iniciar o processo educacional.”, cabendo à família a responsabilidade de prover a educação dos filhos, que consistia em três fatores, a saber:

A regra geral do sucesso do homem consiste principalmente em três fatores: a natureza, método e exercício. Com a expressão natureza quero dizer a disposição e a propensão natural ao bem. Chamo de método a doutrina que consiste em ensinamentos e preceitos. Defino exercício como o uso da disposição que a natureza deu e o método desenvolveu. A natureza requer um método, e o exercício, se não é regulado pelo método, fica sujeito a incontáveis erros e riscos. (ROTTERDAM, 1989, p. 114).

A experiência, ainda segundo Rotterdam (1989, p. 114) constitui uma importante base dos princípios morais (cristãos), e o método, pelo fato de ter função programática, guia a natureza do homem, “[...] possibilitando seu aperfeiçoamento através do exercício.”. Podemos considerar que “[...] a natureza própria do homem.” seria a razão, manifestada nas suas aptidões e potencialidades.

Nessa perspectiva, o autor repudia a educação que não respeitava a natureza e as vocações do indivíduo, julgando que o sofrimento de algo forçado e imposto em nada teria aproveitamento para a formação do homem. E acrescenta que a criança deve brincar livremente, respeitando suas inclinações naturais, de modo a favorecer as suas vocações (ROTTERDAM, 1989).

Diante do exposto, podemos considerar as brincadeiras como naturais à criança, em diferentes períodos, constituindo um importante instrumento para o seu desenvolvimento, bem como os jogos que se apresentam em diferentes períodos da vida para exercitar e aperfeiçoar as ações, assim como os torneios cavaleirescos que Perceval participava durante sua formação.

As brincadeiras e jogos foram essenciais para dar início à formação do cavaleiro, de maneira que pudesse desenvolver habilidades necessárias ao ofício da cavalaria, mas os conselhos e exemplos da mãe e dos mestres se configuram como

métodos fundamentais para o desenvolvimento e consolidação do processo educativo de Perceval que viria a ser o cavaleiro ideal, servindo de exemplo para os demais.

#### 4.2 A EDUCAÇÃO POR MEIO DOS CONSELHOS MATERNOS E DOS EXEMPLOS DOS MESTRES

Vislumbramos que as brincadeiras e os jogos permearam toda a meninice de Perceval ao crescer livremente no campo com sua mãe. A figura materna, como explanamos, exerceu grande influência sobre a formação do cavaleiro, caracterizando-se como a única via de instrução para o filho até a sua juventude.

Naquele período, era comum que a educação da criança pequena fosse atribuída à mãe, figura mais próxima e, portanto, com maior condição de educar. Esses ensinamentos ocorriam por meio de conselhos e exemplos maternos que imprimiam na criança valores e conduta desejáveis (LE GOFF, 1989).

A importância da mãe na educação da criança pode ser exemplificada pelos escritos de São Jerônimo (447-420) no século V, ao descrever, na Carta 107 destinada a Leta para a educação da filha Paula. São Jerônimo afirma que a mãe deve possuir um comportamento exemplar perante as crianças, e sobretudo ensinando-a na fé cristã com versículos da Sagrada Escritura, enfatizando que “[...] a mãe deve ser a mestra. Os pais devem primar pelo bom exemplo diante dos filhos. Por isso, Paula nada deve ser em sua mãe ou em seu pai, que a leve ao pecado” (NUNES, 1978, p. 182).

Segundo São Jerônimo, “O bom exemplo dos pais é a melhor escola para formar filhos exemplares.” (NUNES, 1978, p. 105), de modo que todos deveriam exercer bons hábitos frente à criança, especialmente aqueles que permaneceriam ao seu lado por mais tempo, nesse caso a mãe ou as amas.

Para São Jerônimo, soltar as ‘rédeas’ dos filhos e deixá-los caminhar livremente pela estrada dos vícios, não era prova de amor, mas sim, de fraqueza, covardia e irresponsabilidade. Nesse sentido defendia: “Quem ama corrige!” “Não vos lisonjeies pelo fato de amar vossos filhos, se acaso não sabeis repreendê-los nem corrigi-los.” (NUNES, 1978, p. 107).

São Jerônimo expressava uma preocupação com a educação das mulheres e escrevia para instruí-las, para ser exemplo de seus filhos, ou seja, percebia que a criança não aprenderia somente aquilo que era intencionalmente ensinado a ela, mas

também aquilo que visse os adultos fazer. Percebemos, assim, a responsabilidade atribuída por São Jerônimo à educação, especificamente na primeira idade, destacando o papel dos pais no desenvolvimento moral e religioso da criança e a exigência do estudo para conseguir uma formação humana mais completa.

Na Carta 22, São Jerônimo escreve ao jovem Eustóquia sobre as tentações que passou no deserto para manter-se puro e casto, driblando a imaginação das donzelas dançando com lembranças de trechos da Sagrada Escritura. Ao revelar sua paixão pelos estudos, aconselhou o jovem a ler incansavelmente: “[...] surpreenda-te o sono com o livro na mão e caia o teu rosto sobre as páginas santas.” (NUNES, 1978, p. 178). Enfatiza a importância de buscar o conhecimento contido nos livros, destacando também a necessidade de ler a Sagrada Escritura, reforçando a importância de conhecer todos os livros, de modo a aprender neles o que tinham de bom a ensinar.

A orientação pelo exemplo, a valorização da Escritura Sagrada para seguir os mandamentos cristãos, valorizando os valores e as virtudes correspondiam à necessidade de reorganizar a convivência entre os homens, ou seja, de estabelecer relações sociais pautadas na filosofia cristã. Nesse mesmo intuito, o jovem Perceval foi educado e formado para se tornar exemplo de comportamento para a sociedade.

Nesse sentido, Chrétien de Troyes tratou cuidadosamente de seus personagens e do papel que cada um exerceria na formação daquele que seria um exemplo para os demais, tornando-se digno de encontrar o Santo Graal. Esse fato, a nosso ver, não era uma missão fácil, visto que o homem está sempre se deixando levar pelas paixões, sendo o caminho virtuoso uma escolha que, no caso de Perceval, demandava disciplina e obediência aos ensinamentos transmitidos pela mãe e pelos mestres.

A mãe de Perceval era uma mulher instruída, educada na fé cristã e, como seguidora dos mandamentos divinos, tentava ser virtuosa e transmitir ao filho os exemplos de caridade e obediência. A educação nobre e os conhecimentos políticos e econômicos que ela tinha, facilitava dar bons ensinamentos na formação do cavaleiro e ensiná-lo sobre as regras da Ordem de Cavalaria. A mãe de Perceval, como mencionamos, tinha a intenção de educá-lo nos valores e virtudes, porque precisava formar o cavaleiro ideal para encontrar o santo Graal e salvar o irmão doente. Tal feito, nunca alcançado por cavaleiro algum, alçaria o filho à condição de

melhor cavaleiro do mundo, consagrando-se como um exemplo de comportamento para os demais.

Com essa intenção Perceval foi educado pela mãe isolado dos vícios, para se tornar um exemplo de virtude e de comportamento. Todavia, as paixões afloram na alma involuntariamente, colocando o homem na condição de pecador em potencial por sua pré-disposição ao pecado, em satisfação a suas paixões por impulso (TOMÁS DE AQUINO, 2005).

O exemplo da mãe e seus conselhos sempre estiveram presentes na memória de Perceval, apesar de a princípio o personagem demonstrar certa imaturidade e insegurança por não compreender os conselhos da mãe, a figura materna estava sempre presente.

Ao manter insistentemente a figura da mãe nas lembranças do jovem cavaleiro, Troyes chama a atenção para a importância da memória em um período de transformações e mudanças sociais com o crescimento das cidades. As relações humanas estavam se transformando, era necessário lembrar-se de Deus e de seus mandamentos para desenvolver hábitos e atitudes virtuosas frente à sociedade.

De acordo com Le Goff (1990), a memória é a capacidade de conservar certas informações graças a um conjunto de funções psíquicas que possibilitam ao homem atualizar as impressões ou informações passadas. Essa visão mais global sobre a memória nos ajuda a compreender que a mesma necessita da nossa capacidade intelectual de conhecer e apreender as informações que nos são transmitidas pelo meio externo.

Os gregos na Antiguidade, por exemplo, acreditavam em uma memória individual que posteriormente evoluiu para uma história da memória coletiva. Segundo Le Goff (1990, p. 377), "A memória, distinguindo-se do hábito, representa uma difícil invenção, a conquista progressiva pelo homem do seu passado individual; como a história constitui para o grupo social a conquista do seu passado coletivo.". Assim, a memória escrita vem acrescentar à memória oral, transformando-a, a história vem subsidiar a memória coletiva, transformando-a, pois o que antes ficaria guardado na mente e poderia com o tempo ser esquecido pode ser reavivado com a escrita da história passada.

Devido à grande relevância atribuída à memória, na Antiguidade, os gregos fizeram dela uma deusa, Mnemosine, com a missão de lembrar aos homens a recordação dos heróis e de seus altos feitos, presentes na poesia lírica. O poeta é,

pois, um homem possuído pela memória, assim como o aedo<sup>21</sup> é um adivinho do passado, e como adivinho também o é do futuro.

A poesia, identificada com a memória, faz desta um saber e mesmo uma sabedoria. Dessa forma, o poeta tem o seu lugar entre os "mestres da verdade", tendo guardado na memória seu conhecimento, e este torna-se incontestável como uma escrita no mármore. As próprias canções de gestas e as canções líricas eram cantadas ao ar livre por trovadores que utilizavam-se de suas memórias para transmitir o conhecimento presente naquelas canções (AUERBACH, 1948).

Santo Agostinho (354-430) argumenta que a memória guarda o que se aprende com a educação, ou seja, com a Escolástica e as sete artes liberais. Pois se não fosse a memória, o conhecimento da literatura, da dialética, por exemplo, seria como o perfume, odor que afeta o olfato, mas que logo se desvanece no ar (SANTO AGOSTINHO, 1999).

Ricardo Costa (2007) destaca a importância de Santo Agostinho para o processo de formação do homem no período medieval, uma vez que este apresentou a força retentiva da memória, sua capacidade de conservar e fazer recordar as imagens e sensações recebidas do mundo. Assim, tudo o que era vivenciado e percebido por meio das sensações poderia ser revivido via memória.

Na acepção do religioso, a Santíssima Trindade exercia um papel fundamental nesse processo, deixar impresso na alma um reflexo de sua imagem através de seus três poderes: a memória, a inteligência e a vontade. Com essa sólida herança da Antiguidade, a Idade Média legou ao ensino a necessidade de se saber de memória o que se aprendia.

Dessa forma, compreendemos a relevância atribuída por Troyes à memória em sua obra, uma vez que esta permeava todo o processo educacional da época e conseqüentemente a formação do cavaleiro.

A memória aparece desde o início da formação de Perceval, mesmo na infância, quando utiliza das brincadeiras e jogos para se desenvolver, nas orações ensinadas pela mãe para se proteger e nos relatos de sua vivência, expressos frente aos cavaleiros e mestres.

A princípio, aparece como uma insegurança e imaturidade por parte do jovem cavaleiro por não compreender bem os ensinamentos da mãe. Em outro momento,

---

<sup>21</sup> Aedo, cantor que apresentava suas composições religiosas ou épicas, acompanhando-se ao som da cítara ou lira (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2009).

como uma sensação de culpa, por ter deixado a mãe tão desolada. Entretanto, à medida que o jovem cavaleiro vai desenvolvendo sua formação, a memória se fortalece e consolida seu conhecimento.

O processo educativo de Perceval baseia-se nos conselhos (oral) e no exemplo (prático). Dessa maneira, ao sair da casa da sua mãe e encontrar o mestre *Gornemant de Goort*, o jovem recebeu uma educação prática pelo exemplo, ou seja, o aluno aprende imitando o modelo que, nesse caso, era o próprio mestre, por seus feitos heroicos e pela sua conduta de honroso cavaleiro. A agilidade dos seus atos e a perfeição na execução dos movimentos, além de contar com a aptidão do aprendiz, também precisavam do exercício e da repetição.

Troyes descreve em sua obra a importância do esforço e da repetição, deixando-a explícita na fala do protagonista:

– Senhor, tenho-o feito bem? Crê que convém mais esforço, se quero fazê-lo? Jamais viram meus olhos nada que tanto desejasse; mas queria saber tanto como sabe você.

– Amigo – respondeu o mestre –, se puser seu coração nisso, conseguirá; não deve se inquietar de modo algum.

Três vezes o mestre montou, e três vezes lhe ensinou tudo quanto pode lhe ensinar em matéria de armas, e três vezes o fez montar.

(TROYES, 2014, p. 36).

Ao usar o método do exemplo, o mestre adverte para o aprendizado prático que considera o exercício e o treinamento das habilidades do aprendiz, e também destaca a importância de o aprendiz demonstrar a vontade e o amor pelo ofício que está aprendendo, assim tudo que lhe fosse ensinado ficaria retido em sua memória e seria lembrado quando necessário.

Costa (2007, p. 06) nos informa que Bernardo de Chartres (†c. 1124) atribuía grande relevância ao exercício e à repetição ao escrever: “[...] e porque memória se robustece e a inteligência se aguça com o exercício, obrigava os alunos a reproduzirem aquilo que ouviam.”.

Outro episódio que nos remete à importância do exemplo e da repetição é o da Sexta-Feira Santa: quando Perceval, após encontrar os cavaleiros e as damas penitentes, resolve imitar o caminho percorrido por eles em busca do ermitão e da redenção de seus pecados.

Para o mestre Hugo de São Vítor (1096-1141), “[...] a filosofia é o amor, o estudo e a amizade para com a Sapiência” e “a procura da Sapiência é uma amizade com a divindade e com sua mente pura.” (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2007, p. 02).

Perceval preservava na memória os conselhos e os ensinamentos da mãe e dos mestres, e à medida que percorria a longa jornada de sua formação como cavaleiro, seu conhecimento aumentava e consolidava sua aprendizagem.

No entanto, faltava ainda buscar a reconciliação com Deus, e por esse motivo o jovem cavaleiro segue o exemplo dos penitentes e caminha à procura do ermitão na floresta. Em companhia do ermitão, este lhe deu muitos conselhos e lhe confiou ao ouvido uma oração, insistindo tanto até que o jovem a memorizasse e a guardasse na mente. Essa oração, de acordo com o ermitão, era muito poderosa, pois continha o nome de vários santos, e os diversos nomes de Nosso Senhor, por isso só poderia ser mencionada em perigo eminente ou em caso de morte.

De acordo com o mestre Hugo de São Vítor (2007), a memória estava, assim, intimamente associada à inteligência, à capacidade de discernir o certo do errado, pois se o discípulo não fosse capaz de reproduzir o que havia aprendido, ele, de fato, não aprendera.

Costa (2007) informa que no período medieval, a Retórica<sup>22</sup> (uma das três artes do *Trivium*) estava associada à memória, porque os ensinamentos aconteciam muitas vezes ao ar livre, mediante debates de ideias relativas a determinado assunto e por aconselhamentos. Muitos desses ensinamentos estavam armazenados na memória e eram disseminados pelas palavras.

A Retórica também estava presente dentro da Igreja, instituída no sacramento destinando à pregação, à evangelização dos povos. Os sacerdotes utilizavam das palavras escritas na Sagrada Escritura para disseminar a fé e o temor a Deus, convertendo os fiéis ao cristianismo e combatendo os hereges.

Perceval estava sendo formado para servir de exemplo, modelo educacional para os demais cavaleiros e conseqüentemente para a sociedade em que estava inserido. Era necessário que tivesse conhecimento dos valores e das virtudes fundamentais para contribuir ao aperfeiçoamento da sociedade, e em especial que culminasse com o fortalecimento da fé e da cristandade. Por essa razão Chrétien demonstra em sua obra a reconciliação do personagem com Deus, consolidando também o conhecimento com a fé.

Ramon Llull (2000), também atribuiu em suas obras grande relevância à memória. Em sua perspectiva, a memória é uma das três potências da alma racional,

---

<sup>22</sup> Retórica: "Arte de bem comunicar-se." (JOSEPH, 2002, p. 27).

juntamente com o entendimento e a vontade. Por ser considerada expressão da dignidade de Deus, ela recebe todos os atributos designados a Ele, ou seja, a memória é boa, sábia e virtuosa, contribuindo para a prevalência do bem.

Por meio da memória podemos lembrar as coisas passadas e ausentes dos sentidos, guiando nossos pensamentos e ações. Desse modo, o homem tem o hábito da ciência, e isso é bom. Como a memória convive com a sabedoria e a vontade, ela lembra e move os instintos do corpo do homem. Nesse caso, o homem, ao lembrar-se de um acontecimento que lhe causa prazer ou desprazer, torna-se irado ou paciente, expressando suas virtudes ou vícios.

Ao trazer algumas considerações referentes à importância da memória na formação do homem da Idade Média, assinalamos que esta permeava todo o processo educativo desde a Antiguidade, perpassando diferentes períodos históricos. Compreendemos, assim, a relevância atribuída a ela por Chrétien em sua obra.

Costa (2007) expõe que as correntes de ensino no período medieval, em sua maioria, enfatizavam a importância da memória no processo de aquisição do conhecimento para se chegar à Sabedoria. São Bernardo de Claraval (1090-1153), por exemplo, assinalou que: “[...] a memória, purgada pelo temor da fé, torna-se morada da própria fé, e quando a penitência purifica ainda mais a memória, que é o aposento da fé, a adorna” (COSTA, 2007, p. 07).

Podemos observar que o processo educativo de Perceval pressupõe a fidelidade aos conselhos e exemplos recebidos. Vimos a virtude da obediência sendo paulatinamente lapidada no jovem cavaleiro, uma vez que no início de sua formação ele não obedeceu aos ensinamentos maternos, o que resultou em sua súbita partida. Porém a lembrança dos ensinamentos maternos aperfeiçoados e ampliados pelas orientações dos mestres estava constantemente presente em sua memória e constituiu seu critério de ação diante das circunstâncias em que se encontrava.

O fato de Perceval ter cometido erros no início de sua formação como cavaleiro, ao não compreender as instruções de sua mãe sobre a Regra da Cavalaria, demonstra que o processo formativo é longo, demanda tempo, disciplina, esforço, obediência e vontade para ser concluído. Tal processo reforça a relevância dos conselhos e do exercício prático para alcançar o conhecimento e consolidar a aprendizagem, pois a trajetória do herói pode ser descrita justamente como a lenta percepção do verdadeiro significado dos ensinamentos ministrados.

Na obra em pauta, ao tomar consciência do seu próprio nome: “E ele, que não sabia seu nome, adivinha-o e diz que se chamava Perceval, o gaulês, e não sabe dizer se é verdade ou não; mas dizia a verdade, embora não sabia.” (TROYES, 2014, p. 43). Assim, Troyes (2014) expressa a necessidade do conhecimento, da tomada de consciência de si mesmo e por meio da razão ser capaz de discernir o que é certo e do errado.

Aristóteles (2006) anuncia que a alma humana possui um componente racional e outro não-racional. Desse modo, certos movimentos realizados pelo componente não-racional escapam do controle da razão e podem levar ao vício, e é o que pode ter acontecido com Perceval ao fazer o contrário dos ensinamentos maternos no início da sua formação.

[...] o perceber, não é o mesmo que o entender. Pois do primeiro compartilham todos os animais e do segundo, apenas pouco. O pensar do qual há o modo correto e incorreto, pois, o correto é o entendimento, a ciência e a opinião verdadeira, e o incorreto, o contrário deles, é o mesmo que o perceber, pois a percepção subsiste em todos os animais, ao passo que o raciocinar admite ainda o modo falso, não existindo naquele que não tem razão (ARISTÓTELES, 2006, p. 109).

No entanto, ainda que presente a racionalidade na alma humana, as ações do homem podem tender para a satisfação de seus sentimentos e suas paixões. Com isso, o homem deixa de agir para o que considera um bem, utilizando-se da razão para escolher o melhor a ser feito, mas passa a agir para satisfazer os seus desejos utilizando-se do componente não-racional da alma.

Segundo Aristóteles (1991), o estado ideal para o ser humano é o equilíbrio entre a razão e a paixão, ou seja, entre a virtude e os vícios, e isso acontece mediante a educação. Somente o conhecimento é capaz de instruir a parte irracional da alma, para que esta concorde com a razão, culminando na apreensão do bem.

Ao tomar consciência de si mesmo, o jovem cavaleiro faz uso da razão para julgar suas ações. Pela descoberta do conhecimento o cavaleiro expressa o seu amadurecimento intelectual e resolve corrigir os erros cometidos no passado, e o primeiro deles é retornar à casa de sua mãe. O que a princípio poderia ser entendido como uma insegurança de Perceval e certa imaturidade pela lembrança constante da figura materna, agora nos revela a descoberta do conhecimento e a importância da memória no processo formativo do cavaleiro.

### 4.3 OS JOGOS COOPERATIVOS PARA A FORMAÇÃO HUMANA

Ao descrever o processo formativo de Perceval, percebemos a relevância dos métodos utilizados para sua formação e destacamos o papel das brincadeiras e jogos para o desenvolvimento da criança e seu aperfeiçoamento para a inserção social.

As brincadeiras e os jogos constituem uma ferramenta importante para o processo de aprendizagem desde a Antiguidade, percorrendo diferentes períodos históricos até chegar à atualidade. Por meio dos jogos a criança apreende o mundo a sua volta e é capaz de compreendê-lo, representando-o em seu cotidiano, e o jogo se caracteriza assim como um facilitador da aprendizagem, porque a criança aprende de maneira natural e prazerosa.

Sendo assim, o lúdico<sup>23</sup>, como são compreendidos os jogos e brincadeiras atualmente no processo educativo, não é algo novo, como vimos, pois, está presente desde a Grécia antiga, perpetuando por gerações, contribuindo para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças e jovens.

De acordo com Aristóteles (2006, p. 46), a educação da criança consistia apenas: “[...] nas funções da vida e nas brincadeiras, tomando cuidado somente para que elas não sejam desonestas nem penosas, nem destituídas demais de ações.”. A educação deveria acontecer de forma natural, sem que fosse apresentado nada que não estivesse compatível com a sua idade, cabendo às brincadeiras preparar a criança para exercer atividades (ofícios) futuras quando chegasse a hora. Vemos que o filósofo grego se preocupava com uma educação virtuosa que formasse o homem para conviver em sociedade.

Séculos depois, Erasmo de Rotterdam (1989), enfatiza a importância de uma educação afetiva e prazerosa que respeitasse a natureza da criança e a instigasse a buscar o conhecimento. O autor condenou os métodos de ensino não compatíveis com a sua natureza da criança, obrigando-a a um ensino forçado.

Os indivíduos são arrebatados, com tal veemência, para tais áreas do saber que argumento algum os demove de lá. De outro lado, em face de estudos indesejáveis, eles se irritam ao extremo e preferem ser lançados na fogueira a aplicar o espírito em disciplina que se lhe antolha odiosa. (ROTTERDAM, 1989, p. 51).

---

<sup>23</sup> Lúdico: “[...] brincadeira ou diversão.” (FRIEDMANN, 2003, p.12).

Destarte, Rotterdam reforça a necessidade de se observar as aptidões presentes em cada indivíduo e propõe uma educação que respeite e desenvolva essas aptidões, tornando-se prazerosa para a criança. Essa educação visa formar um homem bom para o convívio social e, portanto, o autor aponta a necessidade de poupar a criança de acontecimentos e situações que as aproximem de vícios e perigos que colaboram para comportamentos inadequados difíceis de serem corrigidos, distantes dos comportamentos desejáveis, ou seja, virtuosos.

As brincadeiras e jogos ganharam espaço no cotidiano da criança, sendo vistos como instrumento importante para o processo de educação. Comênio (1592-1670), por exemplo, em sua obra *Didática Magna*, frisa a necessidade de uma educação lúdica para a aprendizagem da criança, pontuando que as atividades apresentadas no ensino dos infantes deveriam ser tão prazerosas como as brincadeiras.

Para que o próprio método excite o apetite dos estudos, é necessário: primeiro, que seja natural. Com efeito, tudo que é natural desenvolve-se espontaneamente. Para que a água corra ao longo de um declive, não é necessário constrange-la, basta que se levante o dique, ou qualquer obstáculo que a retém, e ela correrá imediatamente. Também não é necessário pedir a uma ave que voe; basta abrir-lhe a gaiola. (COMÊNIO, 2001, p. 73).

O autor expressa sua preocupação com o método utilizado na educação da criança e destaca a relevância de uma educação natural, que levasse em consideração as aptidões e a inclinação natural, para que o aprendizado não se tornasse penoso e o aprendiz não sentisse vontade de se afastar dele, desprezando o conhecimento.

Nesse percurso histórico, muitos autores contribuíram para a disseminação de uma educação lúdica para as crianças, respeitando cada fase de seu desenvolvimento. Como consequência, as escolas também incorporaram às suas práticas pedagógicas os jogos e brincadeiras para garantir a aprendizagem das crianças.

Nas palavras de Almeida (1994, p. 18), “[...] o grande educador faz do jogo uma arte, um grande instrumento para promover a educação das crianças.”. Assim, é por meio do lúdico que a criança encontra o equilíbrio entre o real e o imaginário, construindo sua aprendizagem de forma prazerosa e significativa, compreendendo o mundo em que está inserida.

O brincar, o jogo, o mais puro e espiritual produto dessa fase de crescimento humano, constitui o mais alto grau de desenvolvimento do menino durante esse período, porque é a manifestação espontânea do interno, imediatamente provocada por uma necessidade do interior mesmo. Por isso engendra alegria, liberdade, satisfação e paz, harmonia com o mundo. O menino que jogo tranquilamente, com atividades espontâneas, resiste a fadiga, chegará seguramente a ser um homem também ativo, resistente, capaz de sacrificar-se pelo seu próprio bem e pelos demais. (FROEBEL, 2010, p. 47).

Podemos considerar que o brincar traz benefícios físicos, morais e intelectuais para o desenvolvimento humano, pois imitando livremente o mundo a sua volta e realizando atividades adequadas a sua idade, a criança é capaz de compreender seu contexto social e transformá-lo. Portanto, o brincar em qualquer tempo não é trivial, é altamente sério e de profunda significação.

Friedmann (2003, p. 27) assinala que “O ato de brincar é um diálogo que o ser humano estabelece consigo próprio, com os outros ou com um ou mais objetos.”. Na relação entre o brincar e o aprender o homem se conhece, se percebe e conhece o outro, compreendendo o mundo a sua volta. É a partir dessas trocas com o outro, seja de forma competitiva ou cooperativa, que nos é permitido tomar consciência da nossa humanidade, ou seja, nos possibilita promover ações virtuosas que nos levam a um bem coletivo e a um bom convívio em sociedade.

Nessa perceptiva educacional de promover o conhecimento de forma natural e prazerosa para a criança e jovem é que realçamos a importância dos jogos cooperativos nesse processo, uma vez que as relações humanas estão em constante transformação, evidenciando a necessidade de ensinar valores e virtudes fundamentais para o convívio social.

Marinho *et al.* (2007) afirmam que para alcançar o propósito de ensinar valores e virtudes, os jogos cooperativos assumem um papel relevante na educação, pois sua principal característica é a integração de todos os participantes para se alcançar um bem comum, isto é, um objetivo determinado utilizando a cooperação para esse fim.

No jogo cooperativo, o objetivo está em superar os desafios e as dificuldades apresentadas em determinada situação, e não em derrotar alguém, demonstrando sua superioridade. O participante envolvido no jogo toma consciência dos seus sentimentos e tem condições de colocar-se no lugar do outro, demonstrando empatia, priorizando o trabalho coletivo.

Dessa forma, joga-se pelo prazer de estar com os demais e não pelo gosto de competir e vencer. O indivíduo, por meio do jogo, consegue perceber que não pode

ganhar sozinho e que precisa de todos os integrantes do grupo para alcançar o objetivo, de modo que todos são importantes para se alcançar o bem comum (BROTTO, 2001).

Orlick (1989) ressalta a intencionalidade do jogo, enfatizando a importância de escolher o jogo certo para promover a formação desejada, uma vez que essa ferramenta pedagógica é indicadora do tipo de papel social que se espera promover, do tipo de homem que se pretende formar.

Na ótica do autor, “[...] se os padrões das brincadeiras preparam as crianças para os seus papéis como adulto, então será melhor nos certificarmos de que os papéis para os quais elas estão sendo preparadas sejam desejáveis.” (ORLICK, 1989, p. 108). Com isso, chama a atenção para a necessidade de escolher os jogos e as brincadeiras que possibilitem uma formação desejável para o convívio em sociedade, uma formação que enalteça os valores morais e as virtudes presentes no comportamento humano, reforçando a prática da solidariedade, da amizade, da compaixão, ou seja, do bem.

Nesse sentido, o jogo cooperativo atua como facilitador da socialização entre as crianças e jovens, contribuindo para o seu desenvolvimento educacional e social, pois baseia-se na resolução de problemas de forma pacífica, ética e favorável a todos os envolvidos, respeitando suas diferenças.

Ao envolver-se no jogo, o participante entende que pela força da união não existem problemas indissolúveis ou objetivos inalcançáveis, e que juntos poderão encontrar mecanismos e estratégias para vencer as adversidades impostas, saindo todos vitoriosos com os ensinamentos recebidos e compartilhados.

Para Brown (1994), os jogos cooperativos podem interferir no estabelecimento de relações mais harmoniosas. O autor entende que essa forma de jogar visa à contribuição participativa, buscando eliminar o clima agressivo e ajuda o desenvolvimento da empatia e da comunicação. Esse tipo de jogo extrapola o ambiente escolar, haja vista que os ensinamentos oriundos dessa prática se consolidam nas relações sociais e contribuem/ou almeja-se que contribuam para o aperfeiçoamento da sociedade e suas práticas sociais.

Ao escolher compartilhar o jogo da vida de maneira cooperativa, nos tornamos capazes de perceber o problema, os conflitos e os objetivos impossíveis como oportunidade para reconhecer nosso jeito de ser e interagir com mundo (BROTTO, 2001). Este autor salienta a necessidade da socialização entre os homens, sinalizando

que é por meio desta que se consegue aprimorar as relações com o mundo e alcançar níveis mais altos de evolução, além de considerar o jogo cooperativo como uma importante ferramenta para o desenvolvimento de habilidades e capacidades inertes no homem.

Chateau (1987, p. 45) revela que “[...] uma das superioridades mais importantes da infância humana sobre a infância animal, reside na existência de um grupo que constitui uma verdadeira sociedade.”. Ao levar em conta a organização presente nos jogos infantis no ambiente escolar, o autor aponta para o respeito e a obediência às regras estabelecidas e à disciplina que se deve ter para permanecer no jogo, sendo ampliado esse comportamento para a vida adulta.

Se o homem não fosse um ser social, se os homens, na reunião de uns com os outros, não reunissem também seus filhos, não haveria nenhuma sociedade infantil. Mas o homem é um ser social, de infância prolongada, e isso permite que nossas crianças façam numa sociedade infantil a aprendizagem da sociedade adulta da qual participarão mais tarde. (CHATEAU, 1987, p. 45).

Diante do exposto, destacamos a necessidade de educar as crianças desde a tenra idade para que possam atuar na sociedade como homens de bens, capazes de compreender o mundo a sua volta e transformá-lo com base no bem comum.

Segundo Friedmann (2003), ao adotarmos o jogo como uma proposta pedagógica, assumimos o compromisso de recriá-lo de acordo com as necessidades no momento, possibilitando aos participantes aprender e experimentar o que já está posto, mas também preparar-se para o que está por vir. Nessa direção, Brown (1994) explica que os jogos cooperativos podem interferir no estabelecimento de relações mais harmoniosas. O autor entende que essa forma de jogar visa à contribuição participativa, busca eliminar o clima agressivo e ajuda o desenvolvimento da empatia e da comunicação.

#### 4.4 TORNEIO DAS VIRTUDES: PROPOSTA DIDÁTICA PARA CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Neste intuito, visando a formação humana por meio das virtudes, assim como nos foi apresentada pela literatura clássica, na obra de Chrétien de Troyes, apresentamos, aqui, uma proposta didática a partir de jogos cooperativos que possa

contribuir para a formação moral e ética da criança, além de desenvolver valores e virtudes fundamentais para o seu bom convívio em sociedade.

Cada jogo cooperativo apresentado nesta proposta remete-se a uma passagem do jovem Perceval durante sua formação, assim sendo, o primeiro jogo é uma brincadeira denominada 'Telefone sem fio', que está relacionada a capacidade de compreensão dos conselhos ensinados pela mãe.

O segundo jogo, é a brincadeira de 'Escravos de jó', relacionada as habilidades motoras e perceptivas apresentadas em seu treinamento para o ofício da cavalaria, que quando bem executas, levam a perfeição e ao êxito.

O terceiro jogo, é denominado 'Quebra cabeça' e está relacionado ao conhecimento do todo, quando Perceval, junta o quebra cabeça de sua história e descobre seu próprio nome, sua origem.

E o quarto e último jogo, é denominado 'Pega pega corrente' e está ligado a religiosidade a solidariedade, ao reencontro do jovem protagonista com Deus, quando da sua união com o Santíssimo, resulta a conclusão da sua formação e a consolidação de um modelo ideal de homem virtuoso e bom.

Desse modo, a necessidade de educar as futuras gerações para os valores e virtudes fundamentais a convivência humana, corresponde a permanência da própria condição humana.

A sociedade humana tem sobrevivido porque a cooperação de seus membros tornou possível a sobrevivência. A cooperação contínua é talvez mais importante para o homem que para qualquer outra espécie, porque a ação humana tem um efeito direto sobre todas as outras espécies. Não só tem a capacidade de enriquecer ou destruir a si mesmo, como também a todo ao ambiente natural. (ORLICK, 1989, p. 32).

Destarte, como proposta didática de formação humana para crianças, caracteriza-se em uma possibilidade de trabalho lúdico para professores e alunos do Ensino Fundamental I, compreendendo a faixa etária entre 7 e 10 anos, período em que as brincadeiras e jogos são muito latentes no desenvolvimento infantil. Por meio dos jogos cooperativos os estudantes poderão ampliar seu conhecimento prático e teórico, além de desenvolver habilidade sociais e afetivas essenciais para as relações humanas.

Para iniciar esse trabalho no ambiente escolar, pensamos, primeiramente, que o professor precisa apresentar aos alunos o conceito de cooperação, tendo em vista

que o objetivo dessa proposta é o sucesso do trabalho coletivo e da interação social. Sendo assim, o professor deverá expor ao grupo que a cooperação consiste em um processo no qual os objetivos são comuns e as ações são benéficas para todos. Assim, ao realizar as atividades propostas não haverá vencedores ou perdedores, de modo que todos serão beneficiados com os resultados alcançados.

Depois dessa abordagem inicial, o professor pode relatar brevemente para os alunos a narrativa de Chrétien de Troyes sobre *Perceval ou O Conto do Graal*, explicando que a muito tempo atrás havia um jovem cavaleiro que precisou percorrer uma longa jornada, repleta de ensinamentos e aventuras para se tornar um cavaleiro bom e virtuoso, digno de encontrar o Santo Graal e que precisou ser educado desde crianças com conselhos, brincadeiras e jogos que o ajudaram a cumprir sua missão e sair vitorioso, assim como nós, se ajudarmos uns aos outros em nossos desafios ao longo do *Torneio das Virtudes* sairemos vitoriosos.

Em seguida, faremos a parte prática, ou seja, a realização do torneio das virtudes com quatro jogos cooperativos diferentes que visam contribuir para o desenvolvimento de habilidades motoras e psíquicas, além de estimular a percepção de características individuais e coletivas como a memória e a comunicação, culminando para o aperfeiçoamento das ações praticadas nos âmbitos escolar e social.

Em uma turma de 20 crianças aproximadamente, o professor deverá dividir a turma em dois grupos de 10 crianças para iniciar o *Torneio das Virtudes* com o jogo do Telefone sem fio. Após os dois grupos terem cumprido corretamente os objetivos do jogo, a turma receberá um envelope com a numeração 1, dentro do qual terá uma parte da mensagem que deverá ser colada no mural estabelecido no pátio da escola, pois as atividades deverão ser realizadas ao ar livre.

À medida que as crianças forem realizando os jogos estipulados pelo torneio e cumprindo as regras estabelecidas com êxito, por meio da cooperação, a turma vai recebendo os envelopes enumerados de 1 a 4 com parte da mensagem, que deverá ser colada no mural e só será desvendada no final do *Torneio das Virtudes* com a cooperação de todos.

O *Torneio das Virtudes* deve ser iniciado com jogos cooperativos: primeiro com a brincadeira de Telefone sem fio (Figura 4); segundo com a brincadeira Escravos de jó; terceiro com o jogo de Quebra cabeça e o quarto e último o jogo de Pega pega corrente.

**FIGURA 04 – Jogo cooperativo: Telefone sem fio**

Fonte: Pinterest (2020a).

Nesse primeiro jogo, o professor deve dividir a turma em dois grupos e direcionar os grupos em duas filas. A regra do jogo é simples, o professor fala sussurrando um 'segredo' (palavra ou frase) para a criança que está no início da fila, essa criança deve repassar o segredo no ouvido do colega que está ao seu lado e assim sucessivamente, até que o segredo chegue ao ouvido do último participante, que deverá revelá-lo em voz alta. Se o segredo estiver correto termina o jogo, mas se não estiver, o jogo deverá recomeçar com o mesmo segredo até que chegue correto no último participante.

Lembra-se de que o segredo deve ser falado apenas uma vez para cada participante; com essa regra é comum que a informação seja repassada cada vez mais distorcida, chegando totalmente diferente ao ouvido do último participante, o que deixa a brincadeira muito mais divertida.

Almejamos com esse jogo estimular a atenção, a audição, a oralidade, a compreensão e a memória (CIVITATE, 2003). Após todos terminarem o jogo e colarem a primeira parte da mensagem no mural, dá-se início ao segundo jogo do torneio: Escravos de jó (FIGURA 05).

**FIGURA 05 – Jogo cooperativo: Escravos de jó**



**Fonte:** Portal Escola Santi (2019).

Nesse jogo, o professor deve organizar a turma em dois grupos e pedir para que se sentem em círculo. Em seguida, cada participante ganhará um copinho ou objeto pequeno (pode ser o estojo de cada aluno), que será passado de um participante para outro em uma coreografia de vai e vem seguindo o ritmo da música “Escravos de jó”:

*Escravos de jó,  
jogavam o caxangá  
tira,  
põe;  
deixa ficar.  
Guerreiros com guerreiros  
fazem zigue, zigue, zá (2X).*

Na sequência, Escravos de jó jogavam o caxangá (os participantes vão passando o copinho um para o outro do lado direito, de forma que cada criança fique sempre com um copinho)

Tira (cada um levanta o seu copinho)

Põe (cada um coloca o copinho de novo no chão)

Deixa ficar (o participante aponta com o dedo para o seu copinho)

Guerreiros com guerreiros (Voltam a passar o copinho para o colega do lado direito)

Fazem zigue (o participante coloca o copinho na frente do jogador à direita, mas não solta)

Zigue (coloca o copinho à frente do participante à esquerda, mas não solta),

Zá (coloca o copinho à frente do participante à direita novamente e dessa vez deixa).

Esse jogo exige muita concentração, ritmo, memória e lateralidade, além da cooperação e paciência do grupo, tornando-se complexo para muitas crianças, que precisam refazer a sequência várias vezes, até conseguir realizar com êxito.

Após os dois grupos terminarem com êxito, a turma receberá o envelope número 2 e colará junto com o primeiro no mural, passando assim para o terceiro jogo cooperativo: o Quebra cabeça (FIGURA 06).

**FIGURA 06 – Jogo cooperativo: Quebra cabeça**



Fonte: FREEPIK (2020).

Para melhor dinâmica do jogo, o professor deverá dividir a turma em quatro grupos e distribuir os jogos de Quebra cabeça com temática infantil com aproximadamente 100 peças (podendo variar com a idade da turma) para cada grupo. Por estar ao ar livre, o jogo pode ocorrer no pátio da escola, e as peças podem ser distribuídas para serem montadas no chão ou sobre mesas se tiver disponíveis.

O Quebra cabeça exige dos participantes atenção, percepção visual, paciência, cooperação, resolução de problema, raciocínio lógico, memória e autoconfiança, além

de um trabalho de cooperação e união entre os participantes. Desse modo, ao escolher a primeira peça, os participantes deverão analisar as peças seguintes e assim sucessivamente para compor a figura presente no jogo.

Por ser um jogo de cooperação, quando um grupo terminar de montar o seu quebra-cabeça poderá ajudar o outro grupo e assim que todos terminarem de montar seus jogos a turma receberá o envelope número 3 e o colará no mural para ajudar a compor a mensagem, passando, assim, para o último jogo do *Torneio das Virtudes*, o jogo Pega pega corrente (Figura 7).

### FIGURA 07 – Jogo cooperativo: Pega pega corrente



Fonte: Portal Santoandre.educacon (2018).

Nesse último jogo, todos os alunos irão participar juntos, ao ar livre, com bastante espaço. O professor deverá escolher alguém que se voluntariar para ser o pegador, enquanto os demais se espalham pelo espaço do jogo. Deixamos esse jogo cooperativo para o final por ser um exercício que exige trabalho em equipe e o respeito às limitações do outro, propondo uma ajuda mútua para se alcançar o objetivo em comum.

O jogo inicia com o pegador correndo atrás dos participantes para pegá-los; quando alguém é pego, dá a mão para o pegador e passa a ajudá-lo a pegar em dupla com ele. Em seguida, em trio, quarteto e assim sucessivamente, formando uma 'corrente' de crianças de mãos dadas, até ficar apenas um participante fugindo da corrente, este último receberá o envelope número 4 e irá com a turma até o mural para colar a última parte da mensagem.

Então todo juntos estarão diante da mensagem completa, fruto do trabalho e do esforço de todos para alcançar o almejado objetivo de descobrir enfim o verdadeiro significado da cooperação, visualizando então a mensagem: “*Nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos!*” (FIGURA 08).

**FIGURA 8 – Mensagem de Cooperação revelado no final do Torneio das Virtudes**



Fonte: Pinterest (2020b).

Assim termina o *Torneio das Virtudes*, com o ensinamento de que ninguém é forte o suficiente sozinho e que precisamos da cooperação do outro para que juntos possamos ser mais fortes e construir uma sociedade mais justa e fraterna.

Entendemos que para isso devemos começar desde criança uma formação pautada em valores e virtudes que almejamos para as relações humanas e o convívio social.

## 5 CONCLUSÃO

A título de conclusão, desenvolvemos este trabalho com o objetivo de analisar o processo formativo do personagem Perceval desde criança até se tornar um cavaleiro virtuoso, consagrado como modelo ideal de comportamento para a sociedade da França do século XII, consubstanciado na obra literária de Chrétien de Troyes intitulada *Perceval ou O Conto do Graal*.

Com base na História Social e no conceito de longa duração, observamos que a necessidade da formação do homem perpassa diferentes períodos históricos, constituindo-se como um fundo permanente ao longo do tempo. Essa educação está pautada nas necessidades políticas, econômicas e sociais de cada período, contribuindo para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da sociedade.

Nesse sentido, ao buscarmos compreender o contexto histórico vivido por Chrétien de Troyes na França do século XII e fundamentar a necessidade de uma formação moral e espiritual para o homem proposta na obra, observamos que a sociedade passava por transformações econômicas e sociais significativas com o crescimento das cidades e a expansão do comércio, além do surgimento de um novo estamento social com o fortalecimento e o enriquecimento dos burgos, o que posteriormente deu origem à “burguesia”, ameaçando a soberania da nobreza.

Ao vislumbrar tais transformações e estando presente na corte francesa, pois servia ao Conde de Flandres, a quem tinha grande estima por ser considerado um homem bom e justo, Chrétien escreveu uma novela de cavalaria em que procurou exaltar os valores e as virtudes necessárias para se tornar um homem bom, conciliando os feitos heroicos com valores e costumes apreciados pela nobreza e consequentemente contribuindo para a continuidade e o aperfeiçoamento da sociedade.

Ao destacar a figura do cavaleiro medieval, o autor buscou representar o homem na figura já exaltada pela sociedade, uma vez que o cavaleiro havia conquistado seu lugar na nobreza e era visto como nobre guerreiro. Flori (2005, p. 121) afirma que os cavaleiros “[...] puderam, assim, pelo exercício das armas, atingir um nível social que lhes permitia alcançar as margens da nobreza. [...] A cavalaria foi então para eles um meio de ascender à nobreza.”. Desse modo, o cavaleiro era visto como um símbolo de força e coragem, sendo almejado até mesmo por reis e príncipes, armados cavaleiros à frente dos exércitos como exímios guerreiros e líderes militar.

Outro ponto relevante do contexto histórico vivido por Chrétien e que contribuiu para a encaminhamento de sua obra foi o fortalecimento da cristandade por toda a França medieval. A Igreja, assumiu um papel de destaque na organização social e influenciou por meio de seus mandamentos o comportamento humano.

A cavalaria também sofreu essa influência quando a Igreja submeteu os cavaleiros ao ideário cristão e apresentou uma justificativa para as guerras, instituindo as cruzadas e a guerra santa, o que deu origem aos cavaleiros de Cristos ou *milites Christi*. Estes eram representados pela Ordem dos Templários e lutavam em nome de Deus para proteger a terra santa (Jerusalém) das invasões muçulmanas, além de lutarem diariamente consigo mesmos para não sucumbirem ao pecado e serem dignos de servir a Cristo (FLORI, 2005).

Ao analisar a obra *Perceval ou O conto do Graal* compreendendo o percurso realizado pelo personagem durante sua trajetória de formação, observamos que o autor priorizou uma formação moral e espiritual, assumindo em sua narrativa um cunho religioso em que prevalecesse os valores cristãos e contribuísse para a formação de um homem que se tornasse digno de encontrar o Santo Graal. Tal feito somente seria possível por meio de um cavaleiro perfeito, puro e virtuoso, que serviria de exemplo aos demais.

Analisamos que, a trajetória de formação do personagem foi longa e demandou esforço, empenho e dedicação, além de prática e exercício diário, para que as atitudes pudessem tornar-se hábitos e fossem internalizadas pelo intelecto.

Ao desenvolver o processo formativo de Perceval por meio da análise das quatro figuras relevantes, a saber: a criança, a mãe, o mestre e o ermitão, verificamos que o autor apresenta a necessidade de começar desde criança a formação moral e espiritual, visto que o homem tem uma inclinação natural para o vício, e as virtudes devem ser ensinadas desde cedo, para que possam tornar-se hábitos virtuosos na vida adulta (ARISTÓTELES, 1991).

A figura materna constituiu-se como fonte essencial para o início dessa formação, protegendo a criança dos vícios mundanos ao se refugiar na floresta. A mãe permitiu que o filho brincasse livremente pelos campos, sem qualquer preocupação que não fosse oriunda da idade, favorecendo o desenvolvimento de habilidades e aptidões fundamentais para o ofício da cavalaria.

Observamos que os ensinamentos maternos sobre os valores cristãos, o amor e o temor a Deus ensinados desde pequenino estiveram presentes na memória do

jovem Perceval durante toda sua formação. Contudo, o que a mãe ensinou, subitamente com a precipitada partida do filho a respeito das regras da Ordem de Cavalaria não foi compreendido e internalizado, sendo colocado em prática de forma errônea pelo personagem quando necessário. Isso comprometeu a intenção da mãe em formar o filho para ser digno de encontrar o Santo Graal e salvar o tio doente, dando continuidade à sua descendência como um modelo ideal de cavaleiro. Tal fato reforça que o processo de formação do cavaleiro pelas virtudes é longo, devendo começar desde criança e seguir por toda a vida.

Na continuidade de sua formação, Perceval foi ensinado pelo mestre, um exímio cavaleiro, que lhe apresentou por meio do exemplo as práticas da cavalaria incluindo a montaria, o manejo das armas e os exercícios necessários para o ofício. Este fez o jovem protagonista repetir várias vezes tais atividades, e Perceval as realizava com perfeição, pois tinha grande aptidão e habilidade, aprendia com rapidez e destreza, sendo, por fim, formado cavaleiro pelo mestre.

Embora Perceval estivesse formado cavaleiro, exercendo com precisão o seu ofício, ainda não estava pronto para assumir a sua missão de encontrar o Santo Graal. Para isso Chrétien fez questão de apresentar a conclusão do processo formativo de Perceval com sua reconciliação com Deus, uma vez que pelos erros cometidos durante sua trajetória e principalmente por ter abandonado a mãe o jovem sentia-se culpado.

Para finalizar a formação do cavaleiro, o autor conduziu seu personagem ao encontro do ermitão e promoveu sua reconciliação com Deus mediante a confissão e a penitência, sacramentos cristãos fundamentais para a remissão dos pecados e o reencontro com Deus realizados pela Santa Eucaristia. Perceval foi aconselhado pelo ermitão a buscar sempre os mosteiros e capelas para estar mais próximo do Santíssimo.

O processo de formação do cavaleiro escolhido para se tornar um modelo ideal de virtude para a sociedade francesa do século XII não se constituiu de forma rápida. Pelo contrário, mostrou ser uma formação para toda a vida, que deve iniciar quando criança e permanecer até a velhice, uma vez que escolher as ações virtuosas que culminem para o bem não é uma tarefa fácil, visto que as paixões e os pecados acometem a alma humana, demandando grande esforço para desvencilhá-las e seguir no caminho das virtudes.

Desse modo, concluímos que a formação do homem por meio das virtudes é uma proposta educacional que deve iniciar desde cedo, ainda criança, no seio familiar, com os conselhos orais e os ensinamentos dos pais com valores e princípios que culminem para o bem. Esses mesmos valores morais e espirituais devem ser posteriormente integrados pelo mestre e pelo professor dentro das escolas e espaços educativos, com ensinamentos orais e práticos que contribuam para essa formação humana e conseqüentemente para o aperfeiçoamento da sociedade.

Constatamos a relevância da literatura e dos jogos para a formação humana e para o desenvolvimento das virtudes necessárias às relações sociais em diferentes períodos históricos. Dessa maneira, ao sugerirmos uma proposta didática com jogos cooperativos, abordamos aspectos relevantes da formação de Perceval que perpassam o período estudado e chega até a atualidade com grande representatividade no processo educativo.

Acreditamos que esses aspectos, como a importância da percepção e dos sentidos (visão, olfato, tato, audição e paladar), bem como a memória, a agilidade e o equilíbrio emocional e corporal, além de abordar valores e virtudes como a solidariedade, a compaixão, a empatia e a cooperação, entre outros, devem ser apresentados desde cedo para as crianças, de modo que se tornem hábitos e sejam levados para a vida adulta, ajudando nas relações sociais e na construção de uma sociedade mais justa e fraterna para todos.

O modelo ideal de homem apresentado para a sociedade francesa do século XII como um cavaleiro cristão, virtuoso e moralmente bom, capaz de atitudes generosas que culminassem para o bem comum, foi considerado como um modelo medieval, entretanto o que podemos entender é que, ser bom, ter humanidade e pensar no coletivo não é uma questão medieval, ela é atemporal, pois, seja no passado, no presente ou, possivelmente, no futuro sempre haverá a necessidade de estudarmos e formarmos homens que conheçam e se comportem de forma virtuosa.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Primárias

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco; Poética**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

ARISTÓTELES. **De Anima**. São Paulo: Editora 34, 2006.

COMÊNIOS, João Amós. **Didactica Magna**. São Paulo: eBook Brasil, 2001.

HOMERO. **Ilíada**. Lisboa: Cotovia, 2005.

HUGO DE SÃO VITOR. **Didascálicon: Da arte de ler**. 2. ed. Bragança Paulista: Editora Universitária, 2007.

LLULL, Ramon. **O livro da Ordem de Cavalaria (1279-1283)**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Llúllio” (Ramon Llull), 2000.

LLULL, Ramon. **Doutrina para crianças (1274-1276)**. Alicante, Espanha: série e-Editorial IVITRA Poliglota, 2010.

ROTTERDAM, Erasmo. **De Pueris e a Civilidade Pueril**. São Paulo: Escala, 1989.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SANTO AGOSTINHO. **A santa virgindade**. São Paulo: Paulus, 2000.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Volume VI. São Paulo: Loyola, 2005.

TROYES, Chrétien de. **Perceval ou O Conto do Graal**. 2014. Disponível em: <http://www.revistaartereal.com.br/wp-content/uploads/2014/02/O-CONTO-DO-GRAAL-Chretien-de-Troyes.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2020.

TROYES, Chrétien de. **Perceval ou O Romance do Graal**. Tradução Marly Segreto. São Paulo: Polar, 2017.

### Estudos

ALMEIDA, Paulo Nunes. **Educação lúdica**. São Paulo: Loyola, 1994.

ALVIM, Victor Reis Chaves. **As representações da cavalaria em Perceval ou O Conto do Graal, de Chrétien de Troyes**. 122f. Monografia (Graduação em História)-Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ARRUDA, Fabiana dos S. A Dimensão Pastoral do IV Concílio de Latrão. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5., 2011, Maringá. **Anais [...]**.

Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/158.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2020.

AULETE DIGITAL, Dicionário Caldas Aulete da Língua Portuguesa. **Sarracenos**. 2021. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/Sarracenos>. Acesso em: 21 jun. 2020.

AUERBACH, Eric. **Introdução aos estudos literários**. São Paulo: Cultrix, 1948.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A cavalaria: da Germânia à França do século XII**. São Paulo: Editora Unicamp, 2010.

BÍBLIA SAGRADA, EDIÇÃO DA PASTORAL. São Paulo: Paulus, 1990.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1987.

BLOCH, Marc. **A apologia da História, ou, Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. **Revista de História**, São Paulo, v. 30, n. 62, abr./jun., 1965.

BROTTO, Fábio Otuzi. **Jogos cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar!** 3. ed. Santos, SP: Projeto Cooperação, 2001.

BROWN, Guillermo. **Jogos Cooperativos: teoria e prática**. Tradução Rui Bender. 4. ed. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1994.

CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança**. São Paulo: Summus, 1987.

CHAMBER. **The Chambers Dictionary**. Índia: Allied Publishers, 1998.

CHAVES-TANNÚS, Marcio. **A ética de Pedro Abelardo: um modelo medieval de aplicação da lógica à moral**. Uberlândia: EDUFU, 1996.

CIVITATE, Héctor. **505 jogos cooperativos e competitivos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. 2. ed. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 2009.

COSTA, Ricardo. História e memória: a importância da preservação e da recordação do passado. **SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais**, Vitória, v. 01, n. 02, p. 02-15, out. 2007.

DALARUN, Jacques. Olhares de clérigos. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **História das mulheres no Ocidente: a Idade Média**. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1993. p. 29-63.

DICIONÁRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Ermida**. 2007. Disponível em: <https://www.portoeditora.pt/noticias/dicionario-da-lingua-portuguesa-gratuito-na-internet/759>. Acesso em: 29 jan. 2019.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Aedo**. 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aedo/>. Acesso em: 29 jan. 2019.

DUBY, Georges. **Atlas historique**. Paris: Larousse, 1987.

DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

DUBY, George. **História da Vida Privada 2: da Europa Ocidental a Renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DUBY, George. **As damas do século XII**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

DRUMMOND, Albert. As constituintes da moral medieval católica: como os vícios humanos se tornaram os sete pecados capitais. **Revista Mundo Antigo**, Campos, v. 03, n. 05, p. 41-62, jul. 2014. Disponível em: <http://www.nehmaat.uff.br/revista/2014-1/artigo02-2014-1.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.

FERNANDES, Rogério; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Sobre a história da infância. *In*: FARIA FILHO, Luciano Mendes. (Org.). **A infância e sua educação: materiais, práticas e representações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 15-33.

FLORI, Jean. **A Cavalaria: as origens dos nobres guerreiros da Idade Média**. São Paulo: Madras, 2005.

FREEPIK. **Quebra cabeça**. 2020. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=jogo+cooperativo+quebra+cabe%C3%A7a>. Acesso em: 02 abr. 2021.

FRIEDMANN, Adriana. **Segredos do mundo lúdico**. São Paulo: NEPSID, 2003.

FROEBEL, Friedrich. **Helmut Heiland**. Recife: Editora Massangana, 2010.

GANDRA, Manuel J. **Regra primitiva da ordem do templo**. São Paulo: Mafra, 1998.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

IFSU, INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. **História do Xadrez**. 2011. Disponível em:

[http://static.sapucaia.ifsul.edu.br/professores/mauricio/Clube\\_Xadrez/historia-do-xadrez.pdf](http://static.sapucaia.ifsul.edu.br/professores/mauricio/Clube_Xadrez/historia-do-xadrez.pdf). Acesso em: 09 mar. 2021.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paidéia: a formação do homem grego**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. São Paulo: Zahar, 1993.

JOSEPH, Irmã Miriam. **O Trivium: as artes liberais da lógica, da gramática e da retórica**. São Paulo: Realizações, 2002.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edição 70, 1983.

LE GOFF, Jacques. **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

LE GOFF, Jacques. **Mercadores e banqueiros da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru: EDUSC, 2005.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LE GOFF, Jacques. **Heróis e Maravilhas da Idade Média**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LEITE, Lucimara. **Christine de Pizan: uma resistência na aprendizagem da moral de resignação**. Tese de Doutorado em Língua e Literatura Francesa e Estudos Medievais. USP. Maio 2008.

LEROY, Thierry P. F. **Hugues de Payns: la naissance des Templiers**. Paris: La Maison du Boulanger, 2011.

LOYN, Henry R. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MARINHO, Hermínia Regina Bugeste; JUNIOR, Moacir Ávila de Matos; FILHO, Nei Alberto Salles; FINCK, Silvia Christina Madrid. **Pedagogia do Movimento: universo lúdico e psicomotricidade**. 2.ed. Ibpx, 2007.

MORETTI JUNIOR, Augusto J.; REIS, Jaime Estevão de. A guerra e as atividades militares na regra da ordem dos cavaleiros templários. *In: JORNADA DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS*, 2011, Maringá, **Anais [...]**. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2011/pdf/comun/03039.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

MURATORI, Annita; SANTANA, Wendy. Filhos e filhas: as particularidades do ser criança no Império Inca e da construção da infância na Europa. **Ameríndi**, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14821/1/2007\\_art\\_amuratori.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14821/1/2007_art_amuratori.pdf). Acesso em: 09 abr. 2020.

NUNES, Rui Afonso da Costa. **História da educação na Antiguidade Cristã**. 14. ed. São Paulo: EPU; USP, 1978.

ORLICK, Terry. **Vencendo a Competição**. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

PERROY, Édouard. **A Idade Média: O período da Europa feudal, do Islã Turco e da Ásia Mongólica os tempos difíceis**. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. 6. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

PINTEREST. **Telefone sem fio**. 2020a. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=brincadeira+de+telefone+sem+fio+com+crian%C3%A7a>. Acesso em: 02 abr. 2021.

PINTEREST. **Mensagem de Cooperação**. 2020b. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=frase+de+isentivo%3A+juntos+somos+mais+fortes>. Acesso em: 02 abr. 2021.

PORTAL SANTOANDRE.EDUCACON. **Pega pega corrente**. 2018. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=jogo+cooperativo+pega+pega+corrente+figura&tbm>. Acesso em: 02 abr. 2021.

PORTAL ESCOLA SANTI. **Escravos de jó**. 2019. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=jogo+cooperativo+escravos+de+j%C3%A7o>. Acesso em: 02 abr. 2021.

REZENDE FILHO, Cyro. **Guerra e guerreiros na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 1989.

RIQUER, Martín de. **Perceval ou O Conto do Graal**. 2014. Disponível em: <http://www.revistaartereal.com.br/wp-content/uploads/2014/02/O-CONTO-DO-GRAAL-Chartien-de-Troyes.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2020.

SANTOS, Lorena Melissa dos. O epistolário de São Jerônimo: proposta de formação social. *In: ANPED SUL*, Curitiba, 2016. **Anais [...]**. Disponível em:

[http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-1\\_LORENA-MELISSA-DOS-SANTOS.pdf](http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-1_LORENA-MELISSA-DOS-SANTOS.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA, Ademir Luiz da. **Da cruzada à demanda**: a tradição épica da ordem dos templários na baixa Idade Média portuguesa séculos XII-XIV. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008.

SILVA, André Candido. História das mulheres na Idade Média: abordagens e representações na literatura hagiográfica (século XIII). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UFG, 4., Jataí, 2014. **Anais [...]**. Disponível em: [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(14\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(14).pdf). Acesso em: 20 fev. 2021.

TANQUEREY, Adolphe. **Compêndio de Teologia Ascética e Mística**. Madri: Ediciones Palabra, 1990.

TODT, Nelson Schneider. Jogos olímpicos da antiguidade: o festival Panelênico e seus diversos eventos e significados. In: RUBIO, Katia, et. Al (Orgs.). **Ética e Compromisso social nos estudos Olímpicos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 217-220.

VENTORIM, Eliane. Misoginia e santidade na baixa Idade Média: os três modelos femininos no Livro das Maravilhas (1289) de Ramon Llull. **Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio**, 193-211, jun./dez. 2005. Disponível em: [https://ddd.uab.cat/pub/mirabilia/mirabilia\\_a2005m6-12n5/mirabilia\\_a2005m6-12n5p193.pdf](https://ddd.uab.cat/pub/mirabilia/mirabilia_a2005m6-12n5/mirabilia_a2005m6-12n5p193.pdf). Acesso em: 10 ma. 2021.

VEYNE, Paul. **História da vida privada 1**: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia de Bolso, 1989.